

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/03/2023 à 28/02/2024	11
DMPL - 01/03/2022 à 28/02/2023	12
DMPL - 01/03/2021 à 28/02/2022	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/03/2023 à 28/02/2024	25
DMPL - 01/03/2022 à 28/02/2023	26
DMPL - 01/03/2021 à 28/02/2022	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	44
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	113
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	117
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	118
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	121

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	122
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	123

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 28/02/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	350.000.000
Preferenciais	0
Total	350.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	8.928.768
Preferenciais	0
Total	8.928.768

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2024	Penúltimo Exercício 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 28/02/2022
1	Ativo Total	8.987.144	7.428.167	6.766.335
1.01	Ativo Circulante	4.817.605	3.456.698	3.210.508
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.455.936	988.730	1.239.750
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	0	33.712
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	0	33.712
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	0	0	33.712
1.01.03	Contas a Receber	960.982	883.276	725.515
1.01.03.01	Clientes	960.982	883.276	725.515
1.01.04	Estoques	1.283.738	1.391.272	936.549
1.01.06	Tributos a Recuperar	83.478	128.781	163.776
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	83.478	128.781	163.776
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	33.471	64.639	111.206
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	0	46.589
1.01.08.03	Outros	33.471	64.639	64.617
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	674	528
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	3.391	37.098	14.341
1.01.08.03.05	Outros Créditos	30.080	26.867	49.748
1.02	Ativo Não Circulante	4.169.539	3.971.469	3.555.827
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	165.044	220.469	213.094
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	13.698	13.740	0
1.02.01.05	Estoques	27.000	15.843	15.404
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	124.346	190.886	197.690
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	103.306	172.784	178.969
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	10.513	8.648	7.968
1.02.01.10.06	Outros Créditos	10.527	9.454	10.753
1.02.02	Investimentos	2.046.251	1.769.245	1.758.699
1.02.02.01	Participações Societárias	2.018.378	1.769.245	1.758.699
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.018.378	1.769.245	1.758.699

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2024	Penúltimo Exercício 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 28/02/2022
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	27.873	0	0
1.02.03	Imobilizado	1.351.262	1.353.661	1.133.389
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	904.774	1.057.486	912.326
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	133.765	162.507	138.580
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	312.723	133.668	82.483
1.02.04	Intangível	606.982	628.094	450.645
1.02.04.01	Intangíveis	606.982	628.094	450.645
1.02.04.01.02	Outros intangíveis	606.982	628.094	450.645

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2024	Penúltimo Exercício 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 28/02/2022
2	Passivo Total	8.987.144	7.428.167	6.766.335
2.01	Passivo Circulante	2.279.577	1.722.597	1.048.945
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	83.414	82.191	58.092
2.01.01.01	Obrigações Sociais	42.712	42.090	25.371
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	40.702	40.101	32.721
2.01.02	Fornecedores	581.235	668.791	785.224
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	537.473	616.084	743.589
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	43.762	52.707	41.635
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.633	3.467	12.858
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.425	1.858	1.939
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.036	87	29
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	5.206	0	31
2.01.03.01.03	Outros	2.183	1.771	1.879
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	761	1.190	10.615
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	447	419	304
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.475.093	802.711	126.084
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.439.681	774.061	108.427
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.429.816	739.110	92.950
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.865	34.951	15.477
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	35.412	28.650	17.657
2.01.05	Outras Obrigações	130.202	165.437	66.687
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	84.608	100.909	34.073
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	84.608	100.909	34.073
2.01.05.02	Outros	45.594	64.528	32.614
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.949	7.190	7.685
2.01.05.02.04	Programa de Parcelamento Especial	163	1.632	6.822
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros - Derivativos	34	0	0
2.01.05.02.07	Adiantamento de clientes	16.314	16.795	8.926

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2024	Penúltimo Exercício 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 28/02/2022
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	10.366	27.765	9.181
2.01.05.02.09	Contas a pagar aquisição de investimentos	11.768	11.146	0
2.02	Passivo Não Circulante	3.620.467	2.706.377	2.838.590
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.488.130	2.470.496	2.630.051
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.377.057	2.328.595	2.501.633
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.377.057	2.328.595	2.501.633
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	111.073	141.901	128.418
2.02.02	Outras Obrigações	61.510	83.086	100.846
2.02.02.02	Outros	61.510	83.086	100.846
2.02.02.02.03	Programa de Parcelamento Especial	969	45	1.677
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	5.711	1.544	1.054
2.02.02.02.05	Contas a pagar aquisição de investimentos	48.914	71.004	77.606
2.02.02.02.06	Passivo à descoberto em controlada	5.916	10.493	20.509
2.02.03	Tributos Diferidos	34.917	107.561	82.797
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	34.917	107.561	82.797
2.02.04	Provisões	35.910	45.234	24.896
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	35.910	45.234	24.896
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	158	11.278	6.566
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	33.537	31.365	15.927
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.215	2.591	2.403
2.03	Patrimônio Líquido	3.087.100	2.999.193	2.878.800
2.03.01	Capital Social Realizado	869.478	934.581	832.242
2.03.01.01	Capital Social Realizado	950.374	950.374	950.374
2.03.01.02	Gastos com emissão de ações	-12.380	-12.380	-12.380
2.03.01.03	Ações em Tesouraria	-68.516	-3.413	-105.752
2.03.02	Reservas de Capital	1.500	19.188	13.271
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	220	220	220
2.03.02.04	Opções Outorgadas	22.344	18.968	13.051

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2024	Penúltimo Exercício 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 28/02/2022
2.03.02.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-21.064	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	1.754.883	1.494.546	1.470.839
2.03.04.01	Reserva Legal	123.891	120.055	105.518
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	239.072	266.187	319.700
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.391.920	1.108.304	1.045.621
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	461.239	550.878	562.448

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2023 à 28/02/2024	Penúltimo Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.406.203	7.438.828	6.619.973
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.793.069	-5.973.058	-5.453.973
3.03	Resultado Bruto	1.613.134	1.465.770	1.166.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-929.064	-818.880	-592.257
3.04.01	Despesas com Vendas	-748.909	-673.742	-495.649
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-438.814	-441.300	-305.309
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	41.476	191.756	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-11.049
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	217.183	104.406	219.750
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	684.070	646.890	573.743
3.06	Resultado Financeiro	-394.318	-267.205	-126.777
3.06.01	Receitas Financeiras	291.185	263.055	190.198
3.06.02	Despesas Financeiras	-685.503	-530.260	-316.975
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	289.752	379.685	446.966
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	70.585	-26.264	30.818
3.08.01	Corrente	-3.798	-4.549	16.865
3.08.02	Diferido	74.383	-21.715	13.953
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	360.337	353.421	477.784
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	360.337	353.421	477.784
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,0445	1,0206	1,3156
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,0187	1,0014	1,2981

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2023 à 28/02/2024	Penúltimo Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	360.337	353.421	477.784
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-89.638	-7.452	-155.124
4.03	Resultado Abrangente do Período	270.699	345.969	322.660

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2023 à 28/02/2024	Penúltimo Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	200.819	-261.115	652.418
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	748.245	687.683	544.806
6.01.01.01	Resultado Antes dos Impostos	289.752	379.685	446.966
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-217.184	-104.406	-219.750
6.01.01.03	Encargos Financeiros Provisãoados	526.223	365.725	163.373
6.01.01.04	Juros Provisãoados - Passivo de Arrendamento	19.923	6.099	6.416
6.01.01.05	Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	12.557	5.433	-879
6.01.01.06	Provisão (Reversão) para Descontos	-19.905	41.819	-3.296
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Demandas Judiciais	-8.906	22.071	7.686
6.01.01.08	Provisão (Reversão) Outras Contas	-6.066	15.565	10.798
6.01.01.09	Depreciações	109.601	103.502	79.009
6.01.01.10	Amortizações Intangível	23.799	22.640	14.616
6.01.01.11	Amortizações Ativo de Direito de Uso	31.228	20.150	21.596
6.01.01.12	Baixa bens do Imobilizado e intangível	225	1.210	14.689
6.01.01.14	Baixa - Ativo de Direito de Uso	-61	-2.397	-1.727
6.01.01.15	Provisão para Perda de Imobilizado	0	-98	516
6.01.01.16	Pagamento Baseado em ações	5.116	8.965	5.712
6.01.01.18	Compra vantajosa	-18.057	-198.280	-919
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-547.426	-948.798	107.612
6.01.02.01	Redução (Aumento) nos Ativos - Contas a Receber de Clientes	-70.358	-205.576	-46.839
6.01.02.02	Redução (Aumento) nos Ativos - Estoques	95.557	-456.287	7.709
6.01.02.03	Redução (Aumento) nos Ativos - Tributos a Recuperar	114.780	45.276	59.214
6.01.02.04	Redução (Aumento) nos Ativos - Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes	234	57.802	-55.174
6.01.02.05	(Redução) Aumento nos Passivos - Fornecedores	-156.261	-126.489	378.081
6.01.02.06	(Redução) Aumento nos Passivos - Salários e Encargos a Pagar	1.224	24.099	-9.500
6.01.02.07	(Redução) Aumento nos Passivos - Obrigações Tributárias	1.824	-28.302	-42.419
6.01.02.08	(Redução) Aumento nos Passivos - Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes	-12.756	54.662	-86.069
6.01.02.09	Redução (Aumento) nos Ativos - Partes Relacionadas	-4.622	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2023 à 28/02/2024	Penúltimo Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022
6.01.02.10	(Redução) Aumento nos Passivos - Partes Relacionadas	-16.543	0	0
6.01.02.11	Juros pagos sobre empréstimos	-500.505	-313.983	-97.391
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-211.170	-171.701	-614.789
6.02.01	Aplicações Financeiras	42	19.972	-789
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível	-189.811	-256.733	-181.642
6.02.03	Venda de Imobilizado	331	562	2.441
6.02.04	Adições aos Investimentos	0	-167.969	-261.809
6.02.06	Caixa advindo de aquisição de controlada	0	0	2.272
6.02.08	Aumento de capital controladas	-30.904	0	-175.262
6.02.09	Dividendos recebidos	0	232.467	0
6.02.10	Recebimento referente a ajuste de preço de aquisições	9.172	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.477.557	181.796	491.778
6.03.01	Captação de Empréstimos	2.671.084	566.544	1.379.488
6.03.02	Liquidação de Empréstimos	-982.011	-128.127	-710.967
6.03.03	Pagamentos de Passivo de Arrendamento	-46.413	-25.128	-25.405
6.03.05	Ações em Tesouraria Adquiridas	-65.103	-101.493	-61.338
6.03.07	Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	-100.000	-130.000	-90.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.467.206	-251.020	529.407
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	988.730	1.239.750	710.343
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.455.936	988.730	1.239.750

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2023 à 28/02/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	934.581	19.188	1.494.546	0	550.878	2.999.193
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	934.581	19.188	1.494.546	0	550.878	2.999.193
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-65.103	-17.688	-23.641	-76.359	0	-182.791
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.116	0	0	0	5.116
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	-65.103	0	0	0	0	-65.103
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-6.000	0	-6.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-23.641	-70.359	0	-94.000
5.04.10	IRPJ/CSLL Diferidos sobre Opção de Ações Outorgadas	0	-1.740	0	0	0	-1.740
5.04.11	Efeitos de combinação de negócios sob controle comum	0	-21.064	0	0	0	-21.064
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-3.474	363.811	-89.638	270.699
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	360.337	0	360.337
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-3.474	3.474	-89.638	-89.638
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-89.638	-89.638
5.05.02.07	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido de Impostos	0	0	-3.474	3.474	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	287.452	-287.452	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	287.452	-287.452	0	0
5.07	Saldos Finais	869.478	1.500	1.754.883	0	461.240	3.087.101

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2022 à 28/02/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	937.994	-92.481	1.470.839	0	562.448	2.878.800
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	937.994	-92.481	1.470.839	0	562.448	2.878.800
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	108.256	-233.832	-100.000	0	-225.576
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	8.965	0	0	0	8.965
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-101.493	0	0	0	-101.493
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-100.000	0	-100.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	203.832	-203.832	0	0	0
5.04.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-30.000	0	0	-30.000
5.04.10	IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	0	-3.048	0	0	0	-3.048
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	357.539	-11.570	345.969
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	353.421	0	353.421
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.118	-11.570	-7.452
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-7.452	-7.452
5.05.02.07	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido de Impostos	0	0	0	4.118	-4.118	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	257.539	-257.539	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	257.539	-257.539	0	0
5.07	Saldos Finais	937.994	15.775	1.494.546	0	550.878	2.999.193

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2021 à 28/02/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	937.994	-34.913	1.083.937	0	721.690	2.708.708
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	937.994	-34.913	1.083.937	0	721.690	2.708.708
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-57.568	-20.000	-75.000	0	-152.568
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.712	0	0	0	5.712
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-61.338	0	0	0	-61.338
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-20.000	-75.000	0	-95.000
5.04.10	IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	0	-1.942	0	0	0	-1.942
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	481.902	-159.242	322.660
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	477.784	0	477.784
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.118	-159.242	-155.124
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-155.124	-155.124
5.05.02.07	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido de Impostos	0	0	0	4.118	-4.118	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	406.902	-406.902	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	406.902	-406.902	0	0
5.07	Saldos Finais	937.994	-92.481	1.470.839	0	562.448	2.878.800

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2023 à 28/02/2024	Penúltimo Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022
7.01	Receitas	9.201.918	8.106.421	7.204.065
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.180.989	8.095.885	7.197.795
7.01.02	Outras Receitas	36.642	15.969	8.764
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-15.713	-5.433	-2.494
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.223.186	-6.447.753	-5.786.146
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.096.942	-5.387.480	-4.999.518
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.119.577	-989.843	-752.852
7.02.04	Outros	-6.667	-70.430	-33.776
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.978.732	1.658.668	1.417.919
7.04	Retenções	-164.628	-146.292	-115.221
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-164.628	-146.292	-115.221
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.814.104	1.512.376	1.302.698
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	526.425	565.741	409.948
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	217.183	104.406	219.750
7.06.02	Receitas Financeiras	291.185	263.055	190.198
7.06.03	Outros	18.057	198.280	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.340.529	2.078.117	1.712.646
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.340.529	2.078.117	1.712.646
7.08.01	Pessoal	491.346	432.965	309.138
7.08.01.01	Remuneração Direta	309.464	269.291	197.955
7.08.01.02	Benefícios	137.451	124.887	83.598
7.08.01.03	F.G.T.S.	29.137	25.460	19.254
7.08.01.04	Outros	15.294	13.327	8.331
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	792.922	759.506	605.519
7.08.02.01	Federais	168.138	227.613	118.900
7.08.02.02	Estaduais	619.643	526.148	480.542
7.08.02.03	Municipais	5.141	5.745	6.077
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	695.924	532.225	320.205

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2023 à 28/02/2024	Penúltimo Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022
7.08.03.01	Juros	662.171	514.153	304.404
7.08.03.02	Aluguéis	17.689	10.370	4.422
7.08.03.03	Outras	16.064	7.702	11.379
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	360.337	353.421	477.784
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	94.000	100.000	75.000
7.08.04.02	Dividendos	6.000	30.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	260.337	223.421	402.784

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2024	Penúltimo Exercício 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 28/02/2022
1	Ativo Total	10.621.358	9.213.881	7.930.970
1.01	Ativo Circulante	6.350.714	5.087.060	4.829.110
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.800.256	1.225.614	1.596.350
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	0	33.712
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	0	33.712
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	0	0	33.712
1.01.03	Contas a Receber	1.359.367	1.331.654	1.212.386
1.01.03.01	Clientes	1.359.367	1.331.654	1.212.386
1.01.04	Estoques	1.919.767	2.213.930	1.646.697
1.01.06	Tributos a Recuperar	203.758	221.493	195.020
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	203.758	221.493	195.020
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	10.830	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	67.566	83.539	144.945
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	0	46.589
1.01.08.03	Outros	67.566	83.539	98.356
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros - Derivativos	0	674	528
1.01.08.03.02	Créditos com Partes Relacionadas	18.348	13.613	12.421
1.01.08.03.03	Adiantamento a fornecedores	0	16.159	0
1.01.08.03.05	Outros Créditos	49.218	53.093	85.407
1.02	Ativo Não Circulante	4.270.644	4.126.821	3.101.860
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	655.267	673.860	325.704
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	14.941	13.740	0
1.02.01.05	Estoques	54.218	40.419	44.453
1.02.01.07	Tributos Diferidos	89.766	15.235	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	89.766	15.235	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	32.342	71.909	70.965
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	32.342	29.127	28.745
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	42.782	42.220

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2024	Penúltimo Exercício 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 28/02/2022
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	464.000	532.557	210.286
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	104.206	184.349	189.761
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	39.544	33.776	9.757
1.02.01.10.06	Outros Créditos	14.274	12.496	10.768
1.02.01.10.07	Ativo de Indenização	305.976	301.936	0
1.02.02	Investimentos	77.165	34.703	34.746
1.02.02.01	Participações Societárias	49.292	34.703	34.746
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	49.292	34.703	34.746
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	27.873	0	0
1.02.03	Imobilizado	2.433.625	2.273.393	1.756.482
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.916.506	1.929.867	1.494.165
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	252.788	185.779	160.953
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	264.331	157.747	101.364
1.02.04	Intangível	1.104.587	1.144.865	984.928
1.02.04.01	Intangíveis	1.104.587	1.144.865	984.928
1.02.04.01.02	Outros intangíveis	1.104.587	1.144.865	984.928

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2024	Penúltimo Exercício 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 28/02/2022
2	Passivo Total	10.621.358	9.213.881	7.930.970
2.01	Passivo Circulante	2.945.363	2.558.795	1.964.667
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	126.233	125.458	91.807
2.01.01.01	Obrigações Sociais	72.531	62.626	38.779
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	53.702	62.832	53.028
2.01.02	Fornecedores	945.658	1.023.498	1.101.036
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	898.668	903.448	1.021.353
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	46.990	120.050	79.683
2.01.03	Obrigações Fiscais	36.961	36.409	47.922
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24.739	24.042	27.946
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12.818	15.700	22.165
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	4.880	84	31
2.01.03.01.03	Outros	7.041	8.258	5.750
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	11.405	11.549	19.643
2.01.03.02.01	Imposto de Renda a Pagar	4.268	4.085	2.987
2.01.03.02.02	Outros	7.137	7.464	16.656
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	817	818	333
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.717.267	1.178.555	623.139
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.669.005	1.147.143	599.910
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.429.930	739.110	92.951
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	239.075	408.033	506.959
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	48.262	31.412	23.229
2.01.05	Outras Obrigações	119.244	194.875	100.763
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	22.922	35.896	20.679
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	22.922	35.896	20.679
2.01.05.02	Outros	96.322	158.979	80.084
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.949	7.190	7.685
2.01.05.02.04	Programa de Parcelamento Especial	5.344	6.797	9.672

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2024	Penúltimo Exercício 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 28/02/2022
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros - Derivativos	34	0	0
2.01.05.02.07	Adiantamento de clientes	27.221	16.991	11.602
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	41.738	98.914	51.125
2.01.05.02.09	Contas a pagar aquisição de investimentos	15.036	29.087	0
2.02	Passivo Não Circulante	4.588.649	3.655.664	3.087.302
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.037.027	2.998.087	2.806.874
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.817.029	2.835.058	2.663.820
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.377.057	2.328.595	2.501.632
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	439.972	506.463	162.188
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	219.998	163.029	143.054
2.02.02	Outras Obrigações	124.155	129.639	131.240
2.02.02.02	Outros	124.155	129.639	131.240
2.02.02.02.03	Programa de Parcelamento Especial	13.875	18.072	25.114
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	20.060	13.602	28.520
2.02.02.02.05	Contas a pagar aquisição de investimentos	90.220	97.965	77.606
2.02.03	Tributos Diferidos	71.396	154.907	102.984
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	71.396	154.907	102.984
2.02.04	Provisões	356.071	373.031	46.204
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	356.071	373.031	46.204
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	68.447	82.432	22.482
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	49.370	45.833	20.315
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	238.254	244.766	3.407
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.087.346	2.999.422	2.879.001
2.03.01	Capital Social Realizado	869.478	934.581	832.242
2.03.01.01	Capital Social	950.374	950.374	950.374
2.03.01.02	(-) Gastos com Emissão de Ações	-12.380	-12.380	-12.380
2.03.01.03	Ações em Tesouraria	-68.516	-3.413	-105.752
2.03.02	Reservas de Capital	1.500	19.188	13.271

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2024	Penúltimo Exercício 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 28/02/2022
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	220	220	220
2.03.02.04	Opções Outorgadas	22.344	18.968	13.051
2.03.02.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-21.064	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	1.754.883	1.494.546	1.470.839
2.03.04.01	Reserva Legal	123.891	120.055	105.518
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	239.072	266.187	319.700
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.391.920	1.108.304	1.045.621
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	461.239	550.878	562.448
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	246	229	201

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2023 à 28/02/2024	Penúltimo Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.249.647	10.205.488	9.015.855
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.973.675	-8.085.625	-7.237.702
3.03	Resultado Bruto	2.275.972	2.119.863	1.778.153
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.623.874	-1.434.075	-1.141.224
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.096.006	-1.060.306	-807.525
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-586.185	-586.604	-443.197
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	57.234	213.469	109.334
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.083	-634	164
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	652.098	685.788	636.929
3.06	Resultado Financeiro	-423.730	-290.563	-127.590
3.06.01	Receitas Financeiras	332.839	301.981	218.319
3.06.02	Despesas Financeiras	-756.569	-592.544	-345.909
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	228.368	395.225	509.339
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	132.093	-41.541	-30.618
3.08.01	Corrente	-16.421	-26.268	-31.064
3.08.02	Diferido	148.514	-15.273	446
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	360.461	353.684	478.721
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	360.461	353.684	478.721
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	360.337	353.421	477.784
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	124	263	937

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2023 à 28/02/2024	Penúltimo Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	360.461	353.684	478.721
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-89.638	-7.452	-155.124
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	270.823	346.232	323.597
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	270.699	345.969	322.660
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	124	263	937

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2023 à 28/02/2024	Penúltimo Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	554.854	-138.913	485.594
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	980.124	906.409	884.168
6.01.01.01	Resultado Antes dos Impostos	228.368	395.225	509.339
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.083	634	-164
6.01.01.03	Encargos Financeiros Provisão	509.746	381.779	175.670
6.01.01.04	Juros Provisão - Passivo de Arrendamento	14.143	10.408	6.554
6.01.01.05	Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	7.442	5.460	-1.050
6.01.01.06	Provisão (Reversão) para Descontos	-23.011	41.154	-3.296
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Demandas Judiciais	-5.501	26.777	24.399
6.01.01.08	Provisão (Reversão) Outras Contas	-4.981	164	9.838
6.01.01.09	Depreciações	190.331	170.028	125.813
6.01.01.10	Amortizações Intangível	31.886	30.135	18.575
6.01.01.11	Amortizações Ativo de Direito de Uso	39.730	33.869	28.470
6.01.01.12	Baixa bens do imobilizado e intangível	3.597	2.017	31.864
6.01.01.14	Baixa - Ativo de Direito de Uso	2.398	-1.828	-1.743
6.01.01.15	Provisão para Perda de Imobilizado	0	-98	516
6.01.01.16	Pagamento baseado em ações	5.116	8.965	5.712
6.01.01.18	Compra vantajosa	-18.057	-198.280	-46.329
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-425.270	-1.045.322	-398.574
6.01.02.01	Redução (Aumento) nos Ativos - Contas a Receber de Clientes	-47.397	-112.715	-261.926
6.01.02.02	Redução (Aumento) nos Ativos - Estoques	223.729	-504.925	-173.665
6.01.02.03	Redução (Aumento) nos Ativos - Tributos a Recuperar	93.325	-21.061	-16.445
6.01.02.04	Redução (Aumento) nos Ativos - Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes	4.916	66.752	-11.293
6.01.02.05	(Redução) Aumento nos Passivos - Fornecedores	-131.878	-148.684	450.248
6.01.02.06	(Redução) Aumento nos Passivos - Salários e Encargos a Pagar	775	33.651	-2.409
6.01.02.07	(Redução) Aumento nos Passivos - Obrigações Tributárias	-10.289	-23.223	5.703
6.01.02.08	(Redução) Aumento nos Passivos - Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes	-31.991	11.462	-265.368
6.01.02.09	Juros pagos sobre empréstimos	-523.860	-328.973	-100.772

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2023 à 28/02/2024	Penúltimo Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-11.562	-17.606	-22.647
6.01.02.11	Redução (Aumento) nos Ativos - Partes Relacionadas	19.958	0	0
6.01.02.12	(Redução) Aumento nos Passivos - Partes Relacionadas	-10.996	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-311.992	-619.047	-595.161
6.02.01	Aplicações Financeiras	-1.201	19.972	-789
6.02.02	Adições ao Imobilizado	-290.465	-329.243	-235.835
6.02.03	Venda de Imobilizado	613	1.077	28.598
6.02.04	Adições aos Investimentos	0	-328.241	-416.377
6.02.05	Alienação de Investimentos	0	3.667	0
6.02.06	Caixa advindo de aquisição de controlada	793	13.721	29.242
6.02.08	Aumento de capital	-30.904	0	0
6.02.09	Recebimento referente a ajuste de preço de aquisições	9.172	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.303.879	393.640	678.206
6.03.01	Captação de Empréstimos	3.241.619	1.969.059	2.327.810
6.03.02	Liquidação de Empréstimos	-1.722.964	-1.302.323	-1.288.852
6.03.03	Pagamentos de Passivo de Arrendamento	-49.673	-41.603	-32.636
6.03.05	Ações em Tesouraria Adquiridas	-65.103	-101.493	-61.338
6.03.07	Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	-100.000	-130.000	-90.000
6.03.08	Pagamento de dívida em controladas adquiridas	0	0	-176.778
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	27.901	-6.416	-54.244
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.574.642	-370.736	514.395
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.225.614	1.596.350	1.081.955
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.800.256	1.225.614	1.596.350

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2023 à 28/02/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	934.581	19.188	1.494.546	0	550.878	2.999.193	229	2.999.422
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	934.581	19.188	1.494.546	0	550.878	2.999.193	229	2.999.422
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-65.103	-17.688	-23.641	-76.359	0	-182.791	-107	-182.898
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.116	0	0	0	5.116	0	5.116
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	-65.103	0	0	0	0	-65.103	0	-65.103
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-6.000	0	-6.000	0	-6.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-23.641	-70.359	0	-94.000	0	-94.000
5.04.10	IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	0	-1.740	0	0	0	-1.740	0	-1.740
5.04.11	Transação de capital envolvendo acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-107	-107
5.04.12	Efeitos de combinação de negócios sob controle comum	0	-21.064	0	0	0	-21.064	0	-21.064
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-3.474	363.811	-89.638	270.699	124	270.823
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	360.337	0	360.337	124	360.461
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-3.474	3.474	-89.638	-89.638	0	-89.638
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-89.638	-89.638	0	-89.638
5.05.02.07	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido de Impostos	0	0	-3.474	3.474	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	287.452	-287.452	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	287.452	-287.452	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	869.478	1.500	1.754.883	0	461.240	3.087.101	246	3.087.347

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2022 à 28/02/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	937.994	-92.481	1.470.839	0	562.448	2.878.800	201	2.879.001
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	937.994	-92.481	1.470.839	0	562.448	2.878.800	201	2.879.001
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	108.256	-233.832	-100.000	0	-225.576	-235	-225.811
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	8.965	0	0	0	8.965	0	8.965
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-101.493	0	0	0	-101.493	0	-101.493
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-100.000	0	-100.000	0	-100.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	203.832	-203.832	0	0	0	0	0
5.04.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	-30.000	0	0	-30.000	0	-30.000
5.04.10	IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	0	-3.048	0	0	0	-3.048	0	-3.048
5.04.11	Transação de capital envolvendo acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-235	-235
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	357.539	-11.570	345.969	263	346.232
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	353.421	0	353.421	263	353.684
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.118	-11.570	-7.452	0	-7.452
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-7.452	-7.452	0	-7.452
5.05.02.07	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido de Impostos	0	0	0	4.118	-4.118	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	257.539	-257.539	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	257.539	-257.539	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	937.994	15.775	1.494.546	0	550.878	2.999.193	229	2.999.422

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/03/2021 à 28/02/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	937.994	-34.913	1.083.937	0	721.690	2.708.708	0	2.708.708
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	937.994	-34.913	1.083.937	0	721.690	2.708.708	0	2.708.708
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-57.568	-20.000	-75.000	0	-152.568	-736	-153.304
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	5.712	0	0	0	5.712	0	5.712
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-61.338	0	0	0	-61.338	0	-61.338
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-20.000	-75.000	0	-95.000	0	-95.000
5.04.08	Transação de capital envolvendo acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-736	-736
5.04.10	IRPJ/CSLL diferidos sobre opção de ações outorgadas	0	-1.942	0	0	0	-1.942	0	-1.942
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	481.902	-159.242	322.660	937	323.597
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	477.784	0	477.784	937	478.721
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	4.118	-159.242	-155.124	0	-155.124
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-155.124	-155.124	0	-155.124
5.05.02.07	Realização Depreciação do Valor Justo, Líquido de Impostos	0	0	0	4.118	-4.118	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	406.902	-406.902	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	406.902	-406.902	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	937.994	-92.481	1.470.839	0	562.448	2.878.800	201	2.879.001

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2023 à 28/02/2024	Penúltimo Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022
7.01	Receitas	12.168.411	10.989.154	9.799.860
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	12.117.357	10.949.065	9.665.249
7.01.02	Outras Receitas	68.299	45.549	137.404
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17.245	-5.460	-2.793
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.510.091	-8.738.944	-7.725.303
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.936.183	-7.202.038	-6.527.722
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.555.731	-1.458.606	-1.155.547
7.02.04	Outros	-18.177	-78.300	-42.034
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.658.320	2.250.210	2.074.557
7.04	Retenções	-261.947	-234.032	-172.858
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-261.947	-234.032	-172.858
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.396.373	2.016.178	1.901.699
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	351.980	499.627	218.483
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.084	-634	164
7.06.02	Receitas Financeiras	332.839	301.981	218.319
7.06.03	Outros	18.057	198.280	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.748.353	2.515.805	2.120.182
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.748.353	2.515.805	2.120.182
7.08.01	Pessoal	777.236	690.383	538.066
7.08.01.01	Remuneração Direta	564.376	495.605	403.790
7.08.01.02	Benefícios	167.812	151.908	106.233
7.08.01.03	F.G.T.S.	29.137	25.460	19.254
7.08.01.04	Outros	15.911	17.410	8.789
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	843.113	878.696	753.506
7.08.02.01	Federais	108.386	244.372	181.335
7.08.02.02	Estaduais	724.058	621.393	559.490
7.08.02.03	Municipais	10.669	12.931	12.681
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	767.543	593.042	349.889

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/03/2023 à 28/02/2024	Penúltimo Exercício 01/03/2022 à 28/02/2023	Antepenúltimo Exercício 01/03/2021 à 28/02/2022
7.08.03.01	Juros	733.235	574.355	333.334
7.08.03.02	Aluguéis	18.244	10.984	5.176
7.08.03.03	Outras	16.064	7.703	11.379
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	360.461	353.684	478.721
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	94.000	100.000	75.000
7.08.04.02	Dividendos	6.000	30.000	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	260.585	223.421	402.784
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-124	263	937

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Prezados leitores,

Submetemos a vossa apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Camil Alimentos S.A. ("Camil" e "Companhia"), relativas aos exercícios findos em 29 de fevereiro de 2024 ("2023") e 28 de fevereiro de 2023 ("2022"), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Camil (www.camil.com.br/ri) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Descrição dos Negócios da Companhia

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento Novo Mercado da B3 sob o código "CAML3", o mais alto nível de governança da B3. A Camil Alimentos é uma multinacional de origem brasileira que se destaca como plataforma de alimentos multicategoria na América Latina. Os negócios da Companhia são voltados para o beneficiamento, processamento, produção, empacotamento e comercialização de marcas com posições de liderança e reconhecimento de mercado que contemplam produtos nas categorias de grãos, adoçados, pescados enlatados (sardinha e atum), massas, café, biscoitos, produtos saudáveis, dentre outros alimentos, segregados em dois segmentos: Brasil e Internacional, com presença no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Equador.

As atividades da Companhia tiveram início no ano de 1963 no Brasil e, desde então, vem se expandindo tanto organicamente quanto por meio de aquisições de empresas e marcas de produtos alimentícios na América do Sul. Atualmente, a Camil possui um amplo portfólio de marcas com posições de liderança e reconhecimento de mercado, incluindo Camil, União, Coqueiro, Santa Amália e Mabel no Brasil, Saman e La Abundancia no Uruguai, Tucapel no Chile, Costeño no Peru e Rico Arroz no Equador. Além das marcas principais, o portfólio da Companhia contempla diversas outras marcas regionais, com foco em atender diferentes nichos de consumidores nas regiões e países em que atua.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

Antes de falar sobre os resultados do período, não podemos deixar de trazer nossa profunda tristeza e solidariedade às vítimas das recentes chuvas e alagamentos que assolaram o Rio Grande do Sul nas últimas semanas. Estamos cientes dos desafios que nossos colegas e parceiros estão enfrentando na região, e queremos que saibam que estamos ao lado de vocês. Informamos que as plantas produtivas da Companhia não foram impactadas, e a produção segue sem impacto até o momento, mas estamos mobilizando recursos e esforços para ajudar aqueles que mais precisam. Que possamos, juntos, encontrar forças para reconstruir nossas comunidades.

Passando para os resultados do período, durante décadas a Camil Alimentos vem se consolidando como uma das maiores plataformas de marcas alimentícias da América do Sul. Temos ressaltado cada vez mais a importância de uma plataforma diversificada, e os números do trimestre e do ano reafirmam nosso posicionamento. Em 2023, a Camil Alimentos alcançou resultados notáveis, destacando-se pelo registro de receita bruta recorde de R\$12,9 bilhões e receita líquida recorde de R\$11,2 bilhões, ambos com crescimento acima de +10% YoY. O EBITDA do período também foi recorde, atingindo R\$914 milhões, aumento de 17% em comparação ao EBITDA Ajustado de 2022¹. Esses resultados evidenciam a eficiência das nossas operações e novas categorias que adentramos no ano anterior, resultado de aquisições estratégicas que se mostraram bem-sucedidas.

Na categoria de alto valor, composta por pescados, massas, café e biscoitos, apresentamos crescimento de volume de 25% frente ao ano anterior, principalmente pela entrada na categoria de biscoitos e constante crescimento nos volumes de café torrado e moído. No segmento de massas, destacamos a boa rentabilidade apresentada ao longo do ano, com resultados acima do consolidado. Trabalhamos na expansão da capacidade de produção de massas no último exercício, e estamos preparados e focados em realizar a expansão de vendas para aumentar a representatividade da categoria para a Camil. Em café, seguimos com o posicionamento da marca União e atingimos mais de 4% de market share nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro. Também é importante mencionar a expansão de capacidade da categoria, concluída no exercício de 2023. O café União ampliou seu portfólio e alcançou todo o Brasil com novas versões de embalagens adequadas à preferência dos consumidores, incluindo embalagens *pouch* de 250g e vácuo de 500g. Em biscoitos, a aquisição da Mabel apresentou desafios operacionais, porém, em 2023, trouxe resultados excelentes de forma rápida, apresentando crescimento associado à rentabilidade na categoria. Com as expansões de massas e cafés, em adição à operação de biscoitos que detém capacidade para dobrar de tamanho em vendas, acreditamos que estamos bem-posicionados para impulsionar oportunidades de expansão de vendas das categorias de alto valor para os nossos negócios – tanto em volume, quanto em expansão de rentabilidade.

No alto giro, composto por grãos no Brasil e açúcar, o resultado foi beneficiado pelas altas dos preços de arroz no segundo semestre de 2023. O açúcar, por sua vez, operou abaixo do potencial esse ano. Operamos no varejo de açúcar em um cenário desafiador, e tomamos medidas para minimizar esses efeitos, conforme observado nos volumes de açúcar com a continuidade das operações de exportações. No internacional, realizamos investimentos no Peru e Chile e melhoramos a rentabilidade apresentada nos últimos trimestres. No Peru, modernizamos o engenho e ampliamos a capacidade de armazenamento. No Chile, a Tucapel iniciou a sua transferência e modernização da unidade de Santiago para um novo local mais amplo, que nos trará mais produtividade e eficiência.

Adicionalmente, em 2023, a Companhia não mediu esforços para otimizar seu plano de revisão de custos e despesas. Realizamos projetos de melhoria de eficiência fiscal e logística, assim como identificamos novas sinergias com as empresas adquiridas e continuamos avançando nessa agenda para promover cada vez mais sinergias e redução de despesas com as aquisições realizadas e oportunidades mapeadas.

Continuamos avançando em nossa agenda ESG, sendo o principal destaque do ano a entrada da Camil na nova composição do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Seguimos com nossos projetos sociais Grãos da Base, oferecendo cursos de média duração para microempreendedores em regiões de vulnerabilidade, e o projeto social Doce Futuro, focado na capacitação e treinamento de confeitores na região de São Paulo, recentemente expandido para o Rio de Janeiro. Ambientalmente, ampliamos a promoção da economia circular em nossas operações, investindo em ecoeficiência, com destaque para a geração de energia a partir da queima de casca de arroz e a gestão responsável da água e dos resíduos. Esses destaques reforçam o compromisso da Companhia em contribuir para o desenvolvimento sustentável dos negócios, do planeta e na criação de valor compartilhado.

¹ EBITDA Ajustado exclui efeitos não recorrentes de R\$141,7 milhões de receitas operacionais referente a compra vantajosa da Mabel e despesas com provisões no 3T22.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O ano de 2023 foi especial, marcado pelos 60 anos de existência da Camil, uma história de empreendedorismo e crescimento na América Latina. Como uma empresa sólida, com um mix de produtos de alto valor e uma presença geográfica com categorias e marcas amplamente reconhecidas pelos consumidores em todos os países em que atuamos, reforçamos cada vez mais nossa estrutura interna e a plataforma de produtos, confiantes de que a Companhia está no caminho certo para consolidar sua posição no setor de alimentos da América do Sul.

Luciano Quartiero

Diretor Presidente

Flavio Vargas

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Eventos Recentes

- Fevereiro 2024: Camil Day 2023:** Em fevereiro de 2024, a Camil realizou o Camil Day 2023 presencial em São Paulo (SP). O evento contou com mais de 150 participantes e com apresentações dos membros da diretoria da Companhia, abordando temas de eficiência industrial, resultados recentes, e tirando dúvidas do mercado com relação à Camil e ao setor. A apresentação do evento está disponível na CVM e no [site de Relações com Investidores](#) da Companhia.
- Janeiro 2024: Camil integra o ISE 2024:** A Camil passou a integrar a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. A nova composição do ISE entrou em vigência em 2 de janeiro de 2024. A inclusão da Camil na nova composição do ISE reforça o compromisso da Companhia em atuar no desenvolvimento sustentável dos negócios, do planeta e na criação de valor compartilhado.
- Janeiro 2024: Conclusão 8º Programa de Recompra:** Em janeiro de 2024, a Camil comunicou o encerramento do seu 8º Programa de Recompra de ações, aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de janeiro de 2023, por meio do qual foram adquiridas 8.928.768 de ações ordinárias.
- Dezembro 2023: Conclusão 13º Emissão de Debêntures:** Em dezembro de 2023, a Companhia concluiu a 13ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 séries, no valor de R\$625,0 milhões, sendo suas remunerações: 1ª série com remuneração de CDI +0,65% aa, 2ª série IPCA +6,34% e 3ª série IPCA +6,52%.

Prêmios e Reconhecimentos

- Janeiro - 2024: Forbes - 100 maiores do Agro**
- Novembro - 2023: Globo Rural - 50 maiores do Agro e Prêmio Top of Mind da Folha (Coqueiro – Sardinha)**
- Julho - 2023: Prêmio Oceanus, na categoria Sustentabilidade na Indústria de Pescados**
- Julho - 2023: Institutional Investor:** na premiação que considera todas as empresas de Alimentos e Bebidas da América Latina em small caps, ficamos no ranking **entre as três melhores de todos os prêmios da Institutional Investor**, incluindo: **Melhor CEO, Melhor CFO, Melhor Profissional de RI, Melhor Equipe de RI, Melhor Programa de RI, Melhor Board e Melhor Programa de ESG**. Além disso, destacamos o 1º lugar no prêmio de **Melhor Profissional de RI pelo sell side no overall**, comparado com todas as empresas em Alimentos e Bebidas, entre large, mid e small caps.

ESG

Em 2023, foi realizada uma avaliação transversal de iniciativas, com o desenvolvimento de um plano de ação envolvendo diversas áreas atreladas aos temas materiais de ESG na Companhia. Um dos resultados derivados desse processo foi a possibilidade de melhorar a pontuação geral da Companhia no questionário ISE da B3, o qual a Camil passou a integrar a partir de janeiro de 2024. **A inclusão da Camil na nova composição do ISE reforça o compromisso da Companhia em atuar no desenvolvimento sustentável dos negócios, do planeta e na criação de valor compartilhado.**



No **contexto social**, focamos em fortalecer comunidades, alavancando seus empreendimentos e promovendo uma gestão eficiente e rentável. Lançamos o projeto **Grãos da Base com a marca Camil**, que com uma metodologia proprietária, capacita empreendedores e pequenos negócios em gestão, com um olhar atento à rentabilidade do empreendimento. Em parceria com a ONG Arrastão, 24 negócios foram capacitados no início do projeto, com doações de produtos e materiais, condições especiais para a compra de produtos, e uma jornada de capacitação. [Clique aqui](#) para conhecer mais sobre o projeto.

Em **meio ambiente**, a Camil continua se destacando na contribuição para a **geração de energia limpa**, o qual realizamos através da casca de arroz. Em nossas unidades em Itaqui e Capão do Leão no Brasil, utilizamos esse subproduto como combustível em termoeletricas, gerando energia enquanto reduzimos os resíduos. A cinza resultante desse processo é então devolvida ao campo como adubo, fechando o ciclo de forma sustentável. No que diz respeito à **água**, investimos em uma **Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) em Machado (MG)**, onde tratamos 100% da água utilizada em nossos processos, tornando-a apta para reuso. Esse investimento não apenas reduz nosso impacto ambiental, mas também nos ajuda a garantir uma gestão mais responsável dos recursos hídricos.

A Companhia se prepara para trazer ao mercado os destaques em ESG no seu próximo relatório de sustentabilidade, referente ao fechamento de fevereiro de 2024. Seguimos focados em reforçar o impacto positivo e permanente que

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

geramos frente aos nossos negócios e a sociedade, ter cuidado com as pessoas envolvidas em nosso contexto, focar na garantia de qualidade dos nossos produtos e na preocupação com a mitigação de impactos ambientais que geramos.

Marcas e Lançamentos

Escola de Negócios Grãos da Base Camil: conectada aos objetivos de ESG da Camil, especialmente na capacitação e redução da fome, realizamos um piloto na capacitação de empreendedores do ramo de alimentação – como restaurantes e marmitarias – com foco em gestão de negócios e técnicas gastronômicas. Esse fato marcou a consolidação desse projeto que, através de uma parceria com a ONG Arrastão, formou as primeiras turmas na região do Campo Limpo em São Paulo e está pronto para ser ampliado em 2024. Além disso, a marca Camil seguiu com a execução da campanha “Camil, a base do Brasil”, focada nas praças de São Paulo, com mídias externas e digitais, e Minas Gerais, concluindo o primeiro ano de comunicação no Estado. [Quer saber mais sobre as iniciativas da marca Camil? Acesse o site da marca de grãos Camil.](#)



Coqueiro, o Peixe da Hora: a marca finalizou o período de pré-quaresma (outubro/2023 à janeiro/2024) com foco na preparação para a promoção de quaresma de 2024. A promoção “Coqueiro o Peixe da Hora Premiada” voltou em fevereiro/2024, após o sucesso de participação no ano anterior, com o mesmo conceito, mas evoluções na forma de participação, com uma catraca de entrada mais simples, onde o consumidor concorre com apenas 1 produto, na inclusão dos produtos da marca Pescador na promoção e na premiação, com os refratários exclusivos da Oxford. Além disso, a marca expandiu os seus prêmios instantâneos, com 1.000 prêmios de até R\$500 que você pode ganhar na hora, e aumentou o prêmio final para R\$150 mil. O plano de comunicação da marca, passou a ter 100% de foco na divulgação da promoção, que termina no dia 30/04. [Quer saber mais sobre as iniciativas da marca Coqueiro? Acesse o site da marca Coqueiro.](#)



Santa Amália, por uma Vida + Massa: Santa Amália e Speciale seguiram com ações levando muito sabor a mesa dos brasileiros nas mídias digitais, com receitas práticas e deliciosas. Além disso, em Dezembro a Santa Amália presenteou alguns influenciadores e jornalistas com uma travessa com ilustração da Serra da Canastra, uma paisagem marcante de Minas Gerais, feita pelas mãos do artista Estevam Gomes. Por fim, a marca esteve presente no carnaval com ativações de influenciadores reforçando o conceito “Por uma vida + massa” dando dicas de receitas e de fantasias para curtir a folia. [Quer saber mais sobre as iniciativas da marca Santa Amália? Acesse o site da marca Santa Amália.](#)



União, Sabor que Transforma: brincando com a principal piada do Natal, a marca União lançou o “Pacumê”, uma sobremesa natalina que não só fez parte das conversas em torno da ceia de Natal deste último ano, como também promete fazer parte da tradição das famílias brasileiras e entrar definitivamente para o cardápio da data. O doce, que foi criado pela Cozinha Experimental da União em parceria com a influenciadora e confeitadeira Ju Ferraz, é bem diferente do tradicional pavê e muito gostoso. A ação teve amplificação no digital com influenciadores, conteúdo nas redes sociais, receita no site da marca e ação com parceiros de e-commerce. Já para Café União, trouxemos a tradição das embalagens comemorativas de Natal de União para a linha de cafés, com uma delicada estampa com ícones que remetem a uma das épocas mais deliciosas do ano e palavras que traduzem a verdadeira essência do Natal: alegria, amor, família e, é claro, união. A novidade também foi divulgada por influenciadores digitais de diferentes segmentos através da campanha Sabor Que Transforma Café em União.



[Quer saber mais sobre as iniciativas da marca União? Acesse o site da marca União.](#)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mabel, pra se Sentir em Casa: a marca lançou o seu mais novo posicionamento “Mabel, pra se sentir em casa”, que configura uma evolução frente ao posicionamento anterior “Mabel, Sabor de Casa é pra Sempre”, ao manter o conceito de casa/caseiro como algo proprietário da marca, mas partindo para uma linguagem mais democrática, que vai permitir que a marca converse de maneira mais assertiva com consumidores de todo o Brasil. Para o lançamento desse novo posicionamento de marca, a Mabel lançou 3 filmes publicitários, de divulgação exclusiva no digital, que retratam ocasiões em que o consumidor consegue, a partir da mordida de um biscoito Mabel, ter aquela sensação boa de estar em casa, a qualquer momento. Além disso, a marca investiu em divulgar novas editorias de conteúdo nas suas redes sociais, junto com a retomada do trabalho com influenciadores para a marca. [Quer saber mais sobre as iniciativas da marca Mabel? Acesse o Instagram da marca Mabel.](#)

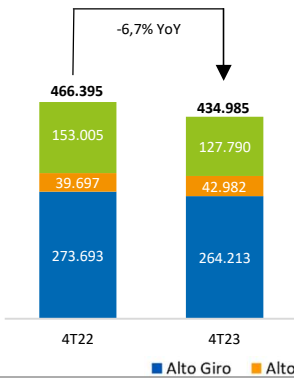


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

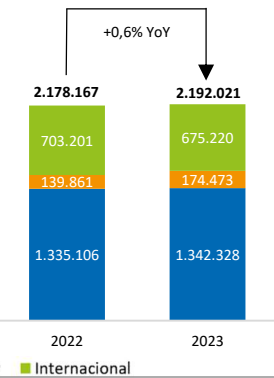
Desempenho Operacional

Evolução Volume (k ton)

Volumes 4T23 vs. 4T22 (k/ton)



Volumes 2023 vs. 2022 (k/ton)

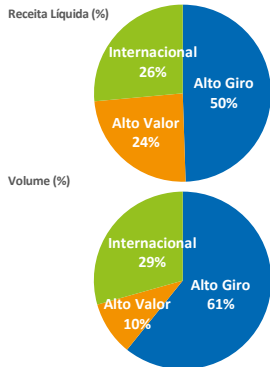


Alto Giro Alto Valor Internacional

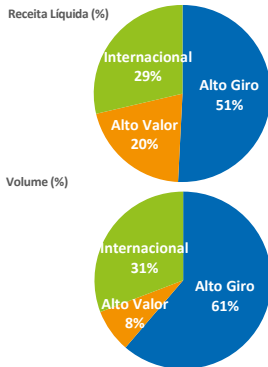
Fonte: Companhia

Representatividade por Categoria

Representatividade 4T23 (%)



Representatividade 2023 (%)



Fonte: Companhia

Classificação por categoria: Alto Giro: categorias no Brasil de grãos (arroz, feijão e outros grãos) e açúcar; Alto Valor: categorias no Brasil de pescados enlatados, massas, biscoitos e café; Internacional: Uruguai, Chile, Peru e Equador.

Redução do volume consolidado (-6,7% YoY) no 4T23 devido a menores volumes no alto giro no Brasil (-3,5% YoY), em razão de menores volumes de compras por parte dos varejistas de forma temporária, com cenário de aumento de preços de arroz. O resultado também foi impactado por redução de volumes no internacional (-16,5% YoY), devido a menor disponibilidade de volume de vendas do Uruguai no trimestre, com concentração das exportações no país realizadas nos trimestres anteriores.

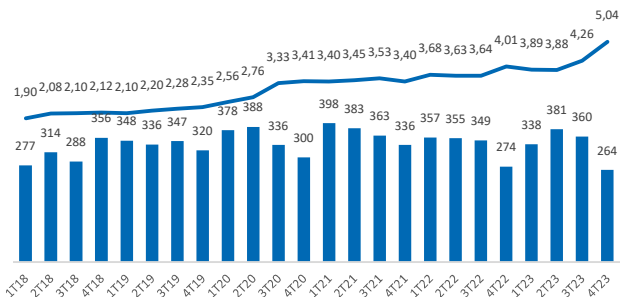
Aumento do volume consolidado (+0,6% YoY) em 2023, impulsionado pelo aumento de volume no alto valor (+24,7% YoY), principalmente nas categorias de café e biscoitos. Adicionalmente, apresentamos crescimento no volume do alto giro (+0,5% YoY), especificamente na categoria de açúcar, fruto das exportações realizadas ao longo do ano. No Internacional, o volume de vendas reduziu em -4,0%, devido a menores vendas do Peru e Uruguai.

Alto Giro

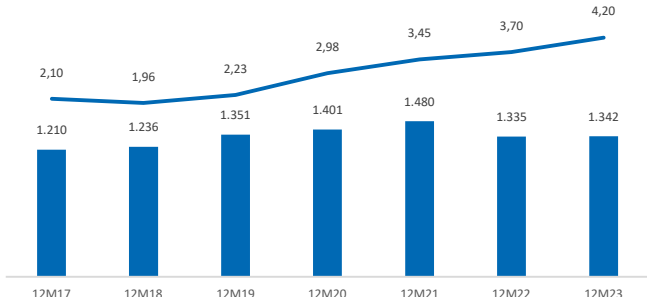


- Volume: 264,2 mil tons, -3,5% YoY no 4T23 e 1.342,3 mil tons, +0,5% YoY em 2023
- Preço líquido: R\$5,04/kg, +25,6% YoY no 4T23 e R\$4,20/kg, +13,5% YoY em 2023
- Mix de vendas: Crescimento do volume de 2023 com destaque para as operações de exportação de açúcar, fruto de uma frente de trabalho da Companhia para minimizar os efeitos de um cenário competitivo para a categoria durante 2023. Redução de volumes no 4T23 YoY devido a menores volumes em grãos, especificamente na categoria de arroz, com redução temporária de compras por parte dos varejistas no período.
- Mercado²: Arroz: R\$122,69/saca (+36,7% YoY) no 4T23 e R\$100,02/saca (+26,2% YoY) em 2023, Feijão: R\$310,06/saca (-12,5% YoY) 4T23 e R\$321,30/saca (+13,8% YoY) 2023. Açúcar: R\$147,75/saca (+9,3% YoY) 4T23 e R\$145,34/saca (+10,1% YoY) em 2023.

Alto Giro - Evolução Volume Trimestral Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



Alto Giro - Evolução Volume Anual Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



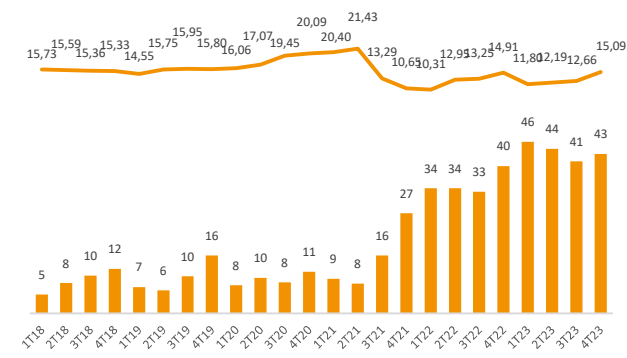
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Alto Valor



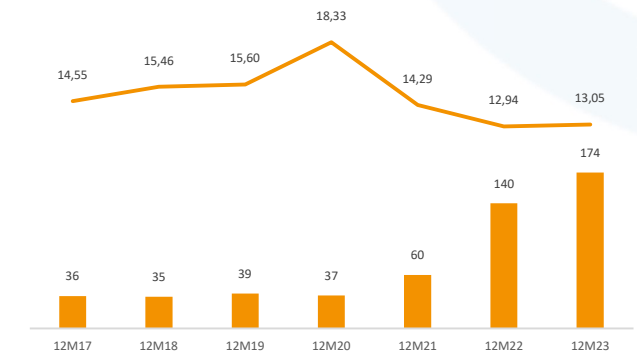
- ☐ **Volume:** 43,0 mil tons, +8,3% YoY no 4T23 e 174,5 mil tons, +24,7% YoY em 2023
- ☐ **Preço líquido:** R\$15,09/kg, +1,2% YoY no 4T23 e R\$13,05/kg, +0,8% YoY em 2023
- ☐ **Mix de vendas:** crescimento de volumes em biscoitos e café no trimestre e no ano.
- ☐ **Mercado³:** Trigo: R\$1.260,75/ton (-26,2% YoY) no 4T23 e R\$1.319,24/ton (-30,1% YoY) em 2023 e Café: R\$991,29/ton (-5,2% YoY) no 4T23 e R\$943,01/ton (-21,0% YoY) em 2023.

Alto Valor - Evolução Volume Trimestral Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)



Fonte: Companhia

Alto Valor - Evolução Volume Anual Histórico (mil tons) e Preço Líquido (R\$/kg)

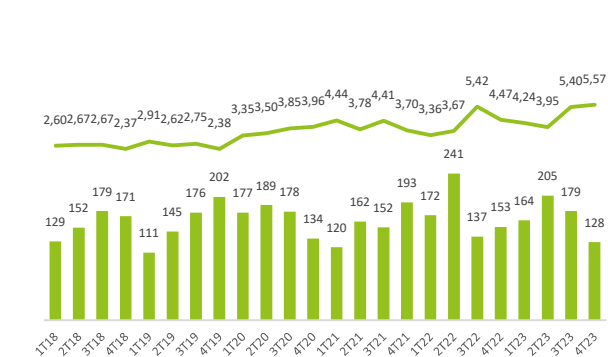


Fonte: Companhia

Internacional

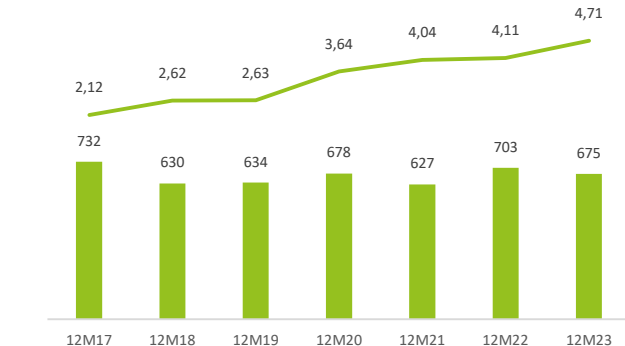
No segmento **internacional**, o volume de vendas atingiu 127,8 mil tons no 4T23 (-16,5% YoY) e 675,2 mil tons (-4,0% YoY) em 2023. No **trimestre**, a redução era esperada e ocorreu devido a menor disponibilidade de volumes para exportação no Uruguai no período, com concentração das exportações nos trimestres anteriores. No **ano**, a redução de volumes ocorreu devido aos volumes no Peru e Uruguai.

Internacional - Evolução Volume Trimestral Histórico (mil tons)



Fonte: Companhia

Internacional - Evolução Volume Anual (mil tons)



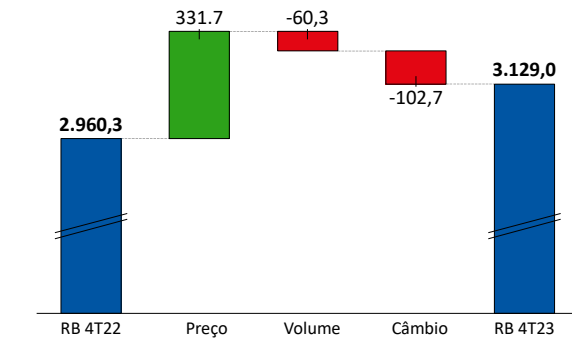
Fonte: Companhia

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho Financeiro Consolidado

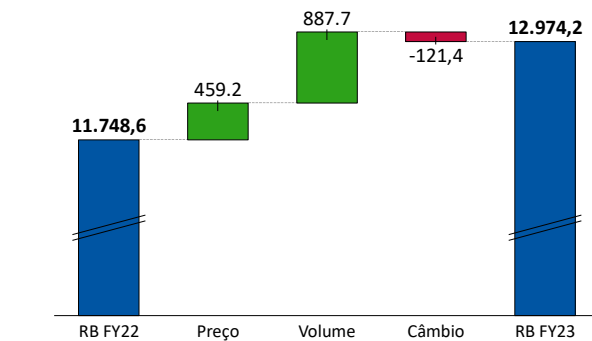
Destaques do Desempenho Financeiro

Consolidado 4T23: Abertura Receita Bruta (R\$mn)



Fonte: Companhia

Consolidado 2023: Abertura Receita Bruta (R\$mn)



Fonte: Companhia

A Receita Bruta atingiu R\$3,1 bilhões no trimestre (+5,7% YoY) e R\$13,0 bilhões no ano (+10,4% YoY). No trimestre e no ano, o crescimento da receita foi impulsionado pelo aumento de preços no alto giro, crescimento de volumes no alto valor e crescimento de receita do internacional, conforme descrito por categoria acima em *desempenho operacional*. A Receita Líquida atingiu R\$2,7 bilhões no trimestre (+6,8% YoY) e R\$11,2 bilhões no ano (+10,2% YoY).

Custo das Vendas e Serviços

Os Custos das Vendas e Serviços do trimestre atingiram R\$2,1 bilhões (+3,8% YoY), ou 79% da receita líquida, devido ao crescimento do CPV do Brasil (+3,0% YoY) impulsionado, principalmente, pelo crescimento do CPV do alto giro (grãos e açúcar) e alto valor (café, biscoitos e pescados). No internacional, o CPV apresentou um crescimento de (+7,1% YoY) impulsionado pelo crescimento de CPV no Equador.

Em 2023, o CPV atingiu R\$8,9 bilhões (+11,0% YoY), ou 80% da receita líquida, devido ao crescimento do CPV do Brasil (+10,5% YoY), impulsionado pelo crescimento de CPV no alto valor, com a entrada em biscoitos e crescimento das operações, juntamente com o aumento de CPV no alto giro, nas categorias de açúcar e grãos. No internacional, o CPV apresentou crescimento de (+12,4% YoY), impulsionado pelo crescimento de CPV no Uruguai, Chile e Equador.

Levando em consideração esses fatores, o Lucro Bruto atingiu R\$572,6 milhões (+19,1% YoY) com margem de 21,3% (+2,2pp YoY) no 4T23. No ano de 2023, o mesmo indicador atingiu R\$2,3 bilhões (+7,4% YoY) com margem de 20,2% (-0,5pp YoY).

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

O SG&A no trimestre atingiu R\$386,7 milhões (-6,8% YoY), equivalente a 14,4% da receita líquida (-2,1pp YoY). A redução ocorreu pela queda no SG&A Brasil (-7,7% YoY), com queda do G&A Brasil, principalmente, em função da redução de despesas com pessoal, energia e outros efeitos não recorrentes de reversões de provisão de acordos no âmbito de despesas jurídicas. No internacional, o SG&A atingiu R\$105,9 milhões (-4,3% YoY), sendo as principais reduções com gastos no Uruguai e no Equador.

No ano de 2023, o SG&A atingiu R\$1,7 bilhão (+2,1% YoY), equivalente a 15,0% da receita líquida (-1,1pp YoY). O crescimento ocorreu, principalmente, pelo aumento de SG&A no Brasil (+5,5% YoY), com maiores despesas de vendas com marketing e trade no período. Observamos uma queda no SG&A no internacional (-5,5% YoY), em função de menores despesas com vendas no Uruguai e Equador.

Vale destacar que a Companhia tem realizado planos de otimização e revisão de despesas, visando maior eficiência e a identificação de novas sinergias nas aquisições realizadas. Conseguimos potencializar as sinergias e rentabilidade das aquisições de 2021 até o momento, superando nossas metas e reforçando a confiança no crescimento dos novos negócios.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas no trimestre atingiram R\$248,4 milhões (-3,7% YoY), ou 9,3% da receita líquida do trimestre devido, principalmente, a:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- As despesas com vendas do **Brasil** apresentaram **aumento de 0,1% YoY, representando 6,5% da receita líquida do trimestre**. A variação foi impulsionada por maiores despesas de fretes, parcialmente compensado pela redução no volume de vendas do período.
- As despesas com vendas do **Internacional** apresentaram **diminuição de -11,8% YoY, representando 2,7% da receita líquida do trimestre**. Esse resultado se deu em função de menores volumes de vendas registrados no período.

As despesas com vendas no ano atingiram **R\$1,1 bilhão (+3,4% YoY)**, ou **9,7% da receita líquida do ano**, devido, principalmente, a:

- As despesas com vendas do **Brasil** apresentaram **aumento de (+10,7% YoY), representando 6,7% da receita líquida do ano**. A variação foi impulsionada por maiores despesas com fretes e comissões.
- As despesas com vendas do **Internacional** apresentaram **redução de (-9,7% YoY), representando 3,1% da receita líquida do ano**. A variação foi impulsionada por menores despesas com vendas no Uruguai e Equador.

Despesas Gerais e Administrativas

As **despesas gerais e administrativas no trimestre** atingiram **R\$138,3 milhões (-11,8% YoY)**, ou **5,2% da receita líquida do trimestre**.

- As despesas gerais e administrativas do **Brasil** apresentaram queda de **-18,2% YoY, representando 3,9% da receita líquida do trimestre**, principalmente, em função da redução de despesas com pessoal e bonificações, redução de despesas de energia com redução da produção no período, e outros efeitos não recorrentes no resultado, referentes a reversões de provisão de acordos no âmbito de despesas jurídicas e registro de provisão para devedores duvidosos (ambos não recorrentes totalizam registro de R\$4,3 milhões positivos no período).
- As despesas gerais e administrativas do **Internacional** apresentaram **aumento de +18,7% YoY, ou 1,2% da receita líquida do trimestre**, principalmente decorrente do incremento de G&A no Peru e Chile.

As **despesas gerais e administrativas no ano** totalizaram **R\$586,8 milhões (-0,1% YoY)**, ou **5,2% da receita líquida do ano**.

- As despesas gerais e administrativas do **Brasil** apresentaram queda de **-2,1% YoY, representando 4,0% da receita líquida do trimestre**, principalmente, em função da redução de despesas corporativas com o projeto de otimização e revisão com foco em maior eficiência e na identificação de novas sinergias nas aquisições realizadas, em adição a reversões de provisão de acordos no âmbito de despesas jurídicas.

As despesas gerais e administrativas do **Internacional** apresentaram **aumento de +7,8% YoY, ou 1,2% da receita líquida do trimestre**, principalmente decorrente do incremento de G&A no Peru e Chile

Outras receitas (despesas) operacionais

As **outras receitas operacionais** (excluindo equivalência patrimonial) **atingiram R\$3,7 milhões positivos no trimestre** (vs. R\$24,7 milhões positivos no 4T22) e **R\$57,2 milhões positivos** em 2023 (vs. R\$213,5 milhões positivos em 2022).

No trimestre, o resultado ocorreu devido, principalmente, ao reconhecimento de créditos previdenciários advindos de ações judiciais e juros e impacto da provisão de perda de ICMS (em Pernambuco).

No ano, o resultado de outras receitas operacionais ocorreu devido ao saldo não recorrente positivo de R\$45,8 milhões, principalmente decorrente de: (i) registro de receitas não recorrentes no 3T23 que totalizaram R\$27,7 milhões no período referente, principalmente, com a reversão de parcela constituída de provisão para transferência do ativo industrial de cookies de planta do vendedor do ativo para a planta da Mabel, reversão referente a dívida da Café Bom Dia e receita de PIS e COFINS atribuída da aquisição da SLC Alimentos em 2018; e (ii) registro de receitas não recorrentes no R\$18,1 milhões no ajuste de preço e revisão do valor justo dos ativos adquiridos na aquisição de biscoitos (Mabel).

EBITDA

O EBITDA do trimestre atingiu **R\$253,8 milhões (+61,7% YoY)** com **margem de 9,5% no 4T23**.

Em **2023**, o EBITDA atingiu **R\$914,0 milhões** (-0,6% YoY, ou +17,5% YoY excluindo os efeitos não recorrentes da base comparativa de 2022 referente a compra vantajosa da Mabel).

Excluindo efeitos não recorrentes de R\$45,8 milhões de outras receitas em 2023, o EBITDA Ajustado atingiu **R\$868,2 milhões, com margem de 7,7%**.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro líquido atingiu despesa de **R\$100,6 milhões (+25,3% YoY)** no trimestre. No ano, o mesmo indicador atingiu despesa de **R\$423,7 milhões (+45,8% YoY)**. Em ambos os períodos, as variações se justificam principalmente, pelos juros sobre financiamentos com aumento da taxa de juros no período, variação monetária e derivativos.

Imposto de Renda e CSLL

Imposto de Renda e CSLL apresentou resultado de **R\$18,9 milhões positivos** no trimestre (vs. R\$5,9 milhões positivos no 4T22). No ano, o mesmo indicador atingiu **R\$132,1 milhões positivos** (vs. R\$41,5 milhões negativos em 2022). Os resultados foram impulsionados impactando a alíquota efetiva, principalmente, pelas exclusões referentes a: (i) distribuições de JCP; (ii) exclusões da subvenção de ICMS, incluindo a exclusão dos créditos remanescentes de subvenção de ICMS referente ao exercício de 2022; e (iii) deduções diversas do IR/CS (apurado como PAT, doações, crédito presumido IN 1.520/2014, entre outros).

Lucro Líquido e Lucro por Ação

Lucro Líquido atingiu **R\$106,6 milhões (+572,0% YoY)** com **margem de 4,0%** no 4T23. O Lucro por ação atingiu R\$0,30 no trimestre. No ano, o mesmo indicador atingiu **R\$360,5 milhões (+1,9% YoY)** com **margem de 3,2%** e lucro por ação de R\$1,03 no ano.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Demonstrações de Resultado Consolidado

Demonstrativos (em R\$ milhões)	4T22	3T23	4T23	4T23	4T23	12M22	12M23	12M23vs
Data Fechamento	fev-23	nov-23	fev-24	VS 4T22	VS 3T23	fev-23	fev-24	12M22
Receita Bruta	2.960,3	3.433,6	3.129,0	5,7%	-8,9%	11.748,6	12.974,1	10,4%
(-) Deduções de Vendas	(448,1)	(430,1)	(446,7)	-0,3%	3,9%	(1.543,1)	(1.724,5)	11,8%
Receita Líquida	2.512,2	3.003,6	2.682,3	6,8%	-10,7%	10.205,5	11.249,6	10,2%
(-) Custo das Vendas e Serviços	(2.031,5)	(2.423,8)	(2.109,8)	3,8%	-13,0%	(8.085,6)	(8.973,7)	11,0%
Lucro Bruto	480,7	579,7	572,6	19,1%	-1,2%	2.119,9	2.276,0	7,4%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm.	(414,7)	(425,4)	(386,7)	-6,8%	-9,1%	(1.646,9)	(1.682,2)	2,1%
(+/-) Resultado da Equiv. Patrimonial	(0,4)	0,0	(1,2)	n.a	n.a	(0,6)	1,1	n.a
(+) Outras Receitas Operacionais	24,7	28,5	3,7	-85,2%	-87,2%	213,5	57,2	-73,2%
Lucro Operacional (EBIT)	90,2	182,9	188,3	108,7%	2,9%	685,8	652,1	-4,9%
(+/-) Resultado Financeiro	(80,3)	(110,0)	(100,6)	25,3%	-8,5%	(290,6)	(423,7)	45,8%
Resultado antes Impostos	10,0	72,9	87,7	779,7%	20,3%	395,2	228,4	-42,2%
Total Imposto de Renda / CSLL	5,9	70,1	18,9	220,7%	-73,0%	(41,5)	132,1	n.a
Lucro Líquido	15,9	143,0	106,6	572,0%	-25,4%	353,7	360,5	1,9%
Reconciliação EBITDA								
Lucro Líquido	15,9	143,0	106,6	572,0%	-25,4%	353,7	360,5	1,9%
(-) Resultado Financeiro Líquido	80,3	110,0	100,6	25,3%	-8,5%	290,6	423,7	45,8%
(-) Imposto de Renda / CSLL	(5,9)	(70,1)	(18,9)	220,7%	-73,0%	41,5	(132,1)	n.a
(-) Depreciação e Amortização	66,7	66,4	65,5	-1,8%	-1,2%	234,0	261,9	11,9%
(=) EBITDA	157,0	249,3	253,8	61,7%	1,8%	919,8	914,0	-0,6%
(-) Receitas/Despesas Não Recorrentes	-	-	-	-	-	141,7	-	n.a
(=) EBITDA Ajustado	157,0	249,3	253,8	61,7%	1,8%	778,1	914,0	17,5%
Margens								
Margem Bruta	19,1%	19,3%	21,3%	2,2pp	2,0pp	20,8%	20,2%	-0,5pp
Margem EBITDA	6,2%	8,3%	9,5%	3,2pp	1,2pp	9,0%	8,1%	-0,9pp
Margem EBITDA Ajustada	6,2%	8,3%	9,5%	3,2pp	1,2pp	7,6%	8,1%	0,5pp
Margem Líquida	0,6%	4,8%	4,0%	3,3pp	-0,8pp	3,5%	3,2%	-0,3pp

Demonstrações de Resultado por Segmento

Brasil	4T22	3T23	4T23	4T23	4T23	12M22	12M23	12M23vs
Data Fechamento	fev-23	nov-23	fev-24	VS 4T22	VS 3T23	fev-23	fev-24	12M22
Receita Líquida	1.967,9	2.149,6	2.101,2	6,8%	-2,3%	7.591,2	8.391,7	10,5%
(-) Custo das Vendas e Serviços	(1.617,9)	(1.763,3)	(1.666,6)	3,0%	-5,5%	(6.124,5)	(6.768,4)	10,5%
Lucro Bruto	350,0	386,3	434,6	24,2%	12,5%	1.466,7	1.623,3	10,7%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm	(304,1)	(293,7)	(280,8)	-7,7%	-4,4%	(1.143,5)	(1.206,4)	5,5%
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais e Equivalência Patrimonial	22,6	23,8	3,8	-83,2%	-84,1%	208,0	50,4	-75,8%
Lucro Operacional (EBIT)	68,4	116,4	157,5	130,3%	35,3%	531,1	467,2	-12,0%
(+/-) Resultado Financeiro	(77,9)	(97,2)	(90,5)	16,3%	-6,9%	(271,0)	(383,5)	41,5%
Resultado antes Impostos	(9,5)	19,2	67,0	n.a	248,0%	260,1	83,7	-67,8%
Total Imposto de Renda / CSLL	13,6	75,2	9,1	-33,0%	-87,9%	(27,4)	139,4	n.a
Lucro Líquido	4,2	94,5	76,1	1729,2%	-19,4%	232,7	223,1	-4,1%
Reconciliação EBITDA								
Lucro Líquido	4,2	94,5	76,1	1729,2%	-19,4%	232,7	223,1	-4,1%
(+) Resultado Financeiro Líquido	77,9	97,2	90,5	16,3%	-6,9%	271,0	383,5	41,5%
(+) Imposto de Renda / CSLL	(13,6)	(75,2)	(9,1)	-33,0%	-87,9%	27,4	(139,4)	n.a
(+) Depreciação e Amortização	48,0	49,7	47,5	-1,2%	-4,4%	170,2	195,7	15,0%
(=) EBITDA	116,4	166,1	205,0	76,0%	23,4%	701,3	662,9	-5,5%
Margens								
Margem Bruta	17,8%	18,0%	20,7%	2,7pp	2,9pp	19,3%	19,3%	0,0pp
Margem EBITDA	5,9%	7,7%	9,8%	2,0pp	3,8pp	9,2%	7,9%	-1,3pp
Margem Líquida	0,2%	4,4%	3,6%	-0,8pp	3,4pp	3,1%	2,7%	-0,4pp
Internacional	4T22	3T23	4T23	4T23	4T23	12M22	12M23	12M23vs
Data Fechamento	fev-23	nov-23	fev-24	VS 4T22	VS 3T23	fev-23	fev-24	12M22
Receita Líquida	544,3	853,9	581,2	6,8%	-31,9%	2.614,3	2.858,0	9,3%
(-) Custo das Vendas e Serviços	(413,6)	(660,5)	(443,1)	7,1%	-32,9%	(1.961,1)	(2.205,3)	12,4%
Lucro Bruto	130,7	193,4	138,0	5,6%	-28,6%	653,2	652,7	-0,1%
(-) Despesas com Vendas, Gerais e Adm	(110,6)	(131,7)	(105,9)	-4,3%	-19,6%	(503,4)	(475,8)	-5,5%
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais e Equivalência Patrimonial	1,7	4,7	(1,4)	n.a	n.a	4,9	8,0	63,9%
Lucro Operacional (EBIT)	21,8	66,5	30,8	41,1%	-53,6%	154,7	184,9	19,6%
(+/-) Resultado Financeiro	(2,4)	(12,8)	(10,1)	318,1%	-21,2%	(19,5)	(40,2)	105,8%
Resultado antes Impostos	19,4	53,7	20,7	6,6%	-61,4%	135,1	144,7	7,1%
(+/-) Total Imposto de Renda / CSLL	(7,7)	(5,2)	9,8	n.a	n.a	(14,1)	(7,3)	-48,0%
Lucro Líquido	11,7	48,5	30,5	160,5%	-37,1%	121,0	137,4	13,5%
Reconciliação EBITDA								
Lucro Líquido	11,7	48,5	30,5	160,5%	-37,1%	121,0	137,4	13,5%
(+) Resultado Financeiro Líquido	2,4	12,8	10,1	318,1%	-21,2%	19,5	40,2	105,8%
(+) Imposto de Renda / CSLL	7,7	5,2	(9,8)	n.a	n.a	14,1	7,3	-48,0%
(+) Depreciação e Amortização	18,7	16,7	18,1	-3,3%	8,3%	63,9	66,3	3,7%
(=) EBITDA	40,5	83,2	48,9	20,6%	-41,2%	218,5	251,2	14,9%
Margens								
Margem Bruta	24,0%	22,6%	23,8%	1,1pp	-0,3pp	25,0%	22,8%	-2,1pp
Margem EBITDA	7,4%	9,7%	8,4%	-1,3pp	1,0pp	8,4%	8,8%	0,4pp
Margem Líquida	2,1%	5,7%	5,2%	-0,4pp	3,1pp	4,6%	4,8%	0,2pp

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Política de Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas a distribuição de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências, se houver. O montante é distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo a distribuição facultativa de dividendos complementares em montantes a serem determinados pela Companhia que, em caso de deliberação, deve ser submetida à aprovação de Assembleia de Acionistas.

Estrutura Acionária

No 4T23 a Companhia possuía capital social total composto por 350 milhões de ações, sendo 94,7 milhões de ações em circulação no mercado (*free float*)^[1], representando aproximadamente 27% do capital total.

Ao final de fevereiro de 2024, a Companhia detinha 8.928.768 ações em tesouraria. Em 24 de janeiro de 2024, foi anunciado o encerramento do 8º programa de recompra da Companhia, totalizando na mesma data 8.984.400 ações remanescentes em tesouraria após o término do programa.

Performance Acionária

Em 29 de fevereiro de 2024, as ações da Camil (B3: CAML3) fecharam cotadas em R\$8,55/ação com *market cap* de R\$2,93 bilhões. O volume médio diário de negociação do trimestre foi de 776 mil ações, ou aproximadamente R\$6,5 milhões/dia. Desde o IPO em setembro de 2017, a cotação de CAML3 apresentou desvalorização de 3,4% (Fev/24).

Relações com Investidores

Nosso compromisso com o mercado é baseado em três pilares: Comunicação com Transparência, Agilidade e Excelência. Por meio de agendas diretas e em conjunto com nossos parceiros no mercado durante o trimestre, *lives* realizadas de modo virtual com corretoras e o evento anual público presencial da Companhia, que foi realizado em fevereiro de 2024 (Camil Day).

As requisições podem ser realizadas por meio do nosso canal de relações com investidores no site (<http://ri.camilalimentos.com.br/>) ou e-mail (ri@camil.com.br).

Relacionamento com os auditores independentes

O Grupo informa que, as demonstrações financeiras do exercício findo em 29 de fevereiro de 2024 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Os procedimentos da Administração da Companhia e suas controladas, para a contratação de serviços de auditores independentes, visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

No que se refere aos procedimentos adotados pela Companhia, cumpre-nos esclarecer que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados a auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente, bem como obter a devida aprovação do seu Comitê de Auditoria. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., no âmbito de seus serviços de auditoria independente, informou à Companhia que: (i) não identificou assuntos ou relacionamentos comerciais que pudessem afetar sua independência; (ii) em seu julgamento profissional, é independente em relação à Companhia e suas subsidiárias de acordo com as regras brasileiras;

(iii) os integrantes de sua equipe de auditoria, sua firma de auditoria e outras firmas integrantes da rede global da PwC, quando aplicável, cumpriram com os requerimentos éticos pertinentes relacionados à independência;

(iv) salvaguardas foram adotadas para eliminar ameaças com relação à sua independência profissional ou reduzi-las a um nível aceitável.

^[1] *Free float* exclui a participação detida por Camil Investimentos S.A., participações individuais dos acionistas controladores, outros administradores/partes relacionadas e ações em tesouraria. O Saldo da Camil Investimentos inclui participações individuais dos acionistas controladores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições contidas na Instrução CVM nº 480/2009, a diretoria declara que discutiu e reviu as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, com as quais concorda integralmente, assim como aprova as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2024.

Disclaimer

Certas porcentagens e outros valores incluídos neste documento foram arredondados para facilitar a sua apresentação. Dessa forma, os números apresentados como totais em algumas tabelas podem não representar a soma aritmética dos números que os precedem e podem diferir daqueles apresentados nas demonstrações financeiras. Os dados relativos aos trimestres, assim como os dados operacionais (não financeiros e não contábeis) são dados não auditados/revisados pelos auditores independentes, pois consistem em medidas não reconhecidas sob IFRS ou outros padrões contábeis.

1. Contexto operacional

A Camil Alimentos S.A. (“Camil” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo/SP, que junto com suas controladas e coligadas (coletivamente, “Grupo”) tem como atividades preponderantes a industrialização e comercialização de grãos (principalmente arroz e feijão), açúcar, biscoitos, massas, pescados enlatados (sardinha e atum) entre outros produtos, por meio de marcas com forte reconhecimento e posições de liderança em participação de mercado no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Equador.

A Companhia possui um portfólio diversificado de marcas tradicionais, consolidadas e com reconhecimento pelos consumidores, com produtos que permitem obter expressivas posições de liderança em todos os mercados de atuação. A Camil possui participações relevantes no Brasil nos mercados de grãos, açúcar, pescados enlatados, massas e biscoitos, sendo as principais marcas Camil, União, Coqueiro, Santa Amália e Mabel, respectivamente. No ambiente internacional, a Camil atua no Uruguai, com a marca Saman, Chile, com a marca Tucapel, Peru, com a marca Costeño, e no Equador, com a marca Rico Arroz.

O exercício social da Companhia finda em fevereiro de cada ano, a fim de alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o ciclo de colheita da safra de arroz, principal produto da Camil. A safra do arroz ocorre uma vez ao ano, entre os meses de fevereiro e maio, principal insumo utilizado no processo produtivo da Companhia e suas controladas. Essa dinâmica é influenciada por flutuações nos preços e fomento agrícola, principalmente no Brasil e no Uruguai. No Brasil, por exemplo, o plantio acontece em meados de setembro. No momento da colheita, o preço médio pago pelo arroz, tradicionalmente é menor durante os meses imediatamente seguintes à safra de março, efeito observado na sazonalidade de capital de giro do período.

Em 28 de setembro de 2017, a Camil Alimentos S.A. começou a ter suas ações negociadas na B3, no segmento do Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa em listagem da bolsa, sob o código CAML3.

Em 29 de fevereiro de 2024 o Grupo possui trinta e três unidades industriais, sendo dezesseis unidades no Brasil, dez no Uruguai, duas no Chile, quatro no Peru e uma no Equador. Em 28 de fevereiro de 2023 o Grupo possui trinta e cinco unidades industriais, sendo dezessete unidades no Brasil, dez no Uruguai, duas no Chile, cinco no Peru e uma no Equador.

Principais eventos do exercício

a) Outorga de novas opções de compras de ações

Em 13 de abril de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a sétima outorga de novas opções de compra de ações aos beneficiários no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, aprovada em Assembleia Geral da Companhia realizada no dia 28 de agosto de 2017 (“Plano de Opção de Compra”).

A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 5.798.413 ações ordinárias de emissão da Companhia, respeitando o limite global de 4% do capital social. O preço de exercício de cada Nova Opção corresponderá a R\$7,15 (sete reais e quinze centavos) por ação;

b) Conclusão da operação de aquisição da Climuy S.A.

A Companhia concluiu a operação de aquisição de 100% das ações da Climuy S.A., através da controlada SAMAN. A conclusão da transação estava sob análise do governo local, devido a legislação vigente no Uruguai, e a aprovação foi obtida em 31 de maio de 2023. A Climuy, que é controlada pelos mesmos acionistas da Companhia, possui como principais atividades o fornecimento de água para irrigação de arrozais, arrendamento de propriedades rurais e atividades florestais. A Climuy também possui investimentos na Sociedade Arroyo Sarandí S.A., Corrales S.A. e Maberil S.A.

2. Práticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") vigentes, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS", juntamente com as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") através das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais ("NBC TG"), Interpretações Técnicas Gerais ("ITG") e Comunicados Técnicos Gerais ("CTG") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") através de suas resoluções.

Em conformidade com a OCPC 07/CTG 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, mensurados pelo valor justo, e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e sua emissão autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de maio de 2024.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Demonstrações financeiras consolidadas

Em 29 de fevereiro de 2024 e 28 de fevereiro de 2023, a Companhia mantinha participação nas seguintes empresas controladas e coligadas:

			29/02/2024		28/02/2023	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Uruguai						
CAMILATAM S.A.	Controlada	100,0%	-	100,00%	-	-
S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN)	Controlada	-	100,00%	-	100,00%	-
Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%	-
Silcom S.A. (***)	Controlada	-	-	-	100,00%	-
Climuy S.A. (*)	Controlada	-	100,00%	-	-	-
Comisaco S.A.	Coligada	-	50,00%	-	50,00%	-
Arrozur - Arroz Uruguayo S.A. (**)	Coligada	-	52,00%	-	49,19%	-
Galofer S.A.	Coligada	-	48,50%	-	45,00%	-
Corrales S.A. (*)	Coligada	-	43,00%	-	-	-
Maberil S.A. (*)	Coligada	-	26,67%	-	-	-
Arroyo Sarandí SRL (*)	Coligada	-	26,67%	-	-	-
Chile						
Empresas Tucapel S.A.	Controlada	-	99,94%	-	99,94%	-
Peru						
Costeño Alimentos S.A.C.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%	-
Envasadora Arequipa S.A.C	Controlada	-	100,00%	-	100,00%	-
Costeño Alimentos Oriente S.A.C.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%	-
Ecuador						
Camilatam Ecuador S.A.S.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-	-
Fideicomiso Mercantil Dajahu	Controlada	-	-	-	100,00%	-
Transportes Ronaljavhu S.A.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%	-
Indústrias Dajahu S.A.S.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%	-
Brasil						
Ciclo Logística Ltda.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-	-
Camil Energias Renováveis Ltda	Controlada	100,00%	-	100,00%	-	-
Camil Properties Ltda	Controlada	100,00%	-	-	-	-
Café Bom Dia S.A. – Em Recuperação Judicial	Controlada	97,71%	-	97,71%	-	-
Agro Coffee Comércio Importação e Exportação S.A. – Em Recuperação Judicial	Controlada	90,33%	-	90,33%	-	-
CIPA Industrial De Produtos Alimentares Ltda.	Controlada	100,00%	-	100,00%	-	-
CIPA Nordeste Industrial De Produtos Alimentares Ltda.	Controlada	-	100,00%	-	100,00%	-

(*) Empresas adquiridas em 31 de maio de 2023, através de sua subsidiária SAMAN no Uruguai;

(**) Devido acordo de acionistas a SAMAN não detém o controle apesar dos 52% de participação.

(***) Empresa incorporada em 31 de março de 2023.

As controladas são as empresas que a Companhia detém o controle e, dessa forma, consolida as respectivas demonstrações financeiras. Enquanto as coligadas, a Companhia possui influência significativa, porém não controla e, portanto, não consolida.

O exercício social das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas componentes consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

2.2. Combinação de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida após avaliação do valor justo do patrimônio da adquirida e a participação de não controladores. Custos relacionados com aquisição são contabilizados como despesa conforme incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos da adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 / NBC TG 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado.

Ágio

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho por compra vantajosa na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) do Grupo que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida.

Ganho com compra vantajosa

A compra vantajosa ocorre em uma combinação de negócios onde o preço pago para adquirir o negócio é inferior ao valor justo do patrimônio líquido da empresa adquirida, representado pelos ativos adquiridos e passivos assumidos. Ganhos decorrentes de compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Antes de reconhecer o ganho decorrente de compra vantajosa, a Companhia deve promover uma revisão dos valores apurados na mensuração do valor para se certificar de que todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos foram corretamente identificados.

Reconhecendo a não usualidade deste ganho em combinações de negócios, a Companhia revê os procedimentos utilizados para assegurar que a mensuração dos valores a serem reconhecidos na data da aquisição, estejam adequadamente mensurados para os casos abaixo:

(i) ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos; e

(ii) a contraprestação transferida para obtenção do controle da adquirida.

Confirmada a adequação do valor do ganho por compra vantajosa, a Companhia registra a transação nas demonstrações financeiras da Companhia, líquido dos efeitos tributários. O imposto de renda e contribuição social contabilizado em uma compra vantajosa é pago na razão de 1/60 avos, se houver a incorporação.

Aquisição de negócios sob controle comum

A prática contábil para aquisição de negócios em controle comum segue em discussão pelas instituições e órgãos competentes e, por este motivo, não há orientação específica para este tipo de operação. Contudo, a Companhia adotou procedimentos similares aos descritos no CPC 15 (R1) – Combinação de negócios.

Os ativos e passivos da entidade adquirida foram mensurados ao valor patrimonial e não houve reconhecimento de ágio ou compra vantajosa. Sendo assim, a diferença entre o preço pago e o valor contábil dos ativos líquidos adquiridos foi reconhecido no patrimônio líquido da Companhia.

2.3. Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) / NBC TG 03 (R3) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.4. Informação por segmento

O CPC 22/NBC TG 22 (R2)/IFRS 8 - Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A partir do exercício findo em fevereiro de 2014, a Companhia passou a se organizar no segmento de negócios por área geográfica, ficando consistente com os princípios e conceitos utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia na avaliação de desempenho, que consideram a Companhia como uma plataforma de alimentos no Brasil e Internacional. As informações são analisadas por segmento como segue:

Alimentício Brasil: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos, pescados, açúcar, massas, café e biscoito.

Alimentício Internacional: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile, Peru e Equador, na linha de produtos de grãos.

2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real (BRL), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora (Companhia) e consolidadas, exceto pelas demonstradas a seguir:

	Moeda
Uruguai	
CAMILATAM S.A.	USD
S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN)	USD
Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	USD
Chile	
Empresas Tucapel S.A.	CLP
Peru	
Costeño Alimentos S.A.C.	PEN
Envasadora Arequipa S.A.C	PEN
Costeño Alimentos Oriente S.A.C.	PEN
Equador	
Camilatam Ecuador S.A.S.	USD
Fideicomiso Mercantil Dajahu	USD
Transportes Ronaljavhu S.A.	USD
Industrias Dajahu S.A.S.	USD

As demonstrações financeiras das controladas são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Ativos e passivos das controladas localizadas no exterior são

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

convertidos para Reais (BRL) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios. Os ganhos ou perdas de conversão dos investimentos, são registrados ao patrimônio líquido na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - BRL) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado do exercício.

Na tabela a seguir divulgamos as taxas de câmbio em Reais em vigor na data-base dessas demonstrações financeiras:

Taxa final	29/02/2024	28/02/2023
Dólar EUA (USD)*	4,9933	5,2078
Peso Chile (CLP)	0,0052	0,0063
Novo Sol / Peru (PEN)	1,3205	1,3724

*As controladas no Uruguai e Equador utilizam o Dólar norte-americano (EUA) como moeda funcional.

2.6. Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / NBC TG 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda.

A receita líquida é reconhecida na extensão em que o controle sobre a propriedade e posse do ativo é transferido ao cliente. É mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Alguns contratos concedem ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período especificado. Dessa forma, a Companhia analisa o comportamento histórico das devoluções e calcula a estimativa de devoluções esperadas, a qual é registrada na receita líquida e apresentada em conta redutora do contas a receber no balanço patrimonial.

A Companhia considera os descontos firmados em contratos e tem controle dos descontos pontuais de suas negociações, para garantir que a receita reconhecida esteja líquida destes impactos. Os programas de incentivos e descontos incluem análise por performance de vendas baseadas em volume e por ações de marketing executadas nos pontos de vendas. Conforme mencionado, estes descontos são registrados na demonstração do resultado como redutora da receita líquida de vendas.

A Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47 / NBC TG 47 / IFRS 15, não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência dos produtos prometidos para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço

será de um ano ou menos.

Para obtenções de contrato, são pagas comissões aos seus representantes comerciais para cada venda de produtos realizada e a respectiva contraprestação recebida, registrada na rubrica de despesas com vendas.

2.7. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, atendendo a competência do crédito.

Subvenções governamentais reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos sobre a venda, e destinados a reserva de incentivos fiscais a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, são excluídos da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

2.8. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço patrimonial.

No Brasil, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda, sob forma de tributação pelo lucro real, é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as adições ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

No Uruguai a alíquota é de 25%, no Chile de 27%, no Peru 29,5% e no Equador 25%, sendo que no Brasil esses resultados são tributados de acordo com a MP 2.159-70/2001 e da Lei nº 12.973/14.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão pode ser controlado e é provável que estas diferenças não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável

que o lucro tributável esteja disponível para que estas diferenças possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos tributos diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço patrimonial e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e são relacionados e sujeitos à mesma autoridade tributária.

A Companhia não registra tributos diferidos passivos sobre o ágio oriundo das aquisições conforme orientação CPC 32 (IAS 12) parágrafo 15A.

Tributos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0,00% a 20,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	0,00% a 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,00% a 1,65%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0,00% a 5%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2% a 5%
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social (*)	1,5%

(*) Refere-se ao percentual devido pela controlada Ciclo Logística Ltda., com o advento da Lei de desoneração da folha de pagamento.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos ou das despesas gerais e administrativas, na demonstração do resultado, conforme a origem do dispêndio. Os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

As vendas das empresas do Grupo localizadas no exterior estão sujeitas ao imposto sobre valor agregado (IVA).

	Alíquotas
Uruguai	10% a 22%.
Chile	19%
Peru	18%
Equador	12%

2.8.1 Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A IFRIC 23, interpretação emitida pelo IASB em 7 de junho de 2017, foi traduzida pela ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (Interpretação ITG 22 aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade), esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da norma CPC 32 / NBC TG 32 (R4) / IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas.

Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente de decisões fiscais assumidas nas apurações dos tributos sobre o lucro da Controladora e de suas controladas, no Brasil e no exterior, e as suposições em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e

alíquotas de imposto.

A Administração da Companhia entende que não há impactos nas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos que poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda, uma vez que os procedimentos adotados para apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais. O principal tema em discussão está associado ao auto de infração correspondente às amortizações de ágio, conforme divulgação na nota explicativa nº 18.2.

2.9. Propriedades para investimento

Conforme o CPC 28 – Propriedade para Investimentos, consiste na classificação e mensuração de ativos imobiliários mantidos para obter rendimentos através de contratos de arrendamento ou valorização do capital ao longo do tempo.

Esses ativos são reconhecidos pelo seu custo de aquisição e subsequentemente mensurados pelo valor justo, com alterações no valor justo reconhecidas no resultado e no balanço patrimonial são apresentadas dentro do ativo não circulante. Ainda de acordo com a referida norma, por característica, as propriedades para investimento geram fluxos de caixa altamente independentes dos demais ativos mantidos pela Companhia.

2.10. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial, mensuração subsequente e baixa

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Conforme o pronunciamento técnico CPC 48 / NBC TG 48 / IFRS 9, ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma elimina as categorias existentes no CPC38 (IAS 39) de mantidos até o vencimento, mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis, e disponível para venda.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 / NBC TG 47 / IFRS 15. Vide políticas contábeis na nota explicativa nº 2.6 - Receita de contrato com cliente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e instrumentos financeiros. No reconhecimento inicial, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores (incluindo os convênios), empréstimos e financiamentos, debêntures, adiantamento de clientes, partes relacionadas e outras contas a pagar. No reconhecimento inicial, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço patrimonial de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do

modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado, como por exemplo, os instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- O Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui em passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições, cujo fornecedores receberam antecipadamente no exercício findo em 29 de fevereiro de 2024. Devido às características de negociação comercial de prazo de fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de créditos da Companhia com as instituições, conforme descrito na nota explicativa 14.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / NBC TG 48 / IFRS 9 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, uma vez que o saldo final dos instrumentos financeiros derivativos, resultaram um ativo.

Empréstimos e Financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Debêntures

Inicialmente registradas pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros e atualização monetária, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.11. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

A Companhia não operou com *hedge accounting* durante os exercícios findos em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023.

2.12. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de contratação e com risco insignificante de mudança no rendimento pactuado, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo. Não houve mudança na política de determinação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios divulgados. Quando as aplicações financeiras não se enquadram nos critérios de equivalentes de caixa, são classificados na rubrica Aplicações financeiras, separadamente.

2.13. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção pela média móvel ponderada.

No Uruguai, especificamente, os termos e condições de comercialização de parcela significativa da produção agrícola do arroz celebrados entre os produtores rurais e as indústrias são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias (“Gremial de Molinos”) e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país (“Asociación de Cultivadores de Arroz”). O mecanismo de cálculo do preço da saca de arroz com casca é estabelecido em acordo formal tendo como base o preço de venda obtido pelas indústrias na comercialização do arroz a cada safra, deduzido de custos e despesas previamente acordados com a Associação de Cultivadores de Arroz e uma margem mínima assegurada às indústrias. Este preço é definido pela Associação de produtores e as indústrias quando aproximadamente 90% da safra uruguaia se encontra efetivamente negociada e vendida pelas indústrias, o que ocorre usualmente no primeiro trimestre do ano subsequente à colheita da safra do ano corrente.

Para permitir a concessão de adiantamentos por parte das indústrias e liquidações parciais das compras de arroz, a associação de produtores e as indústrias estabelecem ao final de cada safra, usualmente em junho de cada ano, um preço provisório para fins de referência ao mercado. Os pagamentos parciais efetuados são complementados pelas indústrias ou devolvidos pelos produtores quando da definição do preço definitivo.

2.14. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Passivo a descoberto em controladas

Situação em que a subsidiária ou controlada apresenta seu passivo maior do que seu ativo. Neste caso, a controladora, assumindo a responsabilidade pelos compromissos financeiros da subsidiária ou controlada, reconhece em seu balanço patrimonial o passivo a descoberto.

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.15. Imobilizado

Os itens de imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso, e de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como tributos a recuperar, quando aplicável. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A Companhia revisa anualmente as taxas ou quando há algum indicativo de impairment. A seguir as taxas em 29 de fevereiro de 2024:

	Controladora			Consolidado		
	Mínima	Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média
Prédios	0,33%	13,84%	3,69%	0,33%	50,00%	6,09%
Máquinas e equipamentos	0,03%	34,43%	9,63%	0,03%	34,43%	10,44%
Veículos	1,10%	20,00%	19,11%	1,10%	33,00%	11,98%
Móveis e utensílios	10,00%	10,00%	10,00%	1,00%	34,00%	11,37%
Computadores e periféricos	0,91%	44,44%	19,96%	0,91%	50,00%	23,53%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.16. Capitalização de custos de financiamentos ao ativo qualificável

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.17. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e ativos intangíveis decorrentes de combinação de negócios são mensurados ao valor justo. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Para os intangíveis com vida útil definida a Companhia utiliza as seguintes taxas anuais de amortização:

	Controladora			Consolidado		
	Mínima	Máxima	Média	Mínima	Máxima	Média
Software (*)	20,00%	20,00%	20,00%	3,00%	100,00%	11,00%
Relacionamento com clientes	11,01%	19,05%	16,39%	1,00%	19,05%	6,28%
Contrato de não competição	20,00%	20,00%	20,00%	15,00%	20,00%	7,00%

(*) Controlada Tucapel possui softwares com licença de 12 meses registrada no intangível, explicando a taxa máxima de 100%

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio, marcas e patentes de empresas adquiridas) não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC), considerando os segmentos definidos pela Companhia. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Item	Técnica de Avaliação
Marca	São avaliadas pela Abordagem da Receita, utilizando o <i>Relief-from-Royalty</i> . Pelo método <i>Relief-from-Royalty</i> , o valor justo da marca representa o valor presente da economia de não ter que pagar royalties pela sua utilização.
Relacionamento de Clientes	O relacionamento com clientes foi avaliado pela Abordagem da Receita, utilizando o <i>Multi Period Excess Earnings</i> (MPEEM), por meio do qual, basicamente, os fluxos de caixa gerados pelos clientes são projetados, se exaurindo conforme a estimativa dos cancelamentos até a sua completa exaustão.
Imobilizado	Os bens do ativo imobilizado (terrenos, edificações e benfeitorias, instalações, máquinas e equipamentos e veículos) foram avaliados em conformidade com as Normas Brasileiras de Avaliações – NBR 14.563 da ABNT Associação Brasileiras de Normas Técnicas. Os valores justos de mercado foram obtidos mediante a aplicação dos métodos: comparativo direto de dados de mercado e do custo de reposição depreciado segundo a aplicação da depreciação em função da expectativa de vida útil econômica do ativo avaliado.
Contingências e indenizações	Na data base, passivos contingentes relacionados a processos judiciais, cíveis e administrativos são mensurados ao valor justo. Perdas avaliadas como possíveis são mensuradas ao valor justo e registrados conforme sua probabilidade de perda. Para os casos em que a Companhia tem o direito contratual de ser reembolsada, a Companhia registra um ativo de mesmo valor.
Estoque	Matéria-prima e embalagens: foram avaliados pelo custo de reposição com base na última aquisição. Produtos acabados e produtos para revenda: foram avaliados pelo valor de realização líquido.

Ágio e compra vantajosa

Reconhecido em uma combinação de negócios e que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente. Tais benefícios

econômicos futuros podem advir da sinergia entre os ativos identificáveis adquiridos ou de ativos que, individualmente, não se qualificam para reconhecimento em separado nas demonstrações financeiras.

Nas situações em que a contraprestação transferida para aquisição do controle for inferior ao valor justo dos ativos adquiridos, registra-se a compra vantajosa na rubrica “Outras receitas e despesas” da demonstração de resultados.

2.18. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados consideram cinco anos somados à perpetuidade e são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não houve a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos (*impairment*).

2.19. Provisões

Geral

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem

como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes classificados como perda possível oriundos de combinação de negócios

A mensuração subsequente dos passivos contingentes classificados como perda possível oriundos de combinação de negócios, é realizada de acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS 3. Até que o passivo seja liquidado, cancelado ou extinto, a Companhia mensura pelo maior valor entre aquele que seria registrado com base no CPC 25 / IAS 37 e o montante pelo qual foi inicialmente reconhecido.

2.20. Arrendamentos

A caracterização de um contrato de arrendamento está baseada em aspectos substantivos relativos ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua contratação.

O advento do CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 – Arrendamentos, em substituição às normas existentes CPC 06 (R1) / NBC TG 06 (R2) / IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e as interpretações relacionadas ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27, a partir de 1º de janeiro de 2019 (equivalente a 1º de março de 2019 para a Companhia), estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. As principais mudanças às práticas contábeis dos arrendatários são:

- (i) Equiparação das tratativas contábeis para arrendamentos operacionais e financeiros para o arrendatário, de modo que todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, passam a ser reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente;
- (ii) As despesas de arrendamentos deixam de ser reconhecidas de forma linear. O resultado é impactado pela despesa de depreciação do ativo e pela apropriação de juros do passivo.

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início (taxa nominal), porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme que a Companhia pretende operar o ativo.

Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira, conforme fluxo de amortização definido pela taxa nominal calculada no início da contratação.

O valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento é novamente mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Para o exercício findo em 29 de fevereiro de 2024, os eventos decorrentes da COVID-19 não foram considerados como modificação relevante em relação às análises efetuadas que deram base aos registros contábeis.

As características dos contratos de arrendamentos do Grupo classificados como aplicáveis ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 – Arrendamentos são:

- Transferência dos riscos e benefícios relativos à propriedade do item;
- Identificação do ativo;
- Valor do bem arrendado superior a R\$20 (vinte mil reais);
- Prazo de vigência superior a um ano.

A Companhia reconheceu os ativos e passivos para os seus contratos de arrendamento referente a locação de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, seguindo o entendimento manifestado pela CVM no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019 sobre o CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) / IFRS 16, o qual orientou sobre aplicação da taxa incremental de juros, PIS e COFINS embutidos no passivo de arrendamento e tributos a recuperar sobre a realização do passivo de arrendamento. Assim, o saldo do Passivo de arrendamento, considera o montante equivalente a aproximadamente 9,25% de PIS/COFINS.

Os impactos desta norma estão apresentados na nota explicativa nº 13.

2.21. Benefícios a empregados

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário) remunerações variáveis como participação nos resultados, vale-refeição para os empregados da Administração, fornecimento de refeição para os empregados dos estabelecimentos industriais, assistência médica e odontológica, vale-transporte ou fretado.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Benefício pós-emprego

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualificam como obrigações pós-emprego. Os custos esperados desse benefício são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia

contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

2.22. Demonstrações do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa

A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09/NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/NBC TG 03 (R3)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.23. Pagamento baseado em ações

A provisão para pagamentos baseados em ações é constituída conforme CPC 10 (R1) / NBC TG 10 (R3) / IFRS 2 – Pagamento baseado em ações. Esta estabelece que as operações de pagamento baseado em ações liquidáveis em instrumentos patrimoniais, com características de liquidação pelo líquido com retenção de tributos na fonte, devem ser classificadas em sua totalidade como transação de pagamento baseado em ações liquidada por instrumentos patrimoniais. Detalhes sobre o plano de outorga de ações da Companhia encontram-se na nota explicativa 19.

2.24. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/NBC TG 41 (R2)/IAS 33 - Resultado por Ação. Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

O resultado diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações que não estão em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos exercícios, utilizando o preço médio ponderado das ações.

2.25 Novas normas, alterações e interpretações de normas que passaram a ter vigência neste exercício

- IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)): as alterações são úteis ao substituir o requerimento para a divulgação das normas contábeis significativas materiais e adicionando guias como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis; e
- IAS 8 (norma correlata ao CPC 23): onde as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correções de erros. Além disso, esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

2.25.1 Novas legislações

- Reforma Tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, (i) federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e (ii) sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da reforma nas demonstrações contábeis de 29 de fevereiro de 2024; e
- Implementação global das regras do modelo “Pilar Dois” da OCDE: Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. Até a presente data, o Brasil ainda não endossou as regras do modelo Pilar Dois em sua legislação local. A Companhia espera não ser materialmente afetado por essas regras uma vez que a alíquota efetiva consolidada do Grupo é superior a 15%.

As referidas normas foram avaliadas pela administração e não foram identificados impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.26 Novas normas, alterações e interpretações de norma ainda não efetivas

- Alteração no CPC 26 / IAS 1 de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante, onde são: (i) Da o direito de postergar a liquidação (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório (iii) a classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação (iv) que somente um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo

não afetariam sua classificação;

Em análise aos novos pronunciamentos e normas ainda não vigentes, a Companhia efetuou os devidos estudos e julga que não existirão efeitos materiais em suas operações ou demonstrações financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em exercícios futuros.

Estimativas e premissas

O OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º01/2022 traz temas sensíveis para o exercício social que requeiram julgamento profissional e recomenda a elucidação dos problemas, os objetivos a serem atingidos, consideração e avaliação de alternativas e escolhas disponíveis para assim chegar a uma conclusão. Não obstante discorre sobre a validade de orientações das áreas técnicas da CVM contidas em ofícios circulares referentes a anos anteriores e Companhia entende que o que é devido e necessário relacionado a estes itens, está refletido neste documento.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens materiais sujeitos a essas estimativas e premissas, estão descritos abaixo e incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Tributos a recuperar

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, que derivam de orçamento de 5 anos, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

No caso de ágio (*goodwill*), o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos.

Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis

A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

Taxa incremental sobre o financiamento do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não exercê-la).

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas.

Incertezas tributárias do imposto de renda

A Interpretação Técnica CPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 – Uncertainty Over Income Tax Treatments), requer que as incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro sejam avaliadas quando do reconhecimento e mensuração desses tributos. Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nessa interpretação.

Provisão para contingências classificadas como perda possível oriundas de uma combinação de negócios

Na data da aquisição, a Companhia identifica os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios e reconhece o passivo contingente ao valor justo para os casos em que os assessores jurídicos considerem que a perda do processo judicial seja classificada como possível. Esta provisão leva em consideração a determinação do valor justo e a probabilidade de ocorrência da perda.

Trata-se de uma estimativa contábil crítica uma vez que envolvem premissas com significativo componente de julgamento.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Ganho por compra vantajosa

Na determinação do ganho por compra vantajosa, são levados em consideração o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos os quais são comparados com os correspondentes valores pagos. Como parte do processo de combinação de negócios a Companhia é requerida a mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e comparar com os correspondentes valores pagos.

Trata-se de mensurações que envolvem premissas e julgamentos críticos na determinação dos valores justos dos ativos e dos passivos e que, por resultarem em um ganho a ser registrado no resultado do exercício, requer uma avaliação criteriosa por parte da Administração para assegurar que não resulte em reversão futura de uma parcela do ganho registrado no reconhecimento contábil da operação. Portanto, trata-se de uma estimativa crítica feita pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Disponibilidades	2.335	24.564	232.152	73.346
Aplicações financeiras	2.453.601	964.166	2.568.104	1.152.268
	2.455.936	988.730	2.800.256	1.225.614

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa estão representadas por investimentos em renda fixa, substancialmente representados por Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas, com rendimento médio de 103,36% do CDI (101,04% em 28 de fevereiro de 2023) podendo ser resgatáveis em um período de até 90 dias, contra os respectivos emissores, sem alteração significativa do rendimento pactuado. Estas aplicações são mantidas em instituições avaliadas com baixo risco de crédito e alta solidez no mercado.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Não Circulante				
Investimentos em renda fixa, sem carência	-	-	1.243	-
Investimentos em renda fixa, sem carência, com bloqueio judicial	13.698	13.740	13.698	13.740
	13.698	13.740	14.941	13.740

Assim como as aplicações classificadas como equivalentes de caixa, há investimentos representados substancialmente por CDBs, com restrição por estarem vinculados como garantias à processos tributários, submetidos a avaliação judicial anualmente.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Títulos a vencer	1.026.035	966.736	1.350.058	1.318.627
Títulos vencidos até 30 dias	6.294	4.668	53.230	81.378
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	603	932	13.867	15.144
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	690	294	7.096	8.154
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	3.814	973	8.788	3.497
Títulos vencidos a mais de 181 dias	9.017	2.492	31.194	25.561
	1.046.453	976.095	1.464.233	1.452.361
Descontos concedidos (i)	(66.220)	(86.125)	(66.221)	(89.232)
Perdas estimadas com créditos de realização duvidosa	(19.251)	(6.694)	(38.645)	(31.475)
	960.982	883.276	1.359.367	1.331.654

- (i) Os descontos concedidos são reconhecidos mediante acordos contratuais e pontuais com clientes específicos. As liquidações dos valores devidos a clientes são substancialmente quitadas com valores a receber em aberto.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para descontos concedidos é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Saldo no início do exercício	(86.125)	(44.306)	(89.232)	(44.306)
Adições	(355.588)	(282.123)	(352.482)	(285.895)
Reversões / Baixas	375.493	240.304	375.493	240.969
Saldo no final do exercício	(66.220)	(86.125)	(66.221)	(89.232)

A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Saldo no início do exercício	(6.694)	(4.537)	(31.340)	(7.710)
Variação Cambial	-	-	137	(20)
Combinação de negócios	-	-	-	(23.681)
Adições	(12.557)	(6.468)	(14.969)	(7.472)
Reversões	-	869	666	1.968
Baixas	-	3.442	6.861	5.440
Saldo no final do exercício	(19.251)	(6.694)	(38.645)	(31.475)

As contas a receber de clientes e demais contas a receber do Grupo são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Reais	960.982	883.276	961.456	887.961
Dólares Americanos	-	-	239.795	285.092
Novo Sol Peruano	-	-	34.975	33.336
Peso Chileno	-	-	123.141	125.265
	960.982	883.276	1.359.367	1.331.654

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Produto Acabado	556.735	535.641	704.928	716.107
Matéria-prima e insumos	255.749	320.392	478.611	572.792
Material de embalagem (i)	105.569	95.775	105.569	116.940
Adiantamento a fornecedores (ii)	332.171	385.582	562.003	685.668
Outros (iii)	60.514	69.725	122.874	162.842
	1.310.738	1.407.115	1.973.985	2.254.349
Circulante	1.283.738	1.391.272	1.919.767	2.213.930
Não Circulante (iv)	27.000	15.843	54.218	40.419
	1.310.738	1.407.115	1.973.985	2.254.349

- (i) Material de embalagens inclui embalagens para pescado nos montantes de R\$ 67.804 (R\$ 49.217 em 28 de fevereiro de 2023) na Controladora e no Consolidado;

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Adiantamentos efetuados a produtores de arroz para assegurar a compra de matéria-prima, dos quais R\$20.312 (R\$ 30.327 em 28 de fevereiro de 2023), estão classificados no ativo não circulante, conforme expectativa de realização;
- (iii) O valor de outros no consolidado, abrange também o saldo de provisão para perdas de estoques no valor de R\$ 7.704 (R\$ 6.085 em 28 de fevereiro de 2023);
- (iv) O saldo consolidado não circulante também é composto por materiais de embalagem e outros itens de estoque relacionados com peças e partes essenciais para a não interrupção da operação, totalizados em R\$ 5.898 (R\$8.637 em 28 de fevereiro de 2023).

8. Tributos a recuperar

Tributos sobre o lucro

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Imposto de renda e contribuição social	61.900	57.817	64.196	126.913
IRRF	46.701	45.283	47.030	21.419
	108.601	103.100	111.226	148.332
Circulante	50.806	48.233	53.431	71.256
Não Circulante	57.795	54.867	57.795	77.076
	108.601	103.100	111.226	148.332

Outros tributos

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
PIS e Cofins	57.104	132.343	73.797	149.053
Impostos sobre vendas	53	23.350	69.037	51.918
IPI	7.177	9.987	7.179	9.988
Demais tributos (i)	13.849	32.785	46.725	46.551
	78.183	198.465	196.738	257.510
Circulante	32.672	80.548	150.327	150.237
Não Circulante	45.511	117.917	46.411	107.273
	78.183	198.465	196.738	257.510

- (i) Demais tributos incluem créditos previdenciários, créditos de importações, além de crédito relativos as operações LATAM, com destaque para a Saman no Uruguai.

9. Combinação de negócios

a) Aquisição de negócios – CIPA Industrial de Produtos Alimentares Ltda., CIPA Nordeste Industrial de Produtos Alimentares Ltda. e da linha Toddy para cookies

Em complemento ao citado na nota explicativa 09 às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas anuais para o exercício findo em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia finalizou a mensuração do valor justos dos ativos e passivos conforme orientações do CPC 15. A seguir apresenta-se os saldos dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração em 31/10/2022	Valor contábil	Ajustes	Valor justo preliminar	Ajustes	Valor justo final
Estoques (i)	35.666	2.433	38.099	(12)	38.087
Ativo de indenização	-	301.936	301.936	-	301.936
Imobilizado (i)	208.146	63.223	271.369	6.255	277.624
Linha de produção Toddy	8.800	3.989	12.789	-	12.789
Intangível (i)	371	78.273	78.644	2.642	81.286
Outros ativos circulantes e não circulantes	118.460	-	118.460	-	118.460
Provisão para demandas judiciais	(8.905)	(293.031)	(301.936)	-	(301.936)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(144.312)	-	(144.312)	-	(144.312)
Ativos líquidos adquiridos	218.226	156.823	375.049	8.885	383.934
Contraprestação transferida para aquisição do controle (ii)			(176.769)	9.172	(167.597)
Resultado de compra vantajosa			198.280	18.057	216.337

- (i) Complemento das mais valias de estoques, imobilizado e intangível, totalizando R\$ 8.885 que foi registrado em outras receitas na demonstração de resultados; e
- (ii) Ajustes identificados conforme estabelece o contrato de venda e compra entre as partes, refletindo diretamente o preço da negociação, totalizando R\$ 9.172 que foi registrado como outras receitas na demonstração de resultados.

b) Conclusão da aquisição Climuy S.A.

Em 27 de abril de 2021, a Companhia, através da controlada SAMAN localizada no Uruguai, firmou contrato de compra e vendas das ações da Climuy S.A., companhia cujos vendedores eram acionistas controladores da Camil Alimentos S.A. Considerando a legislação vigente local, a operação esteve sob análise do das autoridades até 31 de maio de 2023, data em que a aprovação foi concedida e então a SAMAN assumiu o controle de 100% das ações.

A Climuy S.A. possui como principais atividades o fornecimento de água para irrigação de arrozais, arrendamento de propriedades rurais e atividades florestais. A adquirida também possui investimentos nas sociedades coligadas Arroyo Sarandí S.A., Corrales S.A. e Maberil S.A.

A transação faz parte do planejamento estratégico dos acionistas controladores visando maior sinergia entre os negócios do grupo.

O custo de aquisição corresponde ao valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e foi determinado por uma consultoria especializada. O montante pago foi de US\$ 8.215 mil e permaneceu registrado na rubrica de outros créditos até a conclusão da operação. A conversão do montante para a moeda funcional da Companhia foi realizada de acordo com as orientações do CPC 02 (R2).

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir apresenta-se os saldos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data em que o controle foi transferido a Companhia:

Em 29/02/2024	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	793
Contas a receber	1.010
Outros ativos circulantes	5.201
	7.004
Investimentos	13.726
Imobilizado	1.950
	15.676
Ativos adquiridos	22.680
Fornecedores	16
Outros passivos circulantes	1.865
Passivos assumidos	1.881
Ativos líquidos adquiridos	20.799
Contraprestação transferida para aquisição do controle	(41.863)
Ajuste de avaliação patrimonial	(21.064)

Tratando-se de uma combinação de negócios sob controle comum, o montante de R\$ 21.064, que corresponde a diferença entre o custo de aquisição e o valor contábil dos ativos líquidos adquiridos, foi registrado no patrimônio líquido da Companhia.

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Investimento em controladas	1.716.901	1.478.195	-	-
Investimento em coligadas	-	-	49.292	34.703
Ágio na aquisição de investimento (i)	93.091	93.091	-	-
Mais valia na aquisição de investimentos (i)	208.386	197.959	-	-
	2.018.378	1.769.245	49.292	34.703

(i) Para fins de consolidação, o ágio gerado pela aquisição de investimentos é alocado no Ativo intangível e as mais valias alocadas em seus grupos geradores, conforme previsto pelo CPC 15 (R1) / NBC TG 15 (R4) / IFRS 3 – Combinação de Negócios.

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Saldo anterior	1.769.245	1.758.699	34.703	34.746
Reclassificação para intangível - ágio (i)	-	(185.152)	-	-
Combinação de negócios (ii)	8.885	375.049	13.726	22.501
Reclassificação para imobilizado os ativos da linha Toddy (	-	(12.789)	-	-
Dividendos recebidos (iii)	-	(253.499)	-	-
Venda de investimentos (iv)	-	-	-	(4.117)
Impacto combinação de negocio Climuy (ii)	(21.064)	-	-	-
Adições (v)	138.352	-	-	-
Equivalencia Patrimonial	212.606	94.391	1.083	(634)
Variação Cambial	(89.646)	(7.454)	(220)	(17.793)
Saldo Final	2.018.378	1.769.245	49.292	34.703



Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023.

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Durante o exercício findo em 28 de fevereiro de 2023, a Administração da Companhia realizou análise detalhada de seus ativos intangíveis e investimentos e observou que, no exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2022, foi apresentado o montante de R\$ 185.152 na rubrica de investimentos na Controladora. Conforme orientações do CPC 04 – Ativo Intangível, o montante referente ao ágio por expectativa de rentabilidade futura originado na aquisição de empresas que foram incorporadas à controladora em exercícios anteriores e devem estar apresentados na rubrica de intangível;
- (ii) Nota explicativa 09 – Combinação de negócios;
- (iii) Dividendos referentes a subsidiária Camilatam S.A. O montante líquido de impostos é de R\$ 232.467 conforme apresentado na demonstração dos fluxos de caixa;
- (iv) Venda de participações acionárias através da controlada Saman S.A.; e
- (v) Aporte de capital às controladas CIPA, no valor de R\$ 32.000, Camil Energias Renováveis no valor de R\$ 95.500 e na Camil Properties no valor de R\$ 10.852 (em dinheiro).

A movimentação do investimento na empresa Café Bom Dia que está em situação de passivo a descoberto pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Saldo anterior	10.494	20.509	-	-
Equivalencia Patrimonial	(4.578)	(10.015)	-	-
Saldo Final (*)	5.916	10.494	-	-

(*) Saldo apresentado no passivo.

O quadro a seguir apresenta a reconciliação do resultado de equivalência patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Resultado de controladas	144.693	111.768	1.083	(634)
Resultado de controladas com passivo a descoberto	(4.578)	(10.015)	-	-
Efeitos de consolidação imposto corrente exterior (i)	70.950	-	-	-
Efeitos de consolidação arrendamento partes relacionadas	3.552	-	-	-
Amortização de mais valia	(2.011)	(7.362)	-	-
Equivalência patrimonial	212.606	94.391	1.083	(634)

(i) Conforme dispositivo da Lei 12.973/2014, o resultado das investidas no exterior deve ser tributado a alíquota nominal do Brasil. Dessa forma, a Companhia adiciona na base de cálculo os lucros auferidos no exterior e se credita do imposto efetivamente pago nos países em que as investidas estão domiciliadas. Na consolidação, o montante é reclassificado e apresentado junto a rubrica de tributos diferidos do balanço patrimonial.

Sociedades coligadas

Sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN), mantém investimentos nas seguintes companhias coligadas:

	29/02/2024				Saldo Investimento	
	Capital Social	Patrimônio Líquido	% Participação no capital	Equivalência patrimonial	29/02/2024	28/02/2023
Saman:						
Arroz Uruguay S.A. (Arrozur S.A.)	44.012	49.277	52,00%	1.794	25.624	22.592
Galofer S.A.	46.582	13.164	48,50%	(1.016)	6.385	7.611
Parque eólico	-	23.050	20,00%	305	4.610	4.500
Corrales S.A.	3.858	8.761	43,00%	-	3.767	-
Maberil S.A.	170	11.378	26,67%	-	3.035	-
Arroyo Sarandí SRL	209	22.015	26,67%	-	5.871	-
				1.083	49.292	34.703

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Outros	Total
Custo						
Saldo em 28/02/2022	100.961	448.625	1.064.755	95.441	39.470	1.749.252
Aquisições	1.775	-	16.486	235.764	-	254.025
Baixas	-	(1.371)	(1.918)	(313)	(1.544)	(5.146)
Transferências	-	15.180	73.031	(93.261)	5.050	-
Reclassificação	19.114	27.475	-	-	-	46.589
(-) Provisão p/ Perdas Operações Descontinuadas	-	-	98	-	-	98
Saldo em 28/02/2023	121.850	489.909	1.152.452	237.631	42.976	2.044.818
Depreciação						
Saldo em 28/02/2022	-	(125.248)	(601.002)	-	(28.193)	(754.443)
Depreciação	-	(18.962)	(81.455)	-	(3.086)	(103.503)
Baixas	-	1.274	1.624	-	1.384	4.282
Transferências	-	(7)	(3)	-	10	-
Saldo em 28/02/2023	-	(142.943)	(680.836)	-	(29.885)	(853.664)
Saldo em 28/02/2022	100.961	323.377	463.753	95.441	11.277	994.809
Saldo em 28/02/2023	121.850	346.966	471.616	237.631	13.091	1.191.154

Controladora	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Outros	Total
Custo						
Saldo em 28/02/2023	121.850	489.909	1.152.452	237.631	42.976	2.044.818
Aquisições	-	-	-	239.822	-	239.822
Baixas	-	(7)	(11.950)	(26)	(965)	(12.948)
Transferências	9.362	15.165	60.143	(89.256)	4.586	-
Reclassificação (i)	-	-	-	(75.448)	-	(75.448)
Propriedade para investimentos (nota 11.1)	(5.876)	(21.997)	-	-	-	(27.873)
Saldo em 29/02/2024	125.336	483.070	1.200.645	312.723	46.597	2.168.371
Depreciação						
Saldo em 28/02/2023	-	(142.943)	(680.836)	-	(29.885)	(853.664)
Depreciação	-	(20.015)	(86.134)	-	(3.452)	(109.601)
Baixas	-	2	11.527	-	862	12.391
Saldo em 29/02/2024	-	(162.956)	(755.443)	-	(32.475)	(950.874)
Saldo em 28/02/2023	121.850	346.966	471.616	237.631	13.091	1.191.154
Saldo em 29/02/2024	125.336	320.114	445.202	312.723	14.122	1.217.497

- (i) Transferência da propriedade de ativos para as controladas Camil Energias Renováveis e Camil Propeties, conforme citado na nota explicativa 10.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Outros	Total
Custo						
Saldo em 28/02/2022	224.070	829.003	1.779.506	114.334	120.931	3.067.844
Variação cambial	1.415	1.830	(10.571)	(5)	16.877	9.546
Aquisição de investimentos Silcom S.A.	786	13.709	23.298	-	8.542	46.335
Aquisição de investimentos Mabel	53.185	181.012	234.290	1.861	10.221	480.569
Aquisições	8.977	7.292	25.493	264.035	3.573	309.370
Baixas	-	(4.566)	(7.609)	(321)	(3.350)	(15.846)
Reclassificação	19.114	27.475	-	-	-	46.589
Transferências	-	19.795	89.515	(115.562)	6.104	(148)
(-) Provisão p/ Perdas Operações Descontinuadas	-	-	98	-	-	98
Saldo em 28/02/2023	307.547	1.075.550	2.134.020	264.342	162.898	3.944.357
Depreciação						
Saldo em 28/02/2022	-	(242.052)	(1.158.281)	(11)	(71.973)	(1.472.317)
Variação cambial	-	(783)	(5.838)	-	(438)	(7.059)
Aquisição de investimentos Silcom S.A.	-	(4.121)	(15.594)	-	(5.535)	(25.250)
Aquisição de investimentos Mabel	-	(73.327)	(114.294)	-	(8.790)	(196.411)
Depreciação	-	(38.584)	(121.391)	-	(10.053)	(170.028)
Baixas	-	4.468	6.735	-	2.971	14.174
Transferências	-	(7)	2	-	153	148
Saldo em 28/02/2023	-	(354.406)	(1.408.661)	(11)	(93.665)	(1.856.743)
Saldo em 28/02/2022	224.070	586.951	621.225	114.323	48.958	1.595.527
Saldo em 28/02/2023	307.547	721.144	725.359	264.331	69.233	2.087.614

Consolidado	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Outros	Total
Custo						
Saldo em 28/02/2023	307.547	1.075.551	2.134.016	264.331	162.897	3.944.342
Variação cambial	(5.171)	(25.749)	(41.779)	(2.251)	(4.242)	(79.192)
Combinação de negócios (nota 9)	8.205	-	-	-	-	8.205
Aquisições	480	2.300	18.870	316.652	3.925	342.227
Baixas	-	(1.711)	(16.033)	(215)	(2.756)	(20.715)
Transferências	9.362	22.099	82.556	(119.869)	5.852	-
Propriedade para investimentos (nota 11.1)	(5.876)	(21.997)	-	-	-	(27.873)
Saldo em 29/02/2024	314.547	1.050.493	2.177.630	458.648	165.676	4.166.994
Depreciação						
Saldo em 28/02/2023	-	(354.406)	(1.408.660)	-	(93.662)	(1.856.728)
Variação cambial	-	9.515	32.253	-	2.629	44.397
Depreciação	-	(43.003)	(137.416)	-	(9.912)	(190.331)
Baixas	-	391	14.075	-	2.039	16.505
Saldo em 29/02/2024	-	(387.503)	(1.499.748)	-	(98.906)	(1.986.157)
Saldo em 28/02/2023	307.547	721.145	725.356	264.331	69.235	2.087.614
Saldo em 29/02/2024	314.547	662.990	677.882	458.648	66.770	2.180.837

As obras em andamento referem-se, a ampliação da capacidade de armazenagem e secagem do arroz em casca e da otimização dos processos de produção na unidade Nova Cambai(RS), expansão das linhas de massas e cafés. A controladora possui empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 2.249 (R\$ 6.365 em 28 de fevereiro de 2023), que estão garantidos por alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado registrados à rubrica de “Máquinas e equipamentos”.

A controlada Costeño Alimentos S.A.C. possui empréstimos onde foram dados imóveis em garantia no valor de R\$ 81.709 (R\$ 87.045 em 28 de fevereiro de 2023), alocados na rubrica de “Prédios e benfeitorias”. A controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales - Saman, também possui empréstimos onde foram dados imóveis e máquinas em garantia no valor de R\$ 114.865 (R\$ 120.040 em 28 de fevereiro de 2023), alocados na rubrica de “Prédios e benfeitorias” e “Máquinas e equipamentos”.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023.
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11.1 Propriedades para investimentos

O quadro a seguir apresenta a composição de saldo das propriedades para investimento.

	Controladora	Consolidado
Terrenos	5.876	5.876
Prédios e benfeitorias	21.997	21.997
Saldo de propriedade para investimento	27.873	27.873

A Companhia mantém, desde 2021, contrato de locação de um imóvel localizado na cidade de São Gonçalo-RJ, com vigência de 20 anos. Dessa forma, de acordo com a orientação do CPC 28, o montante foi mensurado ao menor valor entre o valor residual e o valor justo menos os custos para vender o ativo, sendo este último efetuado por empresa especializada e independente.

12. Intangível

Controladora	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com Clientes	Contrato não competição	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 28/02/2022	50.630	-	375.826	17.061	544	6.584	450.645
Aquisições	-	-	3.602	-	-	11.680	15.282
Baixas	(345)	-	-	-	-	-	(345)
Amortização	(19.079)	-	-	(3.250)	(311)	-	(22.640)
Transferência	16.255	-	-	-	-	(16.255)	-
Reclassificação de investimentos (NE 10)	-	185.152	-	-	-	-	185.152
Saldo em 28/02/2023	47.461	185.152	379.428	13.811	233	2.009	628.094

Controladora	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com Clientes	Contrato não competição	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 28/02/2023	47.461	185.152	379.429	13.811	233	2.008	628.094
Aquisições	-	-	-	-	-	2.687	2.687
Amortização	(20.316)	-	-	(3.250)	(233)	-	(23.799)
Saldo em 29/02/2024	27.145	185.152	379.429	10.561	-	4.695	606.982

Consolidado	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com Clientes	Contrato não competição	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 28/02/2022	62.683	380.846	516.133	17.061	543	7.662	984.928
Variação cambial	91	1.404	677	436	-	10	2.618
Aquisições	1.976	-	3.602	-	-	24.352	29.930
Baixas	(345)	-	-	-	-	-	(345)
Amortização	(22.091)	-	(1.175)	(6.558)	(311)	-	(30.135)
Transferência	16.255	-	-	-	-	(16.255)	-
Aquisição de investimentos Silcom S.A.	-	31.209	17.382	30.634	-	-	79.225
Aquisição de investimentos Mabel	-	-	75.623	3.021	-	-	78.644
Saldo em 28/02/2023	58.569	413.459	612.242	44.594	232	15.769	1.144.865

Consolidado	Software	Ágio	Marcas e patentes	Relacionamento com Clientes	Contrato não competição	Software em desenvolvimento	Total
Saldo em 28/02/2023	58.569	413.459	612.242	44.594	232	15.769	1.144.865
Variação cambial	477	(7.139)	(9.036)	(1.979)	-	(588)	(18.265)
Aquisições	4.544	-	-	-	-	2.687	7.231
Combinação de negócios (nota 09)	-	-	(685)	3.327	-	-	2.642
Amortização	(24.953)	-	(830)	(5.871)	(232)	-	(31.886)
Transferência	2.621	-	-	-	-	(2.621)	-
Saldo em 29/02/2024	41.258	406.320	601.691	40.071	-	15.247	1.104.587

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



O valor contábil dos intangíveis e imobilizados alocados a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é apresentado a seguir:

Controladora	UGC Pescados		UGC Açúcares		UGC Grãos		UGC Café		UGC Massas		UGC Biscoitos		Total	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Valor contábil de marcas e patentes	50.884	50.884	134.071	134.071	55.130	55.130	55.066	55.066	84.277	84.277	-	-	379.428	379.428
Imobilizado e propriedade para investimento	177.067	135.821	92.716	103.274	558.955	679.719	78.165	38.687	313.374	219.236	25.093	14.416	1.245.370	1.191.153
Ativo de Direito de Uso	2.035	3.656	896	2.792	112.654	120.583	452	75	4.901	5.845	12.828	29.556	133.766	162.507
Valor contábil do ágio	17.670	17.670	144.334	144.334	9.866	9.866	-	-	13.282	13.282	-	-	185.152	185.152
Outros intangíveis	127	141	28	40	32.048	46.825	10	12	10.188	16.497	-	-	42.401	63.515
	247.783	208.172	372.045	384.511	768.653	912.123	133.693	93.840	426.022	339.137	37.921	43.972	1.986.117	1.981.755

Consolidado	Alimentícios Brasil												Alimentícios Internacional		Total	
	UGC Pescados		UGC Açúcares		UGC Grãos		UGC Café		UGC Massas		UGC Biscoitos		UGC Grãos		29/02/2024	28/02/2023
Valor contábil de marcas e patentes	50.884	50.884	134.071	134.071	55.130	55.130	87.351	87.351	84.277	84.277	74.939	75.623	115.039	124.906	601.691	612.242
Imobilizado e propriedade para investimento	177.067	135.821	92.716	103.274	662.134	685.310	105.320	66.966	313.374	219.236	269.285	276.768	588.814	600.239	2.208.710	2.087.614
Ativo de Direito de Uso	2.035	3.656	896	2.792	149.402	159.901	452	75	4.901	5.845	48	41	95.054	13.469	252.788	185.779
Valor contábil do ágio	17.670	17.670	144.334	144.141	9.866	33.521	69.629	69.629	13.282	13.282	-	-	151.539	135.216	406.320	413.459
Outros intangíveis	127	141	28	40	32.048	46.825	26	12	10.188	16.497	5.725	-	48.434	55.649	96.576	119.164
	247.783	208.172	372.045	384.318	908.580	980.687	262.778	224.033	426.022	339.137	349.997	352.432	998.880	929.479	3.566.085	3.418.258

Na determinação da recuperabilidade do ágio por UGC, os fluxos de caixas futuros são projetados com base em projeções financeiras para os próximos cinco anos. As taxas de crescimento do primeiro ano de projeção, são realizadas com base em orçamentos financeiros aprovados pelo Conselho de Administração e complementados por um período discricionário de quatro anos, com valor terminal projetado para o final do período. As taxas de crescimento são baseadas em pesquisas setoriais e são ajustadas pelo desempenho característico esperado para cada UGC. As margens operacionais são aumentadas ao longo do período de acordo com as melhorias de eficiência previstas e os custos são baseados em dados históricos, tendências de mercado e de otimização das operações. Para a perpetuidade foi considerado o crescimento constante anual de 3,5%, e utilizada uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita os riscos específicos inerentes aos negócios da Companhia, a partir de seu custo médio de capital (17,1% ao ano). Os ativos intangíveis e imobilizados são submetidos a testes de valor recuperável (*impairment*) anualmente no mês de fevereiro. No exercício findo em 29 de fevereiro de 2024, não foram identificados ativos que se encontrem registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Contratos de arrendamento

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado.

Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação dos imóveis das plantas industriais com prazo remanescente médio de 3 anos e da sede administrativa, com prazo remanescente de 7 anos.

a) Ativo de direito de uso

Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 28/02/2022	126.562	9.701	2.317	138.580
Aquisições	33.763	3.950	3.685	41.398
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(1.286)	(538)	-	(1.824)
Atualização monetária	12.606	360	98	13.064
Depreciação	(13.314)	(4.797)	(2.039)	(20.150)
Baixas	(8.815)	648	(394)	(8.561)
Saldo em 28/02/2023	149.516	9.324	3.667	162.507
Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 28/02/2023	149.516	9.324	3.667	162.507
Aquisições	4.734	-	3.798	8.532
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(3.860)	(509)	-	(4.369)
Atualização monetária	469	-	-	469
Depreciação	(24.404)	(4.240)	(2.584)	(31.228)
Baixas	(534)	-	(213)	(747)
Remensuração	(1.399)	-	-	(1.399)
Saldo em 29/02/2024	124.522	4.575	4.668	133.765
Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 28/02/2022	136.312	13.091	11.550	160.953
Variação Cambial	(24)	(84)	5	(103)
Aquisições	11.400	4.872	41.129	57.401
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(1.286)	(538)	(931)	(2.755)
Atualização monetária	12.606	360	316	13.282
Depreciação	(18.350)	(5.968)	(9.551)	(33.869)
Baixas	(9.384)	648	(394)	(9.130)
Saldo em 28/02/2023	131.274	12.381	42.124	185.779
Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 28/02/2023	131.274	12.381	42.124	185.779
Variação Cambial	(972)	(344)	(4)	(1.320)
Aquisições	105.062	4.018	4.964	114.044
Amortização crédito de PIS e COFINS diferido	(2.820)	(509)	-	(3.329)
Atualização monetária	1.409	-	-	1.409
Depreciação	(30.930)	(5.706)	(3.094)	(39.730)
Baixas	(1.899)	(1.953)	(213)	(4.065)
Saldo em 29/02/2024	201.124	7.887	43.777	252.788

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b. Passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
	170.551	146.075	194.441	166.283
Variação cambial	-	-	(736)	(40)
Adições de novos contratos	14.039	65.488	125.579	73.882
AVP reconhecido sobre adições de novos contratos	(5.507)	(24.090)	(12.896)	(16.921)
Remensuração dos contratos de arrendamento	(874)	15.422	2.693	15.821
AVP reconhecido sobre remensuração	(56)	(2.359)	(295)	(2.432)
Baixa por pagamento dos passivos de arrendamento	(50.782)	(25.128)	(53.002)	(41.603)
Amortização dos juros acumulados (AVP)	19.923	6.100	14.143	10.408
Baixas por alteração contratual	(809)	(10.957)	(1.667)	(10.957)
	146.485	170.551	268.260	194.441
Circulante	35.412	28.650	48.262	31.412
Não Circulante	111.073	141.901	219.998	163.029
Passivo de arrendamento	146.485	170.551	268.260	194.441

A seguir o cronograma de vencimento das parcelas de arrendamentos ao valor contábil:

	Controladora 29/02/2024			
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
fev/25	29.262	3.429	2.721	35.412
fev/26	11.047	887	1.973	13.907
fev/27	10.074	727	440	11.241
fev/28	6.038	-	-	6.038
fev/29	6.103	-	-	6.103
Após Fevereiro/29	73.784	-	-	73.784
	136.308	5.043	5.134	146.485

	Consolidado 29/02/2024			
	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
fev/25	29.869	4.611	13.782	48.262
fev/26	58.876	2.070	13.845	74.791
fev/27	13.545	1.708	11.577	26.830
fev/28	9.696	81	4.542	14.319
fev/29	9.898	-	1.802	11.700
Após Fevereiro/29	92.358	-	-	92.358
	214.242	8.470	45.548	268.260

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Resultado de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Isenções (Arrendamentos variáveis, de baixo valor ou com prazo inferior há 12 meses) - nota 21	(30.094)	(18.280)	(41.270)	(35.459)
Amortização do arrendamento de aluguel - nota 21	(31.228)	(20.150)	(39.730)	(33.869)
Despesas financeiras - Juros acumulados (AVP) - nota 23	(19.923)	(6.100)	(14.143)	(10.408)

c) Informações complementares

Para atender ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 02/19, o Grupo mensurou os saldos do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento e os respectivos impactos no resultado, considerando as projeções dos fluxos de caixa sem inflação (taxa real) e descontadas à mesmas bases, possibilitando a comparabilidade dos investidores, em relação aos saldos calculados sob fluxos de caixa nominais:

	Controladora	Consolidado
Saldo do Ativo de direito de uso em 29/02/2024	178.932	318.788
Saldo do Passivo de arrendamento em 29/02/2024	183.523	313.470
Amortização acumulada do ativo de direito de uso	(87.952)	(125.936)
Amortização acumulada do Ajuste a Valor Presente (AVP)	(3.768)	(11.643)

A Companhia não teve alterações em seus contratos de arrendamento, devido aos impactos da pandemia da Covid-19, sendo assim, não adotou o expediente prático sobre Deliberação CVM nº 859, de 07 de julho de 2020.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Produtos - mercado interno	495.657	445.504	856.473	680.845
Produtos - mercado externo	43.762	52.707	46.990	120.050
Fornecedores - Convênios (i)	3.550	96.108	3.707	96.108
Serviços	14.184	24.481	14.184	65.332
Frete a pagar	20.913	48.813	21.197	59.985
Outros fornecedores	3.169	1.178	3.107	1.178
	581.235	668.791	945.658	1.023.498

- (i) Em 29 de fevereiro de 2024, a Companhia possui operações de convênios no montante de R\$ 3.550 (R\$96.108 em 28 de fevereiro de 2023). As transações de convênios são efetuadas junto às instituições financeiras de primeira linha e consistem na antecipação de recebíveis originados pela Companhia e executados por seus fornecedores. Com essa modalidade de transação o fornecedor consegue descontar suas duplicatas a uma taxa de desconto menor, visto que o crédito da Companhia é utilizado na avaliação de risco de inadimplência pelo Banco. A taxa de desconto utilizada é de aproximadamente 1,08% a.m, combinada com o prazo médio de 45 dias antecipados (Fev/23 – aproximadamente 1,19% a.m. e prazo médio de 45 dias antecipados).

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Contas a pagar aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Custo de Aquisição (i)				
SLC Alimentos	21.456	37.154	21.456	37.154
Pastificio Santa Amália	39.226	44.997	39.226	44.997
Silcom S.A.	-	-	8.673	11.329
	60.682	82.150	69.355	93.479
Passivo contingente (ii)				
Aquisição CIPA	-	-	35.901	33.573
	-	-	35.901	33.573
Circulante	11.768	11.146	15.036	29.087
Não Circulante	48.914	71.004	90.220	97.965
	60.682	82.150	105.256	127.052

- (i) Valores retidos do custo de aquisição da combinação de negócios como garantia de eventuais passivos originado de fatos ocorridos antes da data da aquisição. A liberação dos fluxos de caixa para os vendedores ocorrerá de acordo com cronograma de pagamentos definido no contrato de compra e venda;
- (ii) Valores acordados contratualmente que deverão ser repassados aos vendedores conforme o recebimento de determinados ativos.

16. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Capital de giro				
Moeda nacional	1.518.034	724.053	1.518.147	724.289
Moeda nacional	4.443	6.350	4.443	6.350
Moeda estrangeira (*)	9.865	34.953	451.305	594.702
Moeda estrangeira (**)	-	-	72.817	175.278
Moeda estrangeira (***)	-	-	154.926	146.214
Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (a)	-	31.929	-	31.929
FINAME (a)	2.249	6.365	2.249	6.365
Custo da transação	(5.170)	(817)	(5.170)	(2.749)
	1.529.421	802.833	2.198.717	1.682.378
Debêntures - Garantia Quirografária				
Emitida em 16/04/2019 – 8ª emissão - 1ª série	-	284.246	-	284.246
Emitida em 16/04/2019 – 8ª emissão - 2ª série	342.315	344.342	342.315	344.342
Emitida em 29/09/2020 – 9ª emissão - Série única	370.085	372.600	370.085	372.600
Emitida em 05/05/2021 – 10ª emissão - Série única	624.165	627.505	624.165	627.505
Emitida em 17/11/2021 – 11ª emissão - 1ª série	156.301	157.162	156.301	157.162
Emitida em 17/11/2021 – 11ª emissão - 2ª série	521.002	523.873	521.002	523.873
Emitida em 29/06/2023 – 12ª emissão - 1ª série	637.332	-	637.332	-
Emitida em 01/12/2023 – 13ª emissão - 1ª série	312.513	-	312.513	-
Emitida em 01/12/2023 – 13ª emissão - 2ª série	255.766	-	255.766	-
Emitida em 01/12/2023 – 13ª emissão - 3ª série	99.677	-	99.677	-
Custo da transação	(31.839)	(9.905)	(31.839)	(9.905)
	3.287.317	2.299.823	3.287.317	2.299.823
	4.816.738	3.102.656	5.486.034	3.982.201
Circulante	1.439.681	774.061	1.669.005	1.147.143
Não Circulante	3.377.057	2.328.595	3.817.029	2.835.058
	4.816.738	3.102.656	5.486.034	3.982.201

- (*) USD - Dólar americano
(**) CLP - Pesos chilenos
(***) PEN - Novo Sol / Peru

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Na controladora o FINAME de R\$ 2.249 está garantido por alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado (R\$ 6.365 em 28 de fevereiro de 2023).

Abaixo a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Saldo inicial	3.102.656	2.610.060	3.982.201	3.263.731
Variação Cambial	(3.234)	(316)	(63.714)	2.174
Captações	2.671.084	566.544	3.241.619	1.969.059
Juros e variações monetárias	516.562	363.067	560.113	376.470
Transferência processo	-	-	-	(3.707)
Realização de ganho Swap	-	-	-	-
Apropriação de custos	12.186	5.411	12.639	5.770
Amortização de principal	(982.011)	(128.127)	(1.722.964)	(1.302.323)
Amortização de juros	(500.505)	(313.983)	(523.860)	(328.973)
Saldo final	4.816.738	3.102.656	5.486.034	3.982.201

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures ao valor contábil, vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Mar/24 a Fev/25 (*)	1.450.321	778.408	1.679.646	1.151.491
Mar/25 a Fev/26	1.587.503	904.026	1.697.687	981.032
Mar/26 a Fev/27	363.816	779.770	665.772	941.678
Mar/27 a Fev/28	471.923	813	490.128	85.416
Mar/28 a Fev/29	629.015	325.345	635.329	452.937
Após Fev/29	345.999	325.016	349.311	382.302
Custo debêntures	(31.839)	(10.722)	(31.839)	(12.655)
	4.816.738	3.102.656	5.486.034	3.982.201

(*) As parcelas de curto prazo não estão líquidas dos custos das transações de emissão das dívidas.

Os principais instrumentos de endividamento da Companhia, preveem o cumprimento do seguinte compromisso ("covenants"): Dívida líquida (Empréstimos, financiamentos, debêntures, equivalentes de caixa e aplicações financeiras)/EBITDA (Lucro antes de impostos, resultado financeiro e depreciação e amortização) igual ou inferior a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos), calculado conforme as informações contidas nas demonstrações financeiras anuais findas em fevereiro de cada exercício. O não cumprimento do índice ocasiona no vencimento antecipado automático da dívida. Conforme apresentado no quadro a seguir, a Companhia cumpriu o índice em 29 de fevereiro de 2024.

	29/02/2024	28/02/2023
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	652.098	685.788
(+) Depreciação / amortização	261.947	234.032
EBITDA	914.045	919.820
Dívida Bruta (Empréstimos, financiamentos)	5.486.068	3.982.201
Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras	(2.815.197)	(1.239.354)
Dívida líquida	2.670.871	2.742.847
Dívida líquida/EBITDA < 3,5	2,92	2,98

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Transações com partes relacionadas

Os seguintes saldos são mantidos entre a Companhia, suas controladas, coligadas e outras partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Ativo circulante				
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales - SAMAN	3.391	1.067	-	-
Ciclo Logística Ltda.	-	4.030	-	-
Coligadas:				
Galofer S.A (i)	-	-	8.063	6.440
Comisaco S.A	-	-	6.233	6.811
Arrozur S.A	-	-	-	362
Maberil S.A	-	-	4.052	-
Direito de uso:				
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda.	12.780	29.515	-	-
	16.171	34.612	18.348	13.613
Ativo não circulante				
AFAC:				
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda.	-	32.000	-	-
Coligadas:				
Galofer S.A (i)	-	-	27.871	29.127
Arroyo Sarandí SRL	-	-	4.471	-
Adiantamento para aquisição de investimentos (ii)	-	-	-	42.782
	-	32.000	32.342	71.909
Total do ativo	16.171	66.612	50.690	85.522

(i) Contas a receber no montante de R\$ 27.871 relacionado a energia elétrica adquirida pela controlada Saman gerada pela Coligada Galofer S.A

(ii) Valor realizado conforme nota explicativa 09.

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Passivo circulante				
Contas a pagar por compras				
Controladas:				
S.A. Molinos Arroceros Nacionales	50.703	21.178	-	-
Ciclo Logística Ltda.	12.415	15.907	-	-
Cafe Bom Dia S.A em recuperação judicial	200	-	-	-
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda	64	29.249	-	-
Cipa Nordeste Industrial De Produtos Alimentares Ltda	3.174	16.765	-	-
Empresas Tucapel S.A	-	-	56	93
Coligadas:				
Climuy S.A.	-	-	-	11.319
Arrozur S.A	-	-	3.956	6.674
Corrales S.A	-	-	859	-
Passivo de arrendamento:				
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda.	16.332	10.735	-	-
Juros sobre capital próprio (i)	13.719	17.810	13.719	17.810
Dividendos	4.332	-	4.332	-
	100.939	111.644	22.922	35.896
Passivo não circulante				
Passivo de arrendamento:				
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda.	1.996	18.780	-	-
Total do Passivo	102.935	130.424	22.922	35.896

(i) O total de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar é de R\$19.000, sendo R\$ 13.719 referentes a partes relacionadas e R\$ 5.281 referentes aos acionistas minoritários.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Abaixo, o valor das transações comerciais entre a Companhia, suas controladas e coligadas:

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Receitas				
Saman - S.A Molinos Arroceros Nacionales	10.672	-	-	-
Empresas Tucapel S.A	408	-	-	-
Galofer S.A	-	-	185	380
Arrozur S.A	-	-	3.062	-
Climuy S.A	-	-	-	55
Comisaco S.A	-	-	20	59
	11.080	-	3.267	494
Custos				
Saman - S.A Molinos Arroceros Nacionales	(220.819)	(131.427)	-	-
Empresas Tucapel S.A	(4.993)	-	-	-
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda	(17.604)	(38.436)	-	-
Cipa Nordeste Industrial De Produtos Alimentares Ltda	(29.264)	(16.765)	-	-
Café Bom Dia S.A. - Em recuperação Judicial	-	(19.292)	-	-
Agro Coffee Comercio, Importacao E Exportacao Ltda - Em r	-	(11.228)	-	-
Arrozur S.A	-	-	(33.202)	(33.210)
	(272.680)	(217.148)	(33.202)	(33.210)
Despesas				
Ciclo Logística Ltda.	(297.785)	(238.206)	-	-
Cipa Industrial De Produtos Alimentares Ltda	(17.652)	-	-	-
Cipa Nordeste Industrial De Produtos Alimentares Ltda	(7.452)	-	-	-
Café Bom Dia S.A. - Em recuperação Judicial	(6.309)	(3.000)	-	-
Tacua S.A.	-	-	-	(2.241)
	(329.198)	(241.206)	-	(2.241)

As transações de compras realizadas com a controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN), localizada no Uruguai, referem-se a compra de arroz para abastecer os estoques nível Brasil. Os pagamentos são substancialmente efetuados de forma antecipada. Os termos e condições de comercialização celebrados entre os produtores rurais e as indústrias no Uruguai são estabelecidos mediante acordo formal entre as Indústrias ("Gremial de Molinos") e a Associação de Cultivadores de Arroz daquele país ("Asociación de Cultivadores de Arroz").

As transações com as demais empresas coligadas e com outras partes relacionadas referem-se substancialmente a adiantamentos por serviços a serem prestados à Companhia e a sua controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN), negociados a preço e condições acordados entre as partes e, os respectivos pagamentos, são realizados dentro dos vencimentos contratados.

Na sequência, o valor das transações relacionadas com Companhias vinculadas aos administradores e acionistas:

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora/Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023
Despesas de Aluguel:		
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda.	-	(3.413)
Despesas com serviços aéreos		
Albatro Empreendimentos e Participações	(2.266)	(1.704)
Gabbiano Empreendimentos e Participações	(528)	(535)
	(2.794)	(5.652)

Serviços de taxi aéreo fornecidos pelas partes relacionadas Albatro Empreendimentos e Participações e Gabbiano Empreendimentos e Participações totalizaram R\$ 2.794 até 29 de fevereiro de 2024 (R\$2.239 em 28 de fevereiro de 2023).

a) Avais concedidos

A controlada S.A. Molinos Arroceros Nacionales (SAMAN) é garantidora das seguintes operações:

Em operações de empréstimos bancários	29/02/2024	28/02/2023
Empresas relacionadas:		
Galofer S.A.	5.139	8.544
	5.139	8.544
Terceiros:		
Balereel SRL (*)	997	1.562
	997	1.562
Produtores de arroz:		
Em operações de empréstimos bancários	166	358
Em operações com fornecedores	4.920	8.276
	5.086	8.634
Total garantias	11.222	18.740

(*) Previsto no estatuto da controlada Saman conceder garantias a terceiros.

A garantia com terceiros para a Balereel SRL está vinculada a um arrendamento de campo de arroz, onde a renda recebida é utilizada para amortizar o empréstimo, e, todo arroz produzido pelo campo arrendado é comprado pela Saman. A garantia com os demais produtores de arroz tem o mesmo objetivo de garantir a safra.

b) Remuneração da Administração

A remuneração dos Diretores Estatutários e Conselheiros, no exercício findo em 29 de fevereiro 2024, incluindo remunerações fixas e variáveis, totalizou R\$ 18.865 (R\$ 16.518 em 28 de fevereiro de 2023) e está apresentado na rubrica despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado.

18. Provisão para demandas judiciais

18.1 Riscos prováveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos em andamento de natureza ambiental, cível, trabalhista, tributária e previdenciária. Baseada em análises gerenciais e na opinião de seus assessores legais, a Companhia mantém registrada

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

provisão para riscos em montante que julga ser suficiente para cobrir eventuais perdas com esses processos. As movimentações que ocorreram no período findo em 29 de fevereiro de 2024 referem-se, à atualização dos processos trabalhistas, cíveis, tributários, previdenciários e ambientais, bem como novas provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários. A provisão para riscos é assim formada:

Riscos	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2022	2.403	15.927	6.566	24.896
Adições e atualizações monetárias	1.257	23.129	4.912	29.298
Reversões	(624)	(6.605)	(11)	(7.240)
Pagamentos	(446)	(1.083)	(191)	(1.720)
Em 28 de fevereiro 2023	2.590	31.368	11.276	45.234

Riscos	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2023	2.591	31.366	11.277	45.234
Adições e atualizações monetárias	2.152	17.364	3.029	22.545
Reversões	(1.841)	(6.975)	(13.060)	(21.876)
Pagamentos	(687)	(8.218)	(1.088)	(9.993)
Em 29 de fevereiro 2024	2.215	33.537	158	35.910

Riscos	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2022	3.407	20.315	22.482	46.204
Variação Cambial	-	3	-	3
Adições e atualizações monetárias	13.716	28.584	5.301	47.601
Aquisição de investimentos Mabel (nota 9)	228.798	5.255	67.883	301.936
Reversões	(682)	(7.099)	(13.043)	(20.824)
Pagamentos	(472)	(1.226)	(191)	(1.889)
Em 28 de fevereiro 2023	244.767	45.832	82.432	373.031

Riscos	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2023	244.766	45.833	82.432	373.031
Variação Cambial	-	(14)	-	(14)
Adições e atualizações monetárias	11.009	25.202	4.415	40.626
Reversões	(8.225)	(8.740)	(15.547)	(32.512)
Pagamentos	(9.296)	(12.911)	(2.853)	(25.060)
Em 29 de fevereiro 2024	238.254	49.370	68.447	356.071

Conforme nota explicativa 9, a Companhia possui registrado no balanço patrimonial um Ativo de Indenização relacionados as contingências originadas da aquisição da CIPA.

Em alguns processos faz-se necessário que a Companhia destine recursos financeiros a contas judiciais ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízos, para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de passivos que estão sendo discutidos judicialmente. Os quadros a seguir apresentam os saldos existente no balanço patrimonial da Companhia:

Depósitos judiciais	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2022	(106)	(3.882)	(3.980)	(7.968)
Adições	-	(1.985)	(126)	(2.111)
Baixa	17	505	909	1.431
Em 28 de fevereiro 2023	(89)	(5.362)	(3.197)	(8.648)

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Depósitos judiciais	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2023	(89)	(5.362)	(3.197)	(8.648)
Adições	(2.631)	(1.200)	(250)	(4.081)
Atualização Monetária	(15)	(355)	(31)	(401)
Baixa	8	2.330	279	2.617
Em 29 de fevereiro 2024	(2.727)	(4.587)	(3.199)	(10.513)

Depósitos judiciais	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2022	(203)	(4.645)	(4.909)	(9.757)
Adições	(62)	(3.382)	(2.103)	(5.547)
Aquisição de investimentos Mabel (nota 8)	-	(20.521)	-	(20.521)
Baixa	73	1.067	909	2.049
Em 28 de fevereiro 2023	(192)	(27.481)	(6.103)	(33.776)

Depósitos judiciais	Consolidado			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 28 de fevereiro 2023	(192)	(27.481)	(6.103)	(33.776)
Adições	(6.461)	(5.183)	(273)	(11.917)
Atualização Monetária	(15)	(355)	(175)	(545)
Baixa	3.044	3.371	279	6.694
Em 29 de fevereiro 2024	(3.624)	(29.648)	(6.272)	(39.544)

A Companhia provisiona os honorários advocatícios devidos em casos de sucesso (*success fee*) para processo com expectativa de perda remota, conforme cláusula contratual estabelecida na contratação dos assessores jurídicos dos processos tributários.

18.1.1 Trabalhistas

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações trabalhistas, cujos montantes individualmente não são considerados materiais pela Administração. A Companhia e suas controladas constituíram provisão baseada em prognósticos prováveis de perda.

18.1.2 Cíveis

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações cíveis, cujos montantes individualmente não são considerados materiais pela Administração. A Companhia e suas controladas constituíram provisão baseada em prognósticos prováveis de perda.

18.1.3 Tributário

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações tributárias e constitui provisão baseada em prognósticos prováveis de perda.

18.2 Riscos possíveis

A seguir são apresentados os montantes relacionados aos riscos de perda avaliados como possível da Companhia e suas controladas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Trabalhista	58.743	30.504	69.722	47.824
Cível	130.857	123.755	138.480	137.786
Tributário	468.491	505.438	474.718	511.053
	658.091	659.697	682.920	696.663

18.2.1 Trabalhistas

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações trabalhistas nas quais os principais pedidos estão relacionados a horas extras, verbas rescisórias, adicional de insalubridade e periculosidade, dano moral e material além de indenizações e responsabilidade solidária ou subsidiária de terceiros cujos montantes individualmente não são considerados materiais pela Administração.

18.2.2 Cíveis

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações de naturezas cíveis, (judicial e administrativa) decorrentes de alegações de inadimplemento contratual e de descumprimento de obrigações legais de diversas naturezas, como disputas decorrentes de contratos em geral, incluindo contrato de representação comercial e transportes, questões regulatórias, acidentes de trânsito, relações de consumo, dentre outros. Discutem-se principalmente pleitos de indenização por perdas e danos, aplicação de penalidades e obrigações de fazer.

18.2.3 Tributário

A Companhia e suas controladas discutem diversas ações de naturezas tributária, (judicial e administrativa) que se referem a diversos tributos, tais como Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), Imposto Sobre Serviço ("ISS").

A seguir, são divulgados os processos relevantes referentes às seguintes matérias:

ICMS

A Companhia discute judicialmente o aproveitamento de créditos de ICMS sobre aquisições cujas saídas subsequentes são realizadas com redução da base de cálculo do imposto (benefício fiscal de produtos da cesta básica), no montante de R\$ 33.038 (R\$ 30.853 em 28 de fevereiro de 2023). As discussões em questão atualmente são classificadas pelo patrono com o prognóstico de perda possível.

A Companhia discute judicialmente e administrativamente cobrança de ICMS em face da diferença entre o imposto destacado no documento fiscal e o efetivamente cobrado no estado de origem em operações de transferência (Guerra Fiscal), no montante de R\$ 13.928 (R\$ 14.409 em 28 de fevereiro de 2023), referente aos períodos de 04 a 08/2008, 01/2008 a 08/2011 e 03/2002 a 12/2002. Atualmente aguarda-se o julgamento dos pedidos de remissão, nos termos da LC 160/2017. As discussões em questão atualmente são classificadas pelo patrono parte com o prognóstico de perda possível com viés remoto (R\$ 773) e parte como perda remota (R\$ 13.155).

A Companhia discute judicialmente cobrança de ICMS, em face da empresa incorporada SLC Alimentos, em razão do suposto aproveitamento indevido de crédito presumido calculado sobre

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

operações de compra de arroz em casca de cooperativas e industrialização por encomenda, no montante de R\$ 17.345, incluindo juros e multa (R\$ 16.288 em 28 de fevereiro de 2023). A discussão em questão atualmente é classificada pelo patrono com o prognóstico de perda possível com viés remoto. Os antigos controladores da empresa incorporada têm responsabilidade contratual de indenizar a Companhia em eventual perda do processo, em razão do fato gerador ser anterior à aquisição.

Imposto de Importação

A Companhia discute administrativamente a cobrança de imposto de importação e multa decorrente da lavratura de auto de infração, por suposta classificação incorreta do arroz relativo ao período de 2007 a 2009 no montante de R\$ 39.612 (R\$ 37.773 em 28 de fevereiro de 2023). A discussão em questão atualmente é classificada pelo patrono com o prognóstico de perda possível.

PIS e COFINS

(i) A Companhia discute judicialmente cobrança de PIS/COFINS relacionada a compensações não homologadas com créditos de IPI no montante de R\$ 22.540 (R\$ 21.799 em 28 de fevereiro de 2023). As discussões em questão atualmente são classificadas pelo patrono com o prognóstico de perda possível.

(ii) A Companhia discute administrativamente o aproveitamento por compensação de tributos federais de determinados créditos decorrentes da aquisição de insumos. Os débitos exigidos nos processos administrativos, incluindo multa, totalizam R\$ 198.131 (R\$ 190.538 em 28 de fevereiro de 2023). As discussões em questão atualmente são classificadas pelo patrono com o prognóstico de perda possível.

ISS

A Companhia discute administrativamente e judicialmente cobrança de ISS realizada pelo Município de Rio Grande/RS, relacionada ao procedimento de secagem de arroz, no montante de 66.858 (R\$ 66.126 em 28 de fevereiro de 2023). Atualmente os processos são classificados pelo patrono com o prognóstico de perda possível.

Ativo Contingente

Em 29 de fevereiro de 2024, a Companhia figurava em processos judiciais de naturezas cível e tributária envolvendo causas ativas, para as quais não existem novos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras, sendo os ativos reconhecidos após o trânsito em julgado dos processos ou aferição do efetivo do benefício econômico.

IRPJ/CSLL

Os temas e discussões relativos a IRPJ/CSLL estão relacionados e explicados na Nota 20 Imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Composição do capital social de R\$950.374, em 29 de fevereiro de 2024 e 28 de fevereiro de 2023 (capital autorizado de R\$2.500.000), integralmente representado por ações ordinárias:

Acionistas	29/02/2024		28/02/2023	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Camil Investimentos S.A.	229.735.239	65,64%	229.735.239	65,64%
Controladores e administradores	16.733.282	4,78%	19.838.264	5,67%
Ações em tesouraria	8.928.768	2,55%	486.500	0,14%
Free float	94.602.711	27,03%	99.939.997	28,55%
	350.000.000	100,00%	350.000.000	100,00%

b) Lucro por ação:

	29/02/2024	28/02/2023
Cálculo do lucro por ação		
Numerador básico		
Lucro básico do exercício	360.337	353.421
Denominador básico		
Média ponderada de ações ordinárias (*)	344.986.267	346.274.517
Lucro líquido, básico, por ação do capital social - em Reais	1,0445	1,0206
Numerador diluído		
Lucro básico do exercício	360.337	353.421
Denominador diluído		
Média ponderada de ações ordinárias (*)	344.986.267	346.274.517
Opções de ações exercíveis – 1ª outorga (Nota 18.d)	1.709.668	1.984.556
Opções de ações exercíveis – 2ª outorga (Nota 18.d)	1.905.852	2.194.794
Opções de ações exercíveis – 3ª outorga (Nota 18.d)	2.960.321	1.764.554
Opções de ações exercíveis – 4ª outorga (Nota 18.d)	1.598.755	722.079
Opções de ações exercíveis – 5ª outorga (Nota 18.d)	549.139	-
	353.710.002	352.940.500
Lucro líquido, diluído, por ação do capital social - em Reais	1,0187	1,0014

(*) A média ponderada de ações da Companhia está impactada pela movimentação das ações em tesouraria adquiridas, durante o exercício findo em 29 de fevereiro de 2024 e das opções outorgadas no exercício.

c) Programa de recompra de ações

Em 12 de janeiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou o oitavo programa de recompra de ações, para aquisição de até 9.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, observando os limites da Resolução CVM nº 77/2022. O objetivo do programa de recompra é realizar a aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para fins de cancelamento, atendimento das outorgas realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações, permanência em tesouraria ou alienação, de modo a maximizar a alocação de capital e geração de valor para os acionistas. O programa tem prazo de 18 meses, contados a partir de 13 de janeiro de 2023, inclusive, tendo como termo final o dia 12 de julho de 2024. A instituição financeira que atua como intermediária do programa de recompra é a Ágora Investimentos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Até o fechamento deste relatório haviam sido recompradas a 8.928.768 ações, sendo 8.497.900 (R\$ 65.177) ao longo do exercício findo em 29 de fevereiro de 2024.

Em 29 de fevereiro de 2024 a cotação da ação da Companhia era de R\$ 8,55/ação.

d) Pagamento baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2017, foi aprovado o Plano de Opção destinado aos administradores e empregados da Companhia ou sociedades sob o seu controle, a serem escolhidos e eleitos pelo Conselho de Administração (administradores do Plano), limitando o total de ações outorgadas a 4% (quatro por cento) do total de Ações representativas do capital social total da Companhia, na data de aprovação do Plano de Outorga. Este, tem prazo indeterminado e pode ser extinto a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

Em 31 de abril de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a sétima outorga de novas opções de compra de ações aos beneficiários no âmbito do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, aprovada em Assembleia Geral da Companhia realizada no dia 30 de junho de 2021 ("Plano de Opção de Compra").

A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 5.400.254 ações ordinárias de emissão da Companhia, respeitando o limite global de 4% do capital social. O preço de exercício de cada Nova Opção corresponderá a R\$7,16 (nove reais e vinte e dois reais centavos) por ação.

O Plano de Outorga tem os seguintes objetivos:

- i) estimular a expansão dos objetivos sociais da Companhia;
- ii) alinhar os interesses dos acionistas aos dos Beneficiários contemplados pelo Plano;
- iii) incentivar a criação de valor à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle através do vínculo dos Beneficiários;
- iv) compartilhar riscos e ganhos entre acionistas, administradores e empregados.

Exercício das opções

As opções deverão ser exercidas no prazo máximo de 7 (sete) anos observando-se o *vesting* (período de aquisição) abaixo:

Quantidade das Opções	Vesting
20%	2 anos
30%	3 anos
50%	4 anos

As opções não exercidas ao prazo máximo serão extintas.

A seguir a posição de opções outorgadas até 29 de fevereiro de 2024 e valor provisionado correspondente, líquido da provisão de IRPJ e CSLL, totalizado em R\$22.344 (R\$18.968 em 28 de fevereiro de 2023):

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Exercício das opções	Data da outorga	20% no segundo aniversário	30% no segundo aniversário	50% no segundo aniversário	Data limite
1ª outorga	31/10/2017	31/10/2019	31/10/2020	31/10/2021	31/10/2024
Quantidade Outorgada		341.934	512.900	854.834	1.709.668
Valor provisionado bruto		457	918	1.866	3.241
2ª outorga	12/12/2017	12/12/2019	12/12/2020	12/12/2021	12/12/2024
Quantidade Outorgada		381.170	571.756	952.926	1.905.852
Valor provisionado bruto		379	806	1.696	2.881
3ª outorga	01/04/2019	01/04/2021	01/04/2022	01/04/2023	01/04/2026
Quantidade Outorgada		592.064	888.096	1.480.161	2.960.321
Valor provisionado bruto		875	1.678	3.290	5.843
4ª outorga	02/04/2020	02/04/2022	02/04/2023	02/04/2024	02/04/2027
Quantidade Outorgada		639.502	959.253	1.598.756	3.197.511
Valor provisionado bruto		904	1.743	3.428	6.075
5ª outorga	31/03/2021	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2028
Quantidade Outorgada		549.139	823.708	1.372.846	2.745.693
Valor provisionado bruto		1.145	2.194	3.292	6.631
6ª outorga	31/03/2022	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2029
Quantidade Outorgada		707.712	1.061.568	1.769.280	3.538.560
Valor provisionado bruto		1.652	2.038	2.961	6.651
7ª outorga	13/04/2023	13/04/2025	13/04/2026	13/04/2027	13/04/2030
Quantidade Outorgada		1.080.051	1.620.076	2.700.127	5.400.254
Valor provisionado bruto		554	766	1.213	2.533
Total					
Quantidade Outorgada		4.291.572	6.437.357	10.728.930	21.457.859
Valor provisionado bruto		5.966	10.143	17.746	33.855
Impostos diferidos		(2.028)	(3.449)	(6.034)	(11.511)
Valor provisionado líquido		3.938	6.694	11.712	22.344

As disposições que regem o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações estão expostas no anexo II da ata da Assembleia inicialmente mencionada.

e) Reserva de incentivos fiscais

Os incentivos fiscais concedidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Deste modo, a Companhia apurou nas unidades geradoras de caixa de grãos e pescados, a subvenção de ICMS no total de R\$ 283.616 em 29 de fevereiro de 2024 (R\$ 62.683 em 28 de fevereiro de 2023), registrados como redutores da receita bruta na demonstração de resultados.

f) Remuneração aos acionistas e distribuição do lucro

Conforme com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição do lucro apurado ocorrerá ao final de cada exercício social, após a aprovação do conselho de administração. A destinação as reservas e determinação da base de cálculo dos dividendos ocorre da seguinte forma:

- (i) Destinação para a Reserva de Incentivos Fiscais das subvenções de investimentos;
- (ii) Destinação para a Reserva Legal de no mínimo 5% do lucro após a destinação para Reserva de Incentivos Fiscais, observados os limites estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) Destinação para a Reserva de Contingências, conforme proposta da administração; e
- (iv) Por fim, destinação para distribuição de dividendos aos acionistas, observado o mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido anual ajustado pela constituição das reservas anteriormente citadas.

Em 26 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sob capital próprio aos acionistas da Companhia, mediante a utilização do saldo de Reserva de Retenção de Lucros constante das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2023, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 29 de fevereiro de 2024. O valor bruto aprovado foi de R\$ 25.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,07 por ação ordinária e foram pagos no dia 14 de junho de 2023.

Em 30 de agosto de 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sob capital próprio aos acionistas da Companhia, mediante a utilização do saldo de Reserva de Retenção de Lucros constante das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2023, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 29 de fevereiro de 2024. O valor bruto aprovado foi de R\$ 25.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,07 por ação ordinária e foram pagos no dia 15 de setembro de 2023.

Em 22 de novembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sob capital próprio aos acionistas da Companhia, mediante a utilização do saldo de Reserva de Retenção de Lucros constante das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2023, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 29 de fevereiro de 2024. O valor bruto aprovado foi de R\$ 25.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,07 por ação ordinária e serão pagos no dia 6 de dezembro de 2023.

Em 7 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sob capital próprio e dividendos aos acionistas da Companhia, mediante a utilização do saldo de Reserva de Retenção de Lucros constante das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2023, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social a ser encerrado em 29 de fevereiro de 2024. O valor bruto aprovado de juros sobre capital próprio foi de R\$ 19.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,05 por ação ordinária e serão pagos no dia 8 de março de 2024. O valor bruto aprovado de dividendos foi de R\$ 6.000, correspondente ao valor bruto unitário de R\$ 0,01 por ação ordinária e serão pagos no dia 8 de março de 2024.

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Atendendo a legislação societária e ao Estatuto da Companhia, abaixo a distribuição dos lucros apurados em 29 de fevereiro de 2024 e 28 de fevereiro de 2023:

	29/02/2024	28/02/2023
Lucro do exercício	360.337	353.421
Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	(283.616)	(62.683)
Base para constituição de reserva legal	76.721	290.738
Constituição da Reserva Legal (5% sobre o lucro)	(3.836)	(14.537)
Ajuste de realização do custo atribuído	3.474	4.118
Base de cálculo para o dividendo	76.359	280.319
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(19.090)	(70.080)
Dividendos adicionais do ano	(80.910)	(59.920)
Remuneração aprovada pelos acionistas	(100.000)	(130.000)
Pagamentos realizados através de JCP	94.000	100.000
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte sobre JCP	(14.100)	(15.000)
Dividendos adicionais pagos	6.000	30.000
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte	85.900	115.000

20. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação dos valores registrados ao resultado

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Resultado antes dos impostos	289.752	379.685	228.368	395.225
Alíquotas nominais (*)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela taxa nominal	(98.516)	(129.093)	(77.645)	(134.377)
(Adições) / Exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	75.779	38.001	368	(216)
Subvenção de ICMS	56.127	21.249	56.127	21.249
Pagamento de Juros sobre Capital Próprio	31.960	34.000	31.960	34.000
Efeito líquido do lucro auferido no exterior (i)	(34.180)	(18.516)	(34.180)	(18.516)
Benefícios fiscais - IR/CS corrente Brasil (ii)	12.217	18.633	12.217	18.633
Reconhecimento créditos sobre indêbitos da Selic	-	3.102	-	3.102
Constituição de ativo diferido de exercícios anteriores (iii)	12.017	-	70.697	-
Outras exclusões (adições) permanentes (iv)	15.181	6.360	72.549	34.584
Valor registrado no resultado	70.585	(26.264)	132.093	(41.541)
Alíquotas efetivas	-24,36%	6,92%	-57,84%	10,51%

- (i) Conforme dispositivo da Lei 12.973/2014, o resultado das investidas no exterior deve ser tributado a alíquota nominal do Brasil. Dessa forma, a Companhia adiciona na base de cálculo os lucros auferidos no exterior e se credita do imposto efetivamente pago nos países em que as investidas estão domiciliadas;
- (ii) Deduções diversas do IR/CS apurado como: PAT, doações, crédito presumido IN 1.520/2014, entre outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) Substancialmente representado pela exclusão dos créditos remanescentes de subvenção de ICMS referente ao exercício de 2022, que ocasionou na geração de créditos tributários de prejuízo fiscal e créditos tributários de montantes pagos no exterior, conforme previsto na Lei 12.973; e
- (iv) Substancialmente representado pela diferença de alíquota entre as controladas no exterior e a nominal praticada no Brasil, além de benefícios fiscais da controlada SAMAN no Uruguai.

Incertezas tributárias de imposto de renda

A Companhia avaliou os tratamentos fiscais incertos separadamente e as suposições em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais sobre a determinação do lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

A Administração da Companhia entende que não há impactos materiais nas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos fiscais.

Os temas relacionados abaixo foram avaliados pela Administração e seus assessores legais como prováveis de serem aceitos pelas autoridades fiscais, segundo o IFRIC 23/ICPC22, conforme relacionados a seguir:

A Companhia e suas controladas discutem atualmente assuntos relacionados a cobranças de IRPJ e CSLL que, segundo avaliação dos respectivos assessores legais, têm prognóstico de perda possível e correspondem a tratamentos fiscais que devem ser aceitos pelas autoridades fiscais (nos termos do ICPC22). O valor total sob discussão consolidado é de R\$ 418.345 (R\$ 395.966 em 28 de fevereiro de 2023) e, na controladora, de R\$ 418.287 (R\$ 395.911 em 28 de fevereiro de 2023).

Os temas relacionados abaixo foram avaliados pela Administração e seus assessores legais como prováveis de serem aceitos pelas autoridades fiscais, segundo o IFRIC 23/ICPC22.

i) A Companhia possui auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos aos anos-calendário de 2011 a 2012, decorrente da amortização fiscal dos ágios gerados pelas incorporações das empresas Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A., Canadá Participações Ltda., GIF Codajás Participações S.A. e Docelar Alimentos e Bebidas S.A, no montante total de R\$ 381.940 (R\$ 352.336 em 28 de fevereiro de 2023), incluindo multa e juros de mora.

O entendimento da Administração é de que o ágio foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação fiscal, atendendo os requisitos dispostos no artigo 385, § 2º, inciso II e § 3º, combinado com o artigo 386, inciso III, do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99).

ii) A Companhia discute administrativamente débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa da dedução de custo de matéria-prima adquirida de fornecedor posteriormente considerado inidôneo pela Receita Federal, no montante R\$ 24.358 (R\$ 22.487 em 28 de fevereiro de 2023).

iii) A Companhia discute administrativamente cobrança de IRPJ/CSLL e o respectivo adicional de IRPJ do exercício de 2017, tendo em vista a exclusão de valores benefícios fiscais de ICMS das bases de cálculo de referidos tributos, nos termos Lei Complementar 160/2017. A Receita Federal do Brasil glosou parte das compensações de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, apurados em 2017, realizadas nos exercícios seguintes (2018 e 2020), exigindo IRPJ e CSLL de tais períodos no montante de R\$ 27.556 (R\$ 33.458 em 28 de fevereiro de 2023), incluindo juros e multa. A impugnação da Companhia foi julgada parcialmente procedente, excluindo-se da cobrança parte do débito, no valor de R\$ 8.977, em decisão definitiva. Aguarda-se julgamento de recurso voluntário interposto.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



iv) A Companhia discute administrativamente cobrança de IRPJ/CSLL e IRRF do exercício de 2017, no montante de R\$ 36.550 (R\$ 33.231 em 28 de fevereiro de 2023), incluindo juros e multa, em face da exclusão da base de cálculo dos referidos tributos, pela empresa incorporada SLC Alimentos, de despesas com aquisição de matéria-prima de fornecedor considerado inidôneo e por realização de pagamento sem causa. Os antigos controladores da empresa incorporada têm responsabilidade contratual de indenizar a Companhia em eventual perda do processo, em razão do fato gerador ser anterior à aquisição.

v) A Companhia discute administrativamente cobrança de IRPJ/CSLL do exercício de 2017 e 2018, no montante de R\$ 16.895 (R\$ 15.368 em 28 de fevereiro de 2023), incluindo juros e multa, decorrente das deduções fiscais realizada pela empresa incorporada Pastifício Santa Amália, a título de amortização de ágio gerado da operação de investimento formalizada no ano de 2013, em face da transferência do capital para a empresa Alicorp S.A. Os antigos controladores da empresa incorporada têm responsabilidade contratual de indenizar a Companhia em eventual perda do processo, em razão do fato gerador ser anterior à aquisição.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Diferença temporária ativa				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.545	2.276	10.274	3.767
Provisão para participação nos resultados	8.670	8.165	10.303	9.947
Provisão para demandas judiciais	12.210	23.493	16.890	32.156
Prejuízos fiscais e bases negativas	88.034	13.211	93.636	15.495
Crédito tributário no exterior (*)	-	-	70.950	-
Provisão para perdas adiantamento a fornecedores	3.599	3.716	3.599	3.716
Provisão para perdas de estoques	2.619	2.069	5.081	3.997
Provisão para perdas de créditos tributários	6.306	4.957	6.552	5.213
Provisão de descontos sobre vendas	13.627	23.100	13.684	23.160
Agio sobre incorporação e aquisições	-	10.333	-	10.333
Mais valia	2.620	1.503	2.620	1.503
Provisão para perda com operações descontinuadas	8.918	9.231	8.918	9.231
Movimentações IFRS 16 - Ativo de direito de uso	87.667	70.612	104.944	84.742
Outras provisões temporárias	12.279	9.200	17.976	17.994
Total	253.094	181.866	365.427	221.254
	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Diferença temporária passiva				
Diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	42.989	41.032	42.989	41.032
Sobre alocação à intangíveis	38.985	38.985	52.025	51.922
Sobre alocação à imobilizados	7.022	9.072	10.660	9.072
Custo atribuído ao imobilizado (deemed cost)	29.933	49.962	40.797	61.102
Diferimento sobre crédito de exclusão de ICMS	10.338	10.338	10.338	12.611
Lucro do exterior	-	3.627	-	3.627
Movimentações IFRS 16 - Passivo de arrendamento	83.582	68.118	95.900	70.165
Imposto sobre ganho com compra vantajosa	75.120	67.728	75.120	67.728
Outras diferenças temporárias	42	565	19.228	43.667
Total	288.011	289.427	347.057	360.926
Ativo	-	-	89.766	15.235
Passivo	(34.917)	(107.561)	(71.396)	(154.907)
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido	(34.917)	(107.561)	18.370	(139.672)

(*) Crédito tributário no exterior registrado no investimento da controladora (Nota 10).

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

21. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	9.338.477	8.500.808	11.360.289	10.575.413
Mercado externo	543.872	229.765	1.613.862	1.173.142
	9.882.349	8.730.573	12.974.151	11.748.555
Deduções de vendas				
Imposto sobre vendas	(773.041)	(653.649)	(867.542)	(740.169)
Devoluções e abatimentos	(703.105)	(638.096)	(856.962)	(802.898)
	(1.476.146)	(1.291.745)	(1.724.504)	(1.543.067)
Receita líquida de vendas	8.406.203	7.438.828	11.249.647	10.205.488

22. Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Custos das vendas e serviços	(6.793.069)	(5.973.058)	(8.973.675)	(8.085.625)
Despesas com vendas	(748.909)	(673.742)	(1.096.006)	(1.060.306)
Despesas gerais e administrativas	(438.814)	(441.300)	(586.185)	(586.604)
	(7.980.792)	(7.088.100)	(10.655.866)	(9.732.535)
Gastos por natureza				
Matéria prima e materiais	(6.091.511)	(5.386.298)	(7.751.888)	(7.105.441)
Serviços de terceiros	(146.184)	(122.825)	(213.952)	(189.694)
Gastos com manutenção	(190.814)	(153.846)	(222.688)	(178.884)
Pessoal	(574.749)	(504.475)	(851.712)	(776.304)
Frete	(544.124)	(479.266)	(791.959)	(773.307)
Comissões sobre vendas	(49.737)	(47.977)	(65.618)	(63.302)
Energia elétrica	(56.238)	(57.450)	(89.594)	(90.030)
Depreciação e amortização	(133.400)	(126.143)	(222.217)	(200.165)
Amortização ativo de direito de uso	(31.228)	(20.150)	(39.730)	(33.867)
Locação	(30.094)	(18.280)	(41.270)	(35.459)
Impostos e taxas	(10.843)	(10.376)	(15.439)	(29.207)
Despesas com exportação	(27.098)	(34.091)	(89.263)	(92.841)
Outras despesas	(94.772)	(126.923)	(260.536)	(164.034)
	(7.980.792)	(7.088.100)	(10.655.866)	(9.732.535)

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Compra vantajosa Mabel (i)	18.057	198.280	18.057	198.280
Recuperação de Impostos (ii)	18.320	-	18.320	-
Reversões de provisões não realizadas	5.676	-	13.393	-
Receita de aluguel	2.732	-	4.293	-
Recuperação de despesas	2.021	-	8.402	-
Reconhecimento inicial do passivo atuarial (iii)	(3.728)	-	(3.728)	-
Outros	(1.602)	(6.524)	(1.503)	15.189
	41.476	191.756	57.234	213.469

- (i) Compra vantajosa apurada na aquisição das controladas CIPA Industrial de Produtos Alimentares e CIPA Nordeste Industrial de Produtos Alimentares, detentoras da marca Mabel e da linha Toddy para cookies, conforme nota explicativa 09;
- (ii) Recuperação de PIS/COFINS da empresa SLC Alimentos, adquirida e incorporada em 2018, além da recuperação de créditos previdenciários oriundo de ações judiciais transitadas em julgado; e
- (iii) Reconhecimento inicial do passivo atuarial referente ao benefício de assistência médica concedidos a alguns ex-empregados. Conforme o CPC 33, está classificado como benefício definido e apresentado no balanço patrimonial junto a rubrica “outras contas a pagar” no passivo não circulante.

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Despesas financeiras				
Juros	(504.700)	(354.130)	(564.565)	(389.115)
Juros sobre arrendamentos	(19.923)	(6.100)	(14.143)	(10.408)
Instrumentos financeiros derivativos	(109.063)	(123.611)	(109.063)	(123.611)
Variação cambial passiva	(18.834)	(17.009)	(24.179)	(25.394)
Atualização monetária	(9.389)	(11.653)	(9.564)	(11.685)
Outras	(23.594)	(17.757)	(35.055)	(32.331)
	(685.503)	(530.260)	(756.569)	(592.544)
Receitas financeiras				
Juros	8.889	8.186	25.974	30.998
Descontos obtidos	1.839	2.612	1.846	2.761
Aplicações financeiras	151.026	96.820	156.850	99.710
Instrumentos financeiros derivativos	98.547	115.579	98.547	115.579
Variação cambial ativa	21.724	30.200	33.639	40.891
Atualização monetária	9.160	9.658	14.381	8.724
Outras	-	-	1.602	1.341
	291.185	263.055	332.839	301.981
Resultado financeiro	(394.318)	(267.205)	(423.730)	(290.563)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, os negócios da Companhia e suas controladas compreendem a industrialização e a comercialização, no país e no exterior, de diversos produtos, principalmente arroz, feijão, açúcar e pescados.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação.

a) Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo aplicações financeiras e derivativos a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Essas metodologias de avaliação não foram alteradas nos exercícios apresentados.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Com base em sua avaliação, a Administração considera que os valores justos dos principais instrumentos financeiros apresentados não possuem diferenças significativas dos valores contabilizados, como a seguir:

		Controladora			
		29/02/2024		28/02/2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros	Nível				
Custo amortizado					
Equivalentes de caixa	2	2.455.936	2.455.936	988.730	988.730
Aplicações financeiras	2	13.698	13.698	13.740	13.740
Contas a receber	2	960.982	960.982	883.276	883.276
		3.430.616	3.430.616	1.885.746	1.885.746
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	674	674
		-	-	674	674
Passivos financeiros					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	581.235	581.235	668.791	668.791
Empréstimos e financiamentos	2	4.816.738	4.832.817	3.102.656	3.106.899
Passivo de arrendamento	2	146.486	146.486	170.551	170.551
Contas a pagar	2	16.079	16.079	30.941	30.941
		5.560.538	5.576.617	3.972.939	3.977.182
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	34	34	-	-
		34	34	-	-
		Consolidado			
		29/02/2024		28/02/2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros	Nível				
Custo amortizado					
Equivalentes de caixa	2	2.800.256	2.800.256	1.225.614	1.225.614
Aplicações financeiras	2	14.941	14.941	13.740	13.740
Contas a receber	2	1.359.367	1.359.367	1.331.654	1.331.654
		4.174.564	4.174.564	2.571.008	2.571.008
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	674	674
		-	-	674	674
Passivos financeiros					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	945.658	945.658	1.023.498	1.023.498
Empréstimos e financiamentos	2	5.486.034	5.502.113	3.982.201	3.711.551
Passivo de arrendamento	2	268.259	268.259	194.441	194.441
Contas a pagar	2	95.480	95.480	119.313	119.313
		6.795.431	6.811.510	5.319.453	5.048.803
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	34	-	-	-
		34	-	-	-

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, assim como das aplicações financeiras estão apresentados ao seu valor justo, que equivalem aos seus respectivos valores contábeis na data do balanço patrimonial.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Os derivativos, oriundos de operações de Mercado Futuro, também estão reconhecidos baseados em seus respectivos valores justos estimados com base nos respectivos contratos objeto e com dados observáveis de mercado que incluem a movimentação das moedas nas quais os derivativos estão designados. Nesses casos, os ativos e passivos são classificados em Nível 2. Abaixo estão dispostas maiores informações referentes aos derivativos e sua mensuração:

Risco	Moeda	Quantidade de Contratos	Valor Principal	Valor dos Instrumentos de Proteção	Saldo Passivo em 29/02/2023
Importações Futuras	Dólar	490	50	24.500	(30)
Importações Futuras	Euro	5	50	250	(4)
Saldo em 29/02/2024		495	100	24.750	(34)

Os saldos de contas a receber de clientes decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas e eventuais descontos concedidos.

Os saldos de fornecedores decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.

Empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, que refletem os termos e condições usuais captados em mercado.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes principais riscos.

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras e contas a receber.

i. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras do Grupo estão mantidas em instituições de primeira linha. A seguir a classificação de *Rating* dos valores aplicados (Notas 3 e 4):

	Controladora		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
AAA	-	-	34.583	3.747
AAA-	-	-	-	17.360
AA+	-	-	20.344	137.800
AA-	-	-	132	-
brA-1+	2.467.299	964.166	2.527.986	993.361
	2.467.299	964.166	2.583.045	1.152.268

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023**(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)****ii. Contas a receber**

As políticas de vendas da Companhia e suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

A Companhia e suas controladas não possuíam, no período findo em 29 de fevereiro de 2024, clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

Risco liquidez

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia e suas controladas tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia e suas controladas historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de preços dos insumos e dos produtos acabados

Os principais insumos utilizados no processo produtivo da Companhia e suas controladas são *commodities* agrícolas, cujos preços sofrem flutuações em função das políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidade de safras e efeitos climáticos, podendo acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

Risco de mercado**i. Risco da taxa de juros**

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI, ou equivalentes nas controladas internacionais. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação as suas metas de mitigação deste risco.

ii. Risco de taxas de câmbio

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente hedge financeiro, com o propósito de proteger suas importações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos diariamente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos Financeiros - Derivativos", no balanço patrimonial e a contrapartida no resultado é na rubrica "Ganhos/Perdas - Derivativos", líquidas.

c) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário 1), segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários 2 e 3).

Dívidas e aplicações financeiras

As operações financeiras de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais e CDI estão sujeitas à variação da taxa de câmbio (USD/BRL, CLP/BRL, PEN/BRL e EUR/BRL) e da taxa de juros (CDI).

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor R\$	Cenário Base R\$	Cenário 2 25% R\$	Cenário 3 50% R\$
Capital de Giro	Flutuação do CDI	11,15%	1.522.477	(169.756)	(212.195)	(254.634)
Debêntures	Flutuação do CDI	11,15%	3.319.155	(370.086)	(462.607)	(555.129)
Total				(539.842)	(674.802)	(809.763)
Variação (Perda)					(134.960)	(269.921)

Investimentos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (desvalorização das taxas de juros)

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor R\$	Cenário Base R\$	Cenário 2 25% R\$	Cenário 3 50% R\$
Aplicações financeiras	Flutuação do CDI	11,15%	2.522.325	266.422	199.817	133.211
Total				266.422	199.817	133.211
Variação (Perda)					(66.605)	(133.211)

Investimentos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (depreciação do Real)

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor R\$	Cenário Base R\$	Cenário 2 25% R\$	Cenário 3 50% R\$
Aplicações financeiras	Flutuação do BRL/CLP	0,0049	55.060	52.316	39.237	26.158
Total				52.316	39.237	26.158
Variação (Perda)					(13.079)	(26.158)

Notas Explicativas



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Dívida (variação cambial)

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor R\$	Cenário Base R\$	Cenário 2 25% R\$	Cenário 3 50% R\$
Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	4,7672	451.305	19.571	(88.363)	(196.297)
Dívida denominada em PEN*	Flutuação do BRL/PEN	1,2716	154.926	5.737	(31.560)	(68.857)
Dívida denominada em CLP**	Flutuação do BRL/CLP	0,0049	72.817	3.629	(13.668)	(30.965)
Total				28.937	(133.591)	(296.119)
Variação (Perda)					(162.528)	(325.056)

(*) PEN - Novo Sol / Peru

(**) CLP - pesos Chilenos

Derivativos designados como hedge (depreciação do Real)

Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Valor R\$	Cenário Base R\$	Cenário 2 25% R\$	Cenário 3 50% R\$
Derivativos	Flutuação do BRL/USD	4,7672	122.041	(5.292)	23.895	53.082
Derivativos	Flutuação do BRL/EURO	5,1582	1.347	(59)	263	585
Total				(5.351)	24.158	53.667
Variação (Perda)					29.509	59.018

As fontes de informação para as taxas utilizadas acima foram obtidas no Banco Central do Brasil – BCB.

Riscos climáticos

A Companhia possui exposições relacionadas às mudanças climáticas, tendo em vista que eventos climáticos adversos podem impactar a produção das principais commodities nos países de originação de matéria-prima na América Latina, que podem causar volatilidade nos preços de commodities e/ou rupturas na cadeia de suprimentos.

Eventuais mudanças regulatórias ou mudanças estruturais na sociedade relacionadas à percepção de clientes e consumidores em relação à contribuição sustentável da Companhia para a sociedade podem demandar investimentos adicionais em P&D. A estratégia de sustentabilidade da Companhia consiste em monitorar riscos atrelados ao tema e em iniciativas de grupos de trabalho, atrelados aos temas materiais de sustentabilidade aprovados pelo Conselho de Administração, e reportados anualmente por meio do Relatório de Sustentabilidade. A Companhia atrela metas ESG à remuneração variável de executivos e reporta os resultados das iniciativas periodicamente ao Comitê executivo de ESG e Ética.

Adicionalmente, a Companhia acompanha as alterações das legislações regulatórias/setoriais quanto ao risco de alterações que possam impactar a atual condução dos negócios, não tendo sido observado quaisquer eventos que produzam impactos financeiros. Avaliou-se também quando ao fato de a Companhia não ter planos ou alteração na forma ou composição dos produtos da Companhia que possam resultar em impactos na mensuração dos ativos, notadamente contas a receber, estoques e imobilizado, ou dos passivos, por obrigações presentes for eventos passados, que devam ser registrados nas demonstrações financeiras intermediárias em 29 de fevereiro de 2024.

Sendo estas as circunstâncias, as informações contábeis intermediárias em 29 de fevereiro de 2024, não requereu ajustes decorrentes dos riscos relacionados às mudanças climáticas.

Notas Explicativas
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



Riscos cibernéticos

A Companhia reconhece a importância crescente da segurança da informação em um mundo cada vez mais digital e interconectado, onde ataques cibernéticos podem comprometer a segurança das informações, interromper as operações e impactar financeiramente a organização. A exposição a riscos cibernéticos é significativa devido à dependência de sistemas digitais para a gestão da cadeia de suprimentos, processamento de transações financeiras e armazenamento de dados confidenciais de clientes e funcionários.

Ataques cibernéticos, como violações de dados e ransomware, podem não apenas causar perdas financeiras diretas, mas também afetar a reputação da empresa, resultando em perda de confiança dos clientes e possíveis penalidades regulatórias. Em resposta a esses desafios, a Companhia implementou um robusto programa de segurança cibernética que inclui monitoramento contínuo dos sistemas de informação, treinamento regular dos funcionários em práticas de segurança da informação e parcerias com organizações especializadas em segurança cibernética.

Além disso, a Companhia adota uma abordagem estratégica ao implementar o COBIT como uma estrutura central para governança de Tecnologia, visando garantir que suas operações estejam alinhadas com as melhores práticas internacionais e em conformidade com as legislações de proteção de dados e segurança cibernética. Essa adoção permite uma gestão mais efetiva e uma proteção robusta contra as novas formas de ameaças digitais.

Para aprimorar ainda mais sua capacidade de prevenção e resposta, a Companhia integrou ferramentas avançadas baseadas em inteligência artificial em sua infraestrutura tecnológica. Essas ferramentas utilizam algoritmos de aprendizado de máquina para monitorar, detectar e reagir a atividades suspeitas em tempo real, o que eleva a eficiência dos processos de segurança. Embora até o momento não tenham sido observados eventos cibernéticos que resultem em impactos financeiros significativos, a incorporação dessas tecnologias assegura que a Companhia permaneça vigilante e proativamente preparada para responder a incidentes cibernéticos, garantindo assim a integridade dos seus ativos e a continuidade das operações comerciais.

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital de terceiros. Caso a opção por capital próprio seja realizada, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas atuais ou por capitalização em operação de mercado de capitais com a entrada de novos acionistas. A utilização de recursos financiados por terceiros será sempre uma opção a ser considerada, principalmente pelo entendimento da Administração de que este custo será menor do que o custo de capital próprio, otimizando o custo de capital ou quando este custo for menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente com objetivo de otimização do custo de capital, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que são definidos como endividamento líquido dividido pela soma do EBITDA dos últimos 12 meses, e endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos (inclui as debêntures), derivativos, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



e não circulante, e títulos e valores mobiliários vinculados, circulante e não circulante com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Devedora. A Companhia possui contratos de emissão de debêntures, que preveem o cumprimento do seguinte compromisso ("covenants"): Dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,5 (três vezes e meia), em 29 de fevereiro de 2024. Conforme descrito na Nota 16, a Companhia efetuou o cálculo e concluiu estar em parâmetro inferior ao limite.

26. Informações por segmento

A Administração definiu o modelo estratégico do negócio, baseando as decisões da Companhia entre os segmentos Brasil e Internacional.

Os segmentos do Grupo realizam operações entre si e tem as mesmas práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas nas tabelas a seguir:

	Brasil		Internacional		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Ativo						
Circulante	4.920.305	3.471.057	1.430.409	1.616.003	6.350.714	5.087.060
Não circulante	3.176.516	3.067.404	1.094.128	1.059.417	4.270.644	4.126.821
Ativo total	8.096.821	6.538.461	2.524.537	2.675.420	10.621.358	9.213.881
Passivo						
Circulante	2.230.564	1.707.923	714.799	850.872	2.945.363	2.558.795
Não circulante	4.029.713	2.558.206	558.936	1.097.458	4.588.649	3.655.664
Passivo total	6.260.277	4.266.129	1.273.735	1.948.330	7.534.012	6.214.459
	Brasil		Internacional		Consolidado	
	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023
Receita bruta de vendas						
Mercado interno	9.347.503	8.716.924	2.012.786	1.858.489	11.360.289	10.575.413
Mercado externo	543.872	229.765	1.069.990	943.377	1.613.862	1.173.142
	9.891.375	8.946.689	3.082.776	2.801.866	12.974.151	11.748.555
Devoluções de vendas						
Impostos sobre vendas	(796.180)	(695.848)	(69.785)	(44.322)	(865.965)	(740.170)
Devoluções e abatimentos	(703.517)	(659.690)	(155.022)	(143.207)	(858.539)	(802.897)
	(1.499.697)	(1.355.538)	(224.807)	(187.529)	(1.724.504)	(1.543.067)
Receita líquida de vendas	8.391.678	7.591.151	2.857.969	2.614.337	11.249.647	10.205.488
Custos das vendas e serviços	(6.768.425)	(6.124.488)	(2.205.250)	(1.961.137)	(8.973.675)	(8.085.625)
Lucro bruto	1.623.253	1.466.663	652.719	653.200	2.275.972	2.119.863
Despesas de vendas	(751.598)	(678.722)	(344.408)	(381.584)	(1.096.006)	(1.060.306)
Despesas gerais e administrativas	(259.146)	(294.625)	(65.092)	(57.946)	(324.238)	(352.571)
Depreciação e amortização	(195.690)	(170.162)	(66.257)	(63.870)	(261.947)	(234.032)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas e resultado de equivalência patrimonial	50.357	207.980	7.960	4.854	58.317	212.834
Lucro antes das rec. e desp. financeiras	467.176	531.134	184.922	154.654	652.098	685.788
Despesas financeiras	(680.275)	(538.823)	(76.294)	(53.721)	(756.569)	(592.544)
Receitas financeiras	296.757	267.803	36.082	34.178	332.839	301.981
Lucro antes dos impostos	83.658	260.114	144.710	135.111	228.368	395.225
IRPJ e CSLL	139.440	(27.417)	(7.347)	(14.124)	132.093	(41.541)
Lucro líquido	223.098	232.697	137.363	120.987	360.461	353.684

27. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Companhia para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)



a orientação de seus consultores de seguros.

A seguir a tabela com o resumo das apólices contratadas em 29 de fevereiro de 2024:

Riscos	Cobertura	Controladora		Consolidado	
		Valor em Risco	Custo da Apolice	Valor em Risco	Custo da Apolice
Riscos Operacionais	Contra danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos, lucros cessantes	300.000	5.562	302.791	5.569
Transporte de mercadorias	Mercadorias em trânsito	6.036.876	393	10.071.183	666
Responsabilidade civil	Reparações por danos pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia	15.000	102	15.038	103
Responsabilidade civil de administradores	Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização	80.000	108	80.001	108
Processos judiciais	Processos judiciais diversos	183.961	477	357.367	1.067
Veículos	Sinistros diversos	100% Tabela FII	47	-	509
Seguro Ambiental	Reclamações de terceiros relativas a transporte, danos pessoais, danos materiais e custos de limpeza	400	14	400	14
Recebimento de clientes	90% da dívida de clientes inadimplentes	90% das vendas	108	90% das vendas	108
Fiança locatícia	Inadimplemento da Companhia relativo a locação de imóveis	22.762	321	22.762	321
Seguro Recursal	Cobertura a processos trabalhistas	9.309	171	12.416	197

* O valor em risco consolidado é composto pelas apólices da controladora Camil Alimentos S.A, onde o valor assegurado corresponde a 100% da tabela FIP vigente, e da controlada Ciclo Logística Ltda., onde a apólice assegura 80% da tabela FIP.

28. Transações Não Caixa

Controladora		Consolidado	
29/02/2024	28/02/2023	29/02/2024	28/02/2023

Transações que não envolveram caixa:

Atividades operacionais

Ativos circulantes (i)	-	-	(128.359)	(168.142)
Ativos não circulantes (i)	-	-	(623.627)	(330.596)
Passivos circulantes (i)	-	-	74.545	79.905
Passivos não circulantes (i)	-	-	666.615	373.584
	-	-	(10.826)	(45.249)

Atividades de investimentos

Adições imobilizado e intangível (ii)	52.698	12.575	60.964	10.056
	52.698	12.575	60.964	10.056

Atividades de financiamentos

Reconhecimento de ativos de direito de uso e passivo de arrendamento	8.532	41.398	122.489	57.401
Pagamentos de passivo de arrendamento (iii)	4.369	-	3.329	-
	12.901	41.398	125.818	57.401

- (i) Ativos e passivos circulantes e não circulantes advindos das operações de combinações de negócios;
- (ii) Efeito líquido entre as adições ao imobilizado e intangível da Companhia em exercícios anteriores, mas que o fluxo de caixa ocorreu no exercício corrente e as adições que não houve utilização de recursos monetários ou que a utilização dos recursos ocorrerá em datas posteriores ao fechamento destas demonstrações financeiras; e
- (iii) Créditos de PIS/COFINS tomados sobre os valores pagos de arrendamento no período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 29 de fevereiro de 2024 e em 28 de fevereiro de 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. Evento subsequente

Em 25 de abril de 2024, a Companhia realizou a liquidação antecipada do contrato de capital de giro. O montante total pago foi de R\$ 69.014, sendo: (i) R\$ 66.667 principal; (ii) R\$ 994 juros incorridos até a data da liquidação; e (iii) R\$ 1.353 referente a encargo contratual para liquidação antecipada. A dívida que tinha como vencimento final em 05 de setembro de 2025, foi paga antecipadamente pela Companhia por questões de otimização dos custos do endividamento bancário no Brasil.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Camil Alimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Camil Alimentos S.A. ("Companhia") ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 29 de fevereiro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 29 de fevereiro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 29 de fevereiro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Projeções utilizadas na avaliação da redução ao valor recuperável dos ágios e dos ativos intangíveis de vida útil indefinida (Notas 2.2, 2.18, 9 e 12)

A Companhia mantém registrado em seu ativo intangível no Consolidado, valores pagos por marcas e patentes adquiridas, no montante de R\$ 601.691 mil (R\$ 379.429 mil na Controladora), e ágios fundamentados em sinergia e em expectativa de rentabilidade futura, no montante de R\$ 406.320 mil, no Consolidado (R\$ 185.152 mil na Controladora), ambos oriundos de combinação de negócios.

A Companhia efetuou o teste do valor recuperável dos ágios e dos ativos intangíveis de vida útil indefinida utilizando o modelo de valor em uso, que consiste na determinação do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros de cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), com base em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos, incluindo a taxa de crescimento e a taxa de desconto.

Mantivemos esse assunto como uma área de foco de nossa auditoria pois, além da relevância do saldo, é uma área que envolve estimativas críticas e julgamentos por parte da administração da Companhia na determinação das premissas e projeções efetuadas que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de recuperabilidade da UGC, com consequente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado para a definição das unidades geradoras de caixa.

Em conjunto com nossos especialistas em avaliação, analisamos a razoabilidade e consistência dos modelos de cálculo utilizado pela

administração para preparar as projeções, bem como os dados e premissas utilizados na preparação dos fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento e taxas de desconto, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, considerando o custo de capital para a Companhia e organizações comparáveis.

Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa.

Revisamos análise de sensibilidade elaborada pela Companhia para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis.

Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas e dados utilizados, a metodologia de avaliação do valor recuperável, assim como as divulgações efetuadas sobre o tema, estão consistentes com as evidências obtidas por nós.

Porque é um PAA

Avaliação e divulgação dos riscos tributários e fiscais (Notas 2.8.1, 2.19, 18.2 e 20)

A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Em 29 de fevereiro de 2024, contingências classificadas como perdas possíveis e tratamentos tributários incertos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, totalizam a R\$ 893.063 mil no Consolidado e a R\$ 886.778 mil na Controladora.

A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos externos, estima os possíveis desfechos e impactos para esses diversos assuntos e constitui provisão para os casos considerados como sendo provável a saída futura de caixa.

Para prognósticos onde as expectativas de perdas são avaliadas como possíveis e, especificamente para o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, onde a avaliação legal conclui ser provável que a autoridade tributária aceitará o tratamento fiscal incerto adotado pela Companhia e suas controladas nas suas respectivas apurações corrente e passadas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, a Companhia e suas controladas não contabilizam os valores envolvidos, porém divulgam as circunstâncias em notas explicativas às demonstrações financeiras.

A determinação quanto as probabilidades de perda e seus respectivos valores objetos das disputas, envolvem julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais. Além disso, considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas e premissas que influenciam a determinação do prognóstico de perda podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Por isso, essa área foi considerada como umas das principais áreas de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar, mensurar, registrar e divulgar provisões e tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro, bem como acompanhar o progresso dos processos judiciais e das correspondentes jurisprudências.

Obtivemos confirmação direta de determinados assessores jurídicos externos e internos responsáveis pelos processos nas esferas administrativa e judicial.

Para as causas mais significativas, com o apoio de nossos especialistas legais, discutimos com a administração a razoabilidade do prognóstico de perda e, para as incertezas tributárias de Imposto de Renda, a concordância com o tratamento tributário adotado pela Companhia e suas controladas.

Por amostragem, testamos os cálculos dos valores envolvidos e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as documentações-suporte, bem como com as normas contábeis aplicáveis. Efetuamos leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões e divulgações efetuadas estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Porque é um PAA

Cláusulas restritivas (covenants) incidentes sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas 2.10 e 16)

Em 29 de fevereiro de 2024, a Companhia apresenta registrado saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures ("dívidas"), no valor total de R\$5.486.034 mil no Consolidado e de R\$ 4.816.738 mil na Controladora.

Tratam-se de dívidas que estão sujeitas ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), e que são calculadas a partir de informações contidas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no encerramento do exercício social.

O descumprimento dos "covenants" resultaria na declaração de vencimento antecipado da totalidade das dívidas tornando-se exigível os respectivos valores em aberto na data do balanço e, por consequência a reclassificação desses passivos não circulantes para o passivo circulante.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspectos:

- Envio de cartas às instituições financeiras solicitando a confirmação de saldos de dívidas;
- Leitura e entendimento das cláusulas restritivas anuais ("covenants") dos referidos empréstimos, financiamentos e das debêntures, incluindo os aditivos contratuais, quando aplicável, e revisão do cálculo dos indicadores de "covenants" efetuado pela administração da Companhia; e
- Efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento

profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

CAMIL ALIMENTOS S.A.
Companhia Aberta
NIRE 35300146735
CNPJ/MF nº 64.904.295/0001-03

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Camil Alimentos S.A., em conformidade com as atribuições previstas no art. 163 da Lei 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2024, acompanhadas do Relatório, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, e do Relatório Anual da Administração.

O Conselho Fiscal ao longo do exercício acompanhou os trabalhos de reporte da Companhia por meio de suas reuniões com representantes da Administração e Auditores Independentes.

CONCLUSÃO: Com base nesses trabalhos, evidências e no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., apresentado sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2024, acompanhadas do Relatório, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, e do Relatório Anual da Administração, estão adequadamente apresentados e refletem a situação patrimonial da Companhia e estão aptos a serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo - SP, 09 de maio de 2024.

Maria Elena Cardoso Figueira
Presidente do Conselho Fiscal

Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Conselheiro Fiscal

Marcos Silveira
Conselheiro Fiscal

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário da Camil Alimentos S.A.

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE", "Comitê de Auditoria" ou "Comitê") da Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), é um órgão de caráter permanente e consultivo, criado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 11 de janeiro de 2018, com a função de assessorar referido órgão da administração, nos termos Resolução CVM nº 23/2021 e nos Resolução CVM nº 80/2021, e demais regulamentações aplicáveis.

O Comitê de Auditoria possui um Regimento Interno, aprovado na Reunião do Conselho de Administração, o qual tem por finalidade estabelecer normas e definir as responsabilidades e atribuições para o funcionamento do Comitê de Auditoria da Camil, observados o Estatuto Social da Companhia, a Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada em vigor ("Lei das S.A."), as demais regulamentações aplicáveis, bem como as melhores práticas de governança corporativa ("Regimento Interno").

A atual composição do Comitê é formada por 3 (três) membros, todos independentes, tendo sido eleitos pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13.01.2022. O Sr. Carlos Roberto de Albuquerque Sá, Coordenador do Comitê, atende aos requisitos de reconhecida experiência em contabilidade societária e finanças, o Sr. Rodrigo Tadeu Alves Colmonero também atua como membro independente do Conselho de Administração da Companhia e o Marcelo Marcondes Leite de Souza como membro efetivo do Comitê de Auditoria na Companhia. Cabe ressaltar que nenhum membro do Comitê participa da Diretoria da Companhia.

1. Atividades Comitê – Exercício 2023/2024

Ao longo do exercício compreendido entre março de 2023 e fevereiro de 2024, o Comitê reuniu-se em 10 (dez) vezes, em sessões ordinárias. Além da participação do Coordenador do Comitê na Assembleia Geral da Companhia, o Comitê reuniu-se em 4 (quatro) oportunidades com o Conselho de Administração e quando convocado, participou de reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal, para discussão dos principais temas de sua competência acompanhados durante o período.

As reuniões contaram com a participação, sempre que necessário e conforme a ordem do dia, do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, dos demais Diretores, Gerentes Executivos, Gerência de Auditoria Interna, Riscos, Controles Internos e Compliance, Auditores Independentes e assessores externos para permitir o entendimento de processos, controles internos, riscos, possíveis deficiências e eventuais planos de melhoria, bem como para emitir suas recomendações ao Conselho de Administração e à Administração da Companhia.

1.1 Principais Assuntos

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os Auditores Internos e Independentes, com os Diretores da Companhia e demais estruturas de controles, como as áreas Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, a fim de realizar o entendimento e avaliação dos ambientes de riscos e controles internos da Companhia. Os principais temas discutidos nas reuniões foram:

Governança Corporativa

- Análise e discussão das informações de atualização do Formulário de Referência, especialmente as relacionadas aos tópicos de "fatores de riscos" e "gerenciamento de riscos e controles internos";
- Ciência e acompanhamento do orçamento e dimensionamento das estruturas de Governança Corporativa (Gerência de Auditoria Interna e Comitê de Auditoria);
- Discussão e recomendação de abordagens e metodologias de governança corporativa adotadas pela Companhia, como Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance;
- Análise aderência de documentos normativos emitidos pela Companhia aos exigidos pelo mercado para empresa de capital aberto (conforme regulamento do Novo Mercado – B3) e aos recomendados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC e
- Monitoramento de transações com "Partes Relacionadas" realizadas no período.

Auditoria Interna

- Avaliação e validação do Plano Anual da Auditoria Interna;
- Análise e discussão dos relatórios de auditoria interna emitidos no período; e
- Monitoramento da implementação de pontos de auditoria interna.

Auditor Independente

- Análise e discussão do planejamento dos trabalhos a serem executados pelo auditor independente ao longo do período;
- Discussão e recomendação para aprovação das demonstrações financeiras trimestrais e anual, incluindo os respectivos pareceres da auditoria independente;
- Análise e discussão dos relatórios emitidos pelo Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e de recomendações ("carta de recomendações") e
- Discussão e recomendação de execução de serviços extra auditoria pelo Auditor Independente (avaliações de conflitos de interesse que possam comprometer a independência dos auditores externos).

Gestão de Riscos e Controles Internos

- Avaliação e validação dos planejamentos anuais dos trabalhos das áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos (elaboração e execução);

- Análise e discussão dos riscos críticos e/ou emergentes vislumbrados para o período, compondo os riscos prioritários para gestão pela Companhia ("risk assessment");
- Análise, discussão e monitoramento dos processos de gestão e formalização de riscos prioritários e controles-chaves, através das matrizes de riscos e controles e
- Análise e discussão sobre o processo de emissão e gestão de documentos normativos, especialmente "políticas".

Compliance

- Avaliação e validação do planejamento anual dos trabalhos da área Compliance (elaboração e execução);
- Análise, discussão e monitoramento de aplicação do Código de Ética e condução do Canal de Ética (gestão e apuração de denúncias);
- Monitoramento do Programa de Privacidade da Companhia (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - "LGPD") e
- Monitoramento da implementação do Programa de Integridade da Camil Alimentos.

Tecnologia da Informação (TI)

- Avaliação do ambiente geral de controles de TI ("ITCG") e planos de ação para mitigação de níveis de exposição aos riscos e
- Análise e discussão de riscos específicos de TI, como os de continuidade operacional e segurança da informação.

Outros Temas

- Acompanhamento dos resultados financeiros e operacionais da Companhia e de suas fusões e aquisições (M&A);
- Acompanhamento de compromissos contratuais de financiamento ou empréstimos firmados pela Companhia (covenants), especialmente aos vinculados ao nível de endividamento / alavancagem e
- Acompanhamento das atividades da área Jurídica (trabalhista, tributárias dentre outras), especialmente aquelas com relação aos processos ativos e passivos em andamento e o seu reconhecimento ou não, na contabilidade.

2. Auditor Independente

O auditor independente da Companhia é a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda ("PWC"), responsáveis pelo exame e emissão do relatório sobre as demonstrações financeiras e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões.

O Comitê mantém com a PWC um canal de interlocução periódica para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros. No período de março de 2023 a fevereiro de 2024, o Comitê reuniu-se com os auditores independentes para discussão das demonstrações financeiras trimestrais (ITRs) da Companhia, recomendando tempestivamente sua apreciação pelo Conselho de Administração.

Por fim, reuniu-se com a PWC, tomou conhecimento do parecer dos auditores independentes, deu-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados, com relação às demonstrações financeiras da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2024.

Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras.

3. Auditoria Interna

A Companhia dispõe de uma área de Auditoria Interna (Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Controles Internos e Compliance – "Gerência de Auditoria Interna"), a qual está estruturalmente vinculada à Diretoria Financeira, e funcionalmente se reporta ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria. A estrutura de Auditoria Interna adotada pela Companhia permite que a área desenvolva suas funções de forma ampla e independente.

O comitê de Auditoria, conforme suas atribuições, supervisionou as atividades realizadas pela Gerência de Auditoria Interna e aferiu a qualidade e a efetividade da área na avaliação dos processos gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, através da elaboração e execução do Plano Anual de Auditoria Interna.

4. Recomendações

Ao longo do exercício compreendido entre março de 2023 e fevereiro de 2024, o Comitê reportou periodicamente ao Conselho de Administração o andamento de seus trabalhos, expondo opiniões e fazendo recomendações sobre diversos assuntos de sua competência.

São Paulo - SP, 09 de maio de 2024.

CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ
Coordenador do Comitê

RODRIGO TADEU ALVES COLMONERO
Membro do Comitê

MARCELO MARCONDES LEITE DE SOUZA
Membro do Comitê

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**Parecer do Comitê de Auditoria**

Os membros do Comitê de Auditoria da Camil Alimentos S.A., no exercício de suas atribuições, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam à análise das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2024, acompanhadas do Relatório, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, e do Relatório Anual da Administração, e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Externos, são de opinião por unanimidade, que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação do Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, para deliberação pelos acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo - SP, 09 de maio de 2024.

CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ
Coordenador do Comitê

RODRIGO TADEU ALVES COLMONERO
Membro do Comitê

MARCELO MARCONDES LEITE DE SOUZA
Membro do Comitê

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os Diretores da Camil Alimentos S.A. declaram que reviram, discutiram e concordam as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Camil Alimentos S.A., relativas ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2024, acompanhadas do Relatório, sem ressalvas, dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., bem como autorizam a sua publicação.

São Paulo, 09 de Maio de 2024.

Luciano Maggi Quartiero
Diretor Presidente

Flavio Jardim Vargas
Diretor Financeiro e DRI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Os Diretores da Camil Alimentos S.A. declaram que reviram, discutiram e concordam com o Relatório dos Auditores Independentes da Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes Ltda. emitido , sem ressalvas, sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Camil Alimentos S.A., relativas ao exercício findo em 29 de fevereiro de 2024.

São Paulo, 09 de Maio de 2024.

Luciano Maggi Quartiero
Diretor Presidente

Flavio Jardim Vargas
Diretor Financeiro e DRI